

CONHECIMENTOS DA HISTÓRIA, GEOGRAFIA E CULTURA DO POVO SUL BRASILEIRO



Organizadora:

Fabiola Weinhardt Jazar

1ª Prenda do MTG-PR 2001-2002

Diretoria Cultural da 1ª RT 2001-2002 e 2003-2004

Diretoria Cultural do CTG Querência Santa Mônica 2015-2016

Colaboradora do CTG Querência Santa Mônica, 1ª RT e MTG-PR

APRESENTAÇÃO

Com licença querido(a) tradicionalista, neste singelo trabalho de busca e escrita, procurei trazer uma contribuição para todos os interessados em obter conhecimentos sobre nossa cultura, história e geografia.

Foi através das apostilas anteriores e suas revisões (2017, 2018 e 2019) desenvolvidas para os concursos de Prendas e Peões Birivas do Movimento Tradicionalista do Estado do Paraná que iniciou a intenção em facilitar a obtenção de conhecimentos à todos os interessados em nossa cultura, principalmente os conhecimentos básicos necessários às Prendas e Peões do Movimento Tradicionalista de nosso Estado.

Quero agradecer às queridas Manoela Zortéa Guidolin e Geomara Kavilhuka que me permitiram, através de seus trabalhos anteriores, desenvolver a primeira apostila, elaborada em 2017. A partir deste trabalho inicial resolvi buscar mais referenciais teóricos e conteúdos relevantes para o aprimoramento da cultura e conhecimento aos membros de nosso Movimento Tradicionalista.

Pela experiência adquirida em minha trajetória no Movimento, tanto em participações nos acampamentos campeiros e suas tertúlias, quanto nas participações artísticas e culturais, acredito que tenho algo a contribuir.

Em tempos de falta de compromisso com culturas tradicionais brasileiras, buscamos trazer um resgate da cultura sulina para todos os que dela se originam ou se interessam. Para tanto, temos aqui uma pesquisa que possibilita o aprimoramento nos estudos de todos os desejosos de conhecimentos da história comum aos Paranaenses e brasileiros, pessoas valorizadoras de nossa cultura.

Um afetuoso abraço tradicionalista
FABÍOLA WEINHARDT JAZAR
(fabiolawj75@gmail.com.br)

SUMÁRIO

1. INSTITUIÇÕES TRADICIONALISTAS	8
1.1 CONFEDERAÇÃO INTERNACIONAL DA TRADIÇÃO GAÚCHA (CITG)	8
1.2 CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DA TRADIÇÃO GAÚCHA (CBTG)	8
1.3 MOVIMENTO TRADICIONALISTA GAÚCHO DO PARANÁ (MTG-PR)	8
1.3.1 CARTA DE PRINCÍPIOS DO MTG-PR	9
1.4 CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS (CTG) E REGIÕES TRADICIONALISTAS DO PR	11
2.1 MTG – PR	15
2.2 CBTG	15
2.3 CITG	15
3. HISTÓRIA DO TRADICIONALISMO GAÚCHO E SUAS PRIMEIRAS ENTIDADES	16
3.1 SOCIEDADE SUL RIO-GRANDENSE	16
3.2 GRÊMIO GAÚCHO	16
3.3 UNIÃO GAÚCHA	16
3.4 GRUPO DOS OITO	16
3.5 O 35 CTG	16
3.6 PERSONALIDADES	17
4. MANIFESTAÇÕES FOLCLÓRICAS, TRADIÇÃO E TRADICIONALISMO	19
4.1 CANTIGAS MAIS POPULARES DO FOLCLORE	19
4.2 MANIFESTAÇÕES FOLCLÓRICAS INFANTIS	19
4.3 LENDAS	20
4.4 CHIMARRÃO	20
4.5 PRATOS TÍPICOS CAMPEIROS GAÚCHOS	20
4.6 PRATOS TÍPICOS PARANAENSES	20
4.7 MEDICINA CAMPEIRA	21
4.8 DANÇAS	21
4.8.1 Danças típicas paranaenses	22
4.8.2 Danças do Folclore Gaúcho e suas origens	22
4.8.3 Principais ritmos dos bailes ou fandangos gaúchos	24
4.9 INSTRUMENTOS MUSICAIS TÍPICOS	24
4.10 JOGOS TRADICIONALISTAS	25
5. HISTÓRIA DO BRASIL	26
5.1 REVOLTA DE BECHMAN	26
5.2 GUERRA DOS MASCATES	27
5.3 REVOLTA DE FELIPE DOS SANTOS	28
5.4 INCONFIDÊNCIA MINEIRA	28

5.5 CONJURAÇÃO BAIANA OU REVOLTA DOS ALFAIATES	29
5.6 FAMÍLIA REAL NO BRASIL	29
5.7 PROCLAMAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA	29
5.8 GUERRA DA CISPLATINA.....	30
5.9 PRIMEIRA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL	30
5.10 AS MUDANÇAS OCORRIDAS NO IMPÉRIO BRASILEIRO	30
5.11 A CABANAGEM	30
5.12 REVOLUÇÃO FARROUPILHA.....	31
5.13 A SABINADA	32
5.14 A BALAIADA	33
5.15 A PRAIEIRA	33
5.16 GUERRA DO PARAGUAI	34
5.17 ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA	35
5.18 PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA.....	35
5.19 REVOLUÇÃO FEDERALISTA	35
5.20 OS PRIMEIROS PRESIDENTES BRASILEIROS	36
5.21 REVOLUÇÃO DE 1923	37
5.22 REVOLUÇÃO DE 1930	37
6. HISTÓRIA DO PARANÁ	38
6.1 O POVOAMENTO NO PARANÁ	38
6.2 O PAPEL DOS JESUÍTAS	39
6.3 O POVOAMENTO NO LITORAL DO PARANÁ.....	39
6.4 A OCUPAÇÃO DOS CAMPOS GERAIS.....	41
6.5 A EMANCIPAÇÃO DO PARANÁ.....	42
6.6 A EVOLUÇÃO DA PROVÍNCIA DO PARANÁ	43
6.7 A FUNDAÇÃO DE CURITIBA	44
6.7.1 <i>Personagens considerados fundadores de Curitiba</i>	45
6.8 OS CICLOS DA ECONOMIA PARANAENSE	45
6.8.1 <i>O Ciclo do Ouro</i>	45
6.8.2 <i>O Ciclo do gado e o Tropeirismo no Paraná</i>	46
6.8.2.1 <i>Os caminhos que surgiram durante o tropeirismo</i>	47
6.8.3 <i>O Ciclo da Erva Mate</i>	49
6.8.4 <i>O Ciclo da Madeira</i>	50
6.8.5 <i>O Ciclo do Café</i>	50
6.9 PARANÁ ESCRAVOCRATA.....	51
6.10 OS IMIGRANTES NO PARANÁ.....	51
6.10.1 <i>Alemães</i>	52
6.10.2 <i>Árabes e Sírio Libaneses</i>	52
6.10.3 <i>Espanhóis</i>	52
6.10.4 <i>Holandeses</i>	52
6.10.5 <i>Italianos</i>	52
6.10.6 <i>Japoneses</i>	53
6.10.7 <i>Poloneses</i>	53

6.10.8 Portugueses	53
6.10.9 Ucrânianos	53
6.11 REVOLTAS E REVOLUÇÕES NO PARANÁ	53
6.11.1 A Revolução Federalista no Paraná	54
6.11.2 Revolta do Vintém.....	56
6.11.3 O Contestado.....	57
6.11.4 Revolta do Tenentismo.....	61
6.11.5 Revolução de 1930	61
6.11.6 Guerra do Porecatu.....	62
6.11.7 Revolta dos Colonos	63
6.11.8 Guerra do Pente	63
6.12 UNIVERSIDADE DO PARANÁ	64
7. HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO SUL.....	66
7.1 AS TRIBOS INDÍGENAS QUE PREVALECEM NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	66
7.2 RIO GRANDE DO SUL DA ESPANHA PARA PORTUGAL.....	66
7.2.1 As Missões Jesuíticas	66
7.2.2 Os grandes Tratados Limites.....	67
7.2.2.1 O Tratado de Madrid.....	67
7.2.2.2 A Guerra Guaranítica (1753 a 1756).....	67
7.2.2.3 O Tratado de El Pardo	68
7.2.2.4 Tratado de Santo Ildefonso.....	68
7.2.2.5 Tratado de Badajós	68
7.2.3 Fatores que consolidaram a posse portuguesa	68
7.3 O GADO NO RIO GRANDE DO SUL (TROPEIRISMO E ESTÂNCIAS).....	69
7.4 NOMES QUE O ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL JÁ TEVE	71
7.5 OS IMIGRANTES DO RIO GRANDE DO SUL	72
7.5.1 Os açorianos.....	72
7.5.2 Os Alemães	72
7.5.3 Os Italianos	72
7.5.4 Os Poloneses	72
7.6 REVOLUÇÕES NO RIO GRANDE DO SUL.....	72
7.6.1 A Revolução Farrroupilha	72
7.6.2 A Guerra do Paraguai para o Rio Grande do Sul.....	73
7.6.3 A Revolução Federalista	73
7.6.4 A Revolução de 1923	74
8. GEOGRAFIA DO BRASIL	75
8.1 OS LIMITES DO TERRITÓRIO BRASILEIRO.....	75
8.2 PRINCIPAIS BIOMAS	75
8.3 PONTOS CULMINANTES DO BRASIL	76
8.4 DIVISÃO ADMINISTRATIVA DO BRASIL	76
8.5 O RELEVO BRASILEIRO.....	77
8.6 OS PRINCIPAIS RIOS E PORTOS	77

8.7 PRINCIPAIS AEROPORTOS DO SUL DO BRASIL	77
8.8 PRINCIPAIS RODOVIAS DO SUL DO BRASIL	77
8.8.1 <i>As principais rodovias do Paraná</i>	77
8.8.2 <i>As principais rodovias de Santa Catarina</i>	77
8.8.3 <i>As principais rodovias do Rio Grande do Sul</i>	78
8.9 OS PRINCIPAIS RECURSOS MINERAIS DO BRASIL.....	78
8.10 PRINCIPAIS SÍMBOLOS DO BRASIL.....	78
8.10.1 <i>O Brasão das Armas e o Selo Nacional</i>	78
8.10.2 <i>Hino Nacional Brasileiro</i>	79
8.10.3 <i>Bandeira Nacional</i>	80
9. GEOGRAFIA DO PARANÁ.....	81
9.1 LIMITES DO PARANÁ	81
9.2 CLIMA E RELEVO.....	81
9.3 PRINCIPAIS RIOS, USINAS HIDRELÉTRICAS E PORTOS.....	82
9.4 BIOMAS DO PARANÁ	82
9.5 PONTOS TURÍSTICOS	82
9.6 SETORES DA ECONOMIA PARANAENSE.....	82
9.7 PRINCIPAIS GRUPOS ÉTNICOS	83
9.8 PRINCIPAIS SÍMBOLOS.....	83
9.8.1 <i>Brasão do Paraná</i>	83
9.8.2 <i>Hino do Paraná</i>	83
9.8.3 <i>Bandeira do Paraná</i>	84
10. GEOGRAFIA DO RIO GRANDE DO SUL	85
10.1 LIMITES DO TERRITÓRIO DO RIO GRANDE DO SUL.....	85
10.2 FORMAS DE RELEVO E VEGETAÇÃO	85
10.3 O CLIMA.....	86
10.4 OS PRINCIPAIS RIOS E PORTOS DO ESTADO	86
10.5 OS PRINCIPAIS PONTOS TURÍSTICOS	86
10.6 OS PRINCIPAIS SETORES DA ECONOMIA GAÚCHA	86
10.7 PRINCIPAIS GRUPOS ÉTNICOS	87
10.8 PRINCIPAIS SÍMBOLOS.....	87
10.8.1 <i>O Brasão das Armas</i>	87
10.8.2 <i>Bandeira do Rio Grande do Sul</i>	87
10.8.3 <i>Hino</i>	88
11. INDUMENTÁRIA GAÚCHA	89
11.1 O TRAJE DOS ÍNDIOS GAÚCHOS.....	89
11.2 OS 4 TRAJES FUNDAMENTAIS DA INDUMENTÁRIA GAÚCHA.....	90
11.2.1 <i>O Traje do Chiripá Primitivo</i>	90
11.2.2 <i>Traje do Patrão e do Estancieiro</i>	91
11.2.3 <i>Traje do Chiripá Farroupilha</i>	91
11.2.4 <i>Traje Atual do Gaúcho</i>	92
11.3 MOMENTO EM QUE SE USA O CHAPÉU	93

11.4 QUANDO SE USAM AS ESPORAS	93
11.5 QUANDO SE USA A FAIXA DE PRENDA E O BOTON DE PEÃO	93
12. CAMPEIRA	94
12.1 A CHEGADA DO CAVALO NA AMÉRICA E NO PAMPA	94
12.2 O CAVALO CRIOULO.....	94
12.3 A PELAGEM DO CAVALO	95
12.4 IDENTIFICAÇÃO MORFOLÓGICA DA CABEÇA	98
12.5 ENCILHANDO O CAVALO.....	99
12.5.1 <i>Peças da encilha</i>	99
12.6 PROVAS CAMPEIRAS REGULAMENTADAS DO MTG-PR	105
13. LENDAS	106
13.1 <i>Gralha Azul</i>	106
13.2 <i>Araucária</i>	106
13.3 <i>Erva Mate</i>	107
13.4 <i>Itacunhatã e Jurucê</i>	108
13.5 <i>Boitatá</i>	109
13.6 <i>Negrinho do Pastoreio</i>	110
13.7 <i>Salamanca do Jarau</i>	111
14. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	113
15. ANEXOS	115
15.1 <i>OS ÚLTIMOS PRESIDENTES BRASILEIROS</i>	115
15.2 <i>INSTITUIÇÕES TRADICIONALISTAS</i>	115
15.3 <i>UM POUCO DA HISTÓRIA DO MTG-PR</i>	115
15.3.1 <i>AS PRIMEIRAS ENTIDADES TRADICIONALISTAS NO PARANÁ</i>	115
15.3.2 <i>PATRÕES DO MTG-PR</i>	116
15.3.3 <i>AS 1^{as}. PRENDAS DO PARANÁ</i>	117
15.3.4 <i>OS 1^{os} PEÕES BIRIVA DO PARANÁ</i>	118
15.4 <i>PRINCIPAIS EVENTOS TRADICIONALISTAS DO MTG-PR</i>	119
15.4.1 <i>CONVENÇÃO TRADICIONALISTA DO PARANÁ</i>	119
15.4.2 <i>CONGRESSO TRADICIONALISTA DO PARANÁ</i>	120
15.4.3 <i>ENCONTRO ESTADUAL DE SELEÇÕES</i>	120
15.4.4 <i>FESTIVAL PARANAENSE DE ARTE E TRADIÇÃO</i>	121
15.4.5 <i>ENCONTRO DA JUVENTUDE TRADICIONALISTA</i>	122
15.5 <i>ACONTECIMENTOS DESDE 2019 EM RAZÃO DO CORONAVÍRUS (COVID-19)</i>	125
15.5.1 <i>A PANDEMIA ATINGIU O MOVIMENTO TRADICIONALISTA</i>	126

1. INSTITUIÇÕES TRADICIONALISTAS

1.1 CONFEDERAÇÃO INTERNACIONAL DA TRADIÇÃO GAÚCHA (CITG)

Data de fundação: 21 de abril de 1984

Os países filiados são:

- Argentina
- Uruguai
- Brasil



1.2 CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DA TRADIÇÃO GAÚCHA (CBTG)

Data de fundação: 24 de maio de 1987

1º Presidente: Sr. JOSÉ TEODORO BELAGUARDA DE MENEZES

Os estados filiados são:

- Rio Grande do Sul (MTG-RS)
- Santa Catarina (MTG-SC)
- Paraná (MTG-PR)
- São Paulo (MTG-SP)
- Mato Grosso (MTG-MT)
- Mato Grosso do Sul (MTG-MS)
- Federação Tradicionalista do Planalto Central (DF, MG, oeste da BA, GO, TO)
- UTGN – União Tradicionalista dos Gaúchos do Nordeste (ES, norte, sul e leste da BA, MA e demais estados do nordeste)



1.3 MOVIMENTO TRADICIONALISTA GAÚCHO DO PARANÁ (MTG-PR)

Data de fundação: 05/12/1975

Patrão Fundador: Sr. **Carlos Meira Martins**

Lema: “Povo sem tradição, morre a cada geração”.

O símbolo do **MTG-PR** é uma cuia com erva-mate e bomba. No meio da cuia o mapa do Estado do Paraná, com um pinheiro brasileiro, Araucária Angustifólia, dentro a palavra PARANÁ; acima do mapa a sigla MTG e, abaixo, na base da cuia, à direita, uma gaita e, à esquerda, um laço.

A bandeira, medindo 1,30 m. por 0,90 m., é de cor verde, com uma faixa branca transversal, com largura de 12 cm, contendo, ao centro, um losango de cor branca, com ângulo superior e inferior de 75.º, e ângulos laterais de 105.º, onde vai estampada a cuia.



1.3.1 CARTA DE PRINCÍPIOS DO MTG-PR

São princípios fundamentais do **MTG-PR**, os contidos na **CARTA DE PRINCÍPIOS DO MOVIMENTO TRADICIONALISTA GAÚCHO DO PARANÁ**:

a) DEFINIÇÃO:

O **Movimento Tradicionalista Gaúcho do Paraná**, identificado pela sigla **MTG do PR**, é um organismo social, instituído, de natureza cívica, ideológica e doutrinária, com características próprias e singulares que o colocam em pleno especial no panorama da vida paranaense, brasileira e americana. Cumprindo ciclos sociais, culturais, literários e artísticos de natureza nativista, procurando influir em todas as formas de manifestação da vida e do pensamento paranaense, o Tradicionalismo Gaúcho, tendo como centro os problemas rurais da nossa terra, o homem brasileiro em geral e o paranaense em particular, sua maior expressão, e onde estão fixadas as suas raízes mais profundas.

b) OBJETIVOS:

1. Auxiliar o Estado na solução dos seus problemas fundamentais na conquista do bem coletivo;
2. Cultivar e difundir nossa História, nossa formação social, nosso folclore, enfim, nossa Tradição, como substância basilar de nacionalidade;
3. Promover, no seio do nosso povo, uma retomada de consciência dos valores morais do Gaúcho Paranaense;
4. Facilitar e cooperar com a evolução e o progresso, buscando a harmonia social, criando a consciência do valor coletivo e combatendo o enfraquecimento da cultura comum e a desagregação que daí resulta;
5. Criar barreiras aos fatores e idéias alienígenas que nos vêm pelos veículos normais de propaganda e que sejam diametralmente opostos ou antagônicos aos costumes e pendores naturais do nosso povo;
6. Preservar nosso patrimônio sociológico representando, principalmente, pelo linguajar, vestimenta, arte culinária, forma de lides e artes populares;
7. Fazer de cada CTG um núcleo transmissor de herança social e através da prática e divulgação dos hábitos locais, noção de valores, princípios morais, reações emocionais e criar em nossos grupos sociais uma unidade psicológica, com modos de agir e pensar coletivamente, valorizando e ajustando o homem ao meio, para a reação em conjunto frente aos problemas comuns;
8. Estimular e incentivar o processo aculturativo do elemento imigrante e seus dependentes, irmanados no espírito paranaense;
9. Lutar pelos direitos humanos de Liberdade, Igualdade e Humanidade contidos na DECLARAÇÃO UNIVERSAL;
10. Respeitar e fazer respeitar seus postulados iniciais que tem como característica essencial a absoluta independência de sectarismos políticos, religiosos e raciais;
11. Acatar e respeitar as leis e os poderes legalmente constituídos, enquanto se mantiverem dentro dos princípios republicanos e democráticos vigentes;
12. Evitar todas as formas de vaidade e personalismo por parte de pessoas que buscam no Movimento Tradicionalista Gaúcho, veículo para projeção em proveito próprio;
13. Evitar toda e qualquer manifestação individual ou coletiva, movida por interesses subterrâneos de natureza política, religiosa ou financeira;
14. Evitar atitudes pessoais ou coletivas que deslustrem e venham em detrimento dos princípios da formação moral do gaúcho;
15. Evitar que os núcleos tradicionalistas adotem nomes de pessoas vivas;
16. Repudiar, enfim, todas as manifestações e formas negativas de exploração direta ou indireta do Movimento Tradicionalista Gaúcho;

17. Prestigiar e estimular qualquer iniciativa que, sincera e honestamente, queiram perseguir objetivos correlatos com os do Tradicionalismo Gaúcho;

18. Incentivar em todas as formas de divulgação e propaganda, o uso sadio dos autênticos motivos regionais;

19. Influir na Literatura, Artes Clássicas Populares e outras formas de expressão da alma do nosso povo, no sentido de que se voltem para os temas nativistas;

20. Zelar pela pureza e fidelidade dos nossos costumes autênticos, combatendo todas as manifestações individuais ou coletivas, que artificializem ou descaracterizem as nossas coisas tradicionais;

21. Estimular e amparar as células que fazem parte de seu organismo social;

22. Procurar penetrar e atuar nas instituições públicas e privadas, principalmente nos colégios e no meio do povo, buscando conquistar para o Movimento Tradicionalista Gaúcho do Paraná, a participação dos representantes de todas as classes e profissões dignas;

23. Comemorar e respeitar as datas efemérides e vultos nacionais, o DIA 20 DE SETEMBRO, como data máxima do Rio Grande do Sul e particularmente, o DIA 19 DE DEZEMBRO, data de emancipação política do Paraná;

24. Pleitear para que seja instituído, oficialmente, o DIA DO GAÚCHO, em paridade de condições com DIA DO COLONO e outros (dias) respeitados publicamente;

25. Pugnar pela independência psicológica e ideológica de nosso povo;

26. Revalidar e reafirmar os valores fundamentais da nossa formação, apontando às novas gerações rumos definidos de cultura, civismo e nacionalidade;

27. Despertar na consciência de todos os espíritos cívico de unidade e amor à Pátria;

28. Pugnar pela fraternidade e maior aproximação dos povos americanos;

29. Buscar, finalmente, a conquista de um estágio de força social que lhe dê ressonância nos Poderes Públicos e nas Classes Paranaenses, para atuar real, poderosa e eficientemente, no levantamento dos padrões morais e de vida de nosso Estado, rumando, fortalecido para o campo e o homem rural, suas raízes primordiais, cumprindo, assim, sua destinação histórica em nossa Pátria.

Parágrafo Único: Esta Carta está sujeita às modificações e acréscimos em futuros Congressos Tradicionalistas, conforme o advento de suas necessidades.

A Carta de Princípios do MTG do Paraná foi aprovada pelo 5º Congresso Tradicionalista Gaúcho do Paraná, realizado em agosto de 1991, na cidade de Medianeira/PR, redigida pelos seguintes tradicionalistas: Mário de Castro, Célio de Castro, Renato Bechara Amin, Inami Custódio Pinto e Dorval D’Avila Vieira, e alterada no 13º Congresso realizado em março de 2007, na cidade de Irati/PR.

Podemos afirmar resumidamente, que os objetivos no movimento são:

- Cultivar e difundir nossa história, nossa formação social, nosso folclore, enfim, nossa tradição;

- Promover no seio do nosso povo, uma retomada de consciência dos valores morais do Gaúcho Paranaense;

- Preservar nosso patrimônio sociológico representado, principalmente, pelo linguajar, vestimenta, arte culinária, forma de lidas e artes populares;

- Fazer de cada CTG um núcleo transmissor de herança social e através da prática e divulgação dos hábitos locais, noção de valores, princípios morais, reações emocionais e criar em nossos grupos sociais uma unidade psicológica, com modos de agir e pensar coletivamente, valorizando e ajustando o homem ao meio, para a reação em conjunto frente aos problemas comuns.

1.4 CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS (CTG) e REGIÕES TRADICIONALISTAS DO PR

São entidades filiadas ao MTG de seus estados. Seus objetivos são: desenvolver atividades relacionadas à cultura gaúcha, preservando-as e divulgando-as através das artes (dança, música, poesia, estudos, concursos, rodeios,...). Por naturalidade há introdução dos valores familiares que se transmitem e se preservam: educação, respeito, amizade, solidariedade, amor, carinho, honestidade, seriedade, dignidade e honra, transformando o participante num ser mais consciente sobre a importância da cidadania e, conseqüentemente, tornando a sociedade mais organizada e justa.

Em 24 de abril de 1948 foi fundado em Porto Alegre por jovens estudantes do Colégio Estadual Júlio de Castilhos o primeiro CTG do Brasil, o “35 CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS”.

No Estado do Paraná a primeira entidade tradicionalista foi o CTG VILA VELHA de Ponta Grossa, seguido do CTG VINTE DE SETEMBRO de Curitiba (1º Galpão Gaúcho fora do Rio Grande do Sul).

Em 05 de maio de 1963, Dinart de Almeida Garret (*in memoriam*), fundou o CTG São Luiz do Purunã, em Balsa Nova. Este CTG realizou o 1º. Rodeio Crioulo do Paraná em 05 de maio de 1963.

De 13 a 20 de Setembro de 1963, foi realizada, pelo CTG 20 de Setembro, a 1ª. Semana Farroupilha de Curitiba, provavelmente do Paraná. Houve desfile de Cavalarianos que saiu da Estação Ferroviária, seguindo pela Rua Barão do Rio Branco até a Praça Generoso Marques, seguindo-se de um churrasco gordo assado nos Bosques do Colégio Paranaense no Bairro Batel.

No dia 21 de Setembro de 1963, realizou-se o 1º. Fandango Tradicionalista de Curitiba, também pelo CTG 20 de Setembro, comemorando seu 1º. Aniversário.

Em 22 de Setembro de 1964 (domingo), foi realizada a Primeira Missa Crioula no Paraná, oficiada pelo Padre Paulo Aripe. Ato religioso realizado sob dois pinheiros situados em frente ao Palácio Iguazu e Assembléia Legislativa do Paraná.

Veio a seguir o CTG Fogo de Chão de Guarapuava, a ATGA Gralha Azul de Curitiba, CTG Esteio da Tradição em São José dos Pinhais e, naturalmente muitos outros pelo Estado.

Para organizar os CTGs e entidades tradicionalistas do Estado foram convocados pelo Ofício no.1 de 05 de fevereiro de 1982, os Patrões dos CTGs e entidades afins do Estado do Paraná que reuniram-se no dia 07 de março de 1982, no CTG 20 de Setembro em Curitiba.

Na ocasião ocorreu o 1º. Encontro de Patrões dos Centros de Tradições Gaúchas e Entidades afins do Paraná. Neste Encontro foi fundada a 1ª. Região Tradicionalista do Estado que teve sua sede em Curitiba e abrangia os Municípios da Região Metropolitana.

Neste mesmo encontro, por aclamação pelo plenário, foi nomeada a Srta. Maria Irene Hobold, como 1ª. Prenda do Encontro de Patrões (considerada a 1ª Prenda do Estado do Paraná).

Os CTGs e entidades afins que estavam presentes no 1º. Encontro de Patrões do Estado foram: CTG 20 de Setembro (Curitiba), CTG São Luiz do Purunã (Balsa Nova), CTG Esteio da Tradição (São José dos Pinhais), CPT General Carneiro (Curitiba), ATG Gralha Azul (Curitiba), CTG Piquete Crioulo (Francisco Beltrão), CTG Cavalão Branco (Lapa), CTG Rancho da Amizade (São João do Triunfo), CTG Fogo de Chão (Guarapuava), CTG Espora de Prata (Quitandinha), CTG Querência das Palmeiras (Cachoeira), CTG Dionísio Cerqueira (Dionísio Cerqueira), CTG Campos de Palmas (Palmas), CTG Tropeiro da Amizade (Campo do Tenente).

No Encontro também foram fundadas mais 6 Regiões Tradicionalistas no Estado:

2ª. RT - Ponta Grossa

3ª. RT – Guarapuava

4ª. RT – Campo Mourão

5ª. RT – Santa Izabel do Ivaí

6ª. RT – São Mateus do Sul

7ª. RT – Palmas

De acordo com o Regulamento Geral do MTG-PR, cada CTG possui uma diretoria (patronagem) eleita a cada dois anos pelo voto dos associados. As patronagens de CTG's são assim constituídas:

- PATRÃO (Presidente)
- CAPATAZ (Vice-Presidente)
- 1º SOTA-CAPATAZ (1º Secretário)
- 2º SOTA-CAPATAZ (2º Secretário)
- 1º GUAÍACA (1º Tesoureiro)
- 2º GUAÍACA (2º Tesoureiro)

Poderão nomear como cargo de confiança:

- 1º CAPATAZ DA INVERNADA ARTÍSTICA (1º Diretor Artístico)
- 2º CAPATAZ DA INVERNADA ARTÍSTICA (2º Diretor Artístico)
- 1º CAPATAZ DA INVERNADA CAMPEIRA (1º Diretor Campeiro)
- 2º CAPATAZ DA INVERNADA CAMPEIRA (2º Diretor Campeiro)
- 1º CAPATAZ SOCIAL (1º Diretor Social)
- 2º CAPATAZ SOCIAL (2º Diretor Social)
- 1º CAPATAZ DA INVERNADA CULTURAL (1º Diretor Cultural)
- 2º CAPATAZ DA INVERNADA CULTURAL (2º Diretor Cultural)
- 1º CAPATAZ ESPORTIVA (1º Diretor Esportivo)
- 2º CAPATAZ ESPORTIVA (2º Diretor Esportivo)
- CHIRÚ DAS FALAS (Orador)

Ainda de acordo com o Regulamento Geral do MTG, junto com a Patronagem será eleito um Conselho de Vaqueanos (Conselho Fiscal), composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e 3 (três) membros suplentes.

No Capítulo VI do Regulamento Geral do MTG-PR, encontramos as atribuições relativas aos Coordenadores das Regiões Tradicionalistas (eleitos à cada 2 anos) e das Coordenadorias Regionais cuja função, resumidamente, é: realizar encontros regionais com os CTGs filiados à Região, aplicar sanções disciplinares regionais, apresentar contas da movimentação financeira da coordenadoria e relatório das atividades anualmente, seleção e administração da seleção campeira regional para os Encontros Regionais de Seleção Campeira e Esportiva.

De acordo com o artigo 38 do Regulamento Geral do MTG-PR as 17 RTs são hoje assim divididas:

1ª RT:Agudos do Sul, Almirante Tamandaré, Antonina, Araucária, Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo do Tenente, Campo Largo, Campo Magro, Cerro Azul, Colombo, Contenda, Curitiba, Fazenda Rio Grande, Guaraqueçaba, Guaratuba, Itaperuçu, Lapa, Mandirituba, Matinhos, Morretes, Paranaguá, Piên, Pinhais, Piraquara, Pontal do Paraná, Porto Amazonas, Quatro Barras, Quitandinha, Rio Branco do Sul, Rio Negro, São José dos Pinhais, Tijucas do Sul, Tunas do Paraná (36).

2ª RT:Carambei, Castro, Curiúva, Fernandes Pinheiro, Guamiranga, Embalo, Imbituva, Ipiranga, Ivaí, Ortigueira, Palmeira, Piraí do Sul, Ponta Grossa, Reserva, Teixeira Soares, Telêmaco Borba, Tibagi, (17).

3ª RT:Candói, Guarapuava, Prudentópolis (03).

4ª RT:Altamira do Paraná, Alto Piquiri, Altônia, Araruna, Ariranha do Ivaí, Barbosa Ferraz, Boa Esperança, Borrazópolis, Brasilândia do Sul, Cafezal do Sul, Campina da Lagoa, Campo Mourão, Cianorte, Cidade Gaúcha, Corumbataí do Sul, Cruzeiro do Oeste, Cruzmaltina, Douradina, Engenheiro Beltrão, Esperança Nova, Farol, Faxinal, Fênix, Formosa do Oeste, Francisco Alves, Godoy Moreira, Goioerê, Grandes Rios, Guaporema, Icaraíma, Indianópolis, Iporã, Iretama, Ivaté, Janiópolis, Japurá, Jardim Alegre, Juranda, Jussara, Kaloré, Lidianópolis, Luiziana, Lunardelli, Mamborê, Maria Helena,

Mariluz, Mato Rico, Moreira Sales, Nova Cantu, Nova Olímpia, Nova Tebas, Peabiru, Perobal, Pérola, Quarto Centenário, Quinta do Sol, Rancho Alegre d'Oeste, Rio Branco do Ivaí, Roncador, Rondon, Rosário do Ivaí, São João do Ivaí, São Jorge do Patrocínio, São Manoel do Paraná, São Pedro do Ivaí, São Tomé, Tapejara, Tapira, Terra Boa, Tuneiras do Oeste, Ubiratã, Umuarama, Vila Alta, Xambrê (74).

5ª RT: Alto Paraná, Amaporã, Ângulo, Atalaia, Cafeara, Colorado, Cruzeiro do Sul, Diamante do Norte, Doutor Camargo, Floraí, Floresta, Flórida, Guaíraça, Guaraci, Iguaçu, Inajá, Itaguajé, Itaúna do Sul, Ivatuba, Jardim Olinda, Loanda, Lobato, Lupionópolis, Mandaguaçu, Marilena, Maringá, Mirador, Nossa Senhora das Graças, Nova Aliança do Ivaí, Nova Esperança, Nova Londrina, Ourizona, Paiçandu, Paraíso do Norte, Paranacity, Paranaipoema, Paranaivaí, Planaltina do Paraná, Porto Rico, Presidente Castelo Branco, Querência do Norte, Santa Cruz do Monte Castelo, Santa Fé, Santa Inês, Santa Izabel do Ivaí, Santa Mônica, Santo Antonio do Caiuá, Santo Inácio, São Carlos do Ivaí, São João do Caiua, São Jorge do Ivaí, São Pedro do Paraná, Sarandi, Tamboara, Terra Rica, Uniflor (56).

6ª RT: Antonio Olinto, Inácio Martins, Irati, Mallet, Paula Freitas, Paulo Frontin, Rebouças, Rio Azul, São João do Triunfo, São Mateus do Sul (11).

7ª RT: Clevelândia, Coronel Domingos Soares, Coronel Vivida, Honório Serpa, Mariópolis, Palmas, Pato Branco, Vitorino (8).

8ª RT: Pinhão, Reserva do Iguaçu (2).

9ª RT: Boa Esperança do Iguaçu, Bom Sucesso do Sul, Chopinzinho, Cruzeiro do Iguaçu, Dois Vizinhos, Enéas Marques, Francisco Beltrão, Itapejara d'Oeste, Mangueirinha, Marmeleiro, Nova Prata do Iguaçu, Renascença, Salgado Filho, Salto do Lontra, São João, Quedas do Iguaçu (16).

10ª RT: Anahy, Assis Chateaubriand, Boa Vista da Aparecida, Braganey, Cafelândia, Campo Bonito, Capitão Leônidas Marques, Cascavel, Catanduvas, Corbélia, Diamante do Sul, Guairá, Guaraniaçu, Ibema, Iguaçu, Iracema do Oeste, Jesuítas, Lindoeste, Marechal Cândido Rondon, Maripá, Mercedes, Nova Aurora, Nova Santa Rosa, Ouro Verde do Oeste, Palotina, Quatro Pontes, Santa Lúcia, Santa Tereza do Oeste, São Pedro do Iguaçu, Terra Roxa, Toledo, Três Barras do Paraná, Tupãssi (33).

11ª RT: Ampére, Barracão, Bela Vista da Caroba, Bom Jesus do Sul, Capanema, Flor da Serra do Sul, Mafrinópolis, Nova Esperança do Sudoeste, Pérola d'Oeste, Pinhal de São Bento, Planalto, Pranchita, Realeza, Santa Izabel do Oeste, Santo Antônio do Sudoeste (15).

12ª RT: Céu Azul, Diamante d'Oeste, Entre Rios do Oeste, Foz do Iguaçu, Itaipulândia, Matelândia, Medianeira, Missal, Pato Bragado, Ramilândia, Santa Helena, Santa Terezinha de Itaipu, São José das Palmeiras, São Miguel do Iguaçu, Serranópolis do Iguaçu, Vera Cruz do Oeste (16).

13ª RT: Arapuá, Ariranha do Ivaí, Boa Ventura de São Roque, Campina do Simão, Cândido de Abreu, Ivaiporã, Laranjal, Manoel Ribas, Palmital, Pitanga, Santa Maria do Oeste, Turvo (12)

14ª RT: Arapoti, Carlópolis, Congonhinhas, Conselheiro Mairinck, Doutor Ulysses, Figueira, Guapirama, Ibaiti, Jaboti, Jacarezinho, Jaguariaíva, Japira, Joaquim Távora, Jundiá do Sul, Pinhalão, Quatiguá, Ribeirão Claro, Salto do Itararé, Santana do Itararé, Santo Antonio da Platina, São José da Boa Vista, Sapopema, Sengés, Siqueira Campos, Tomazina, Ventania, Wenceslau Braz (27).

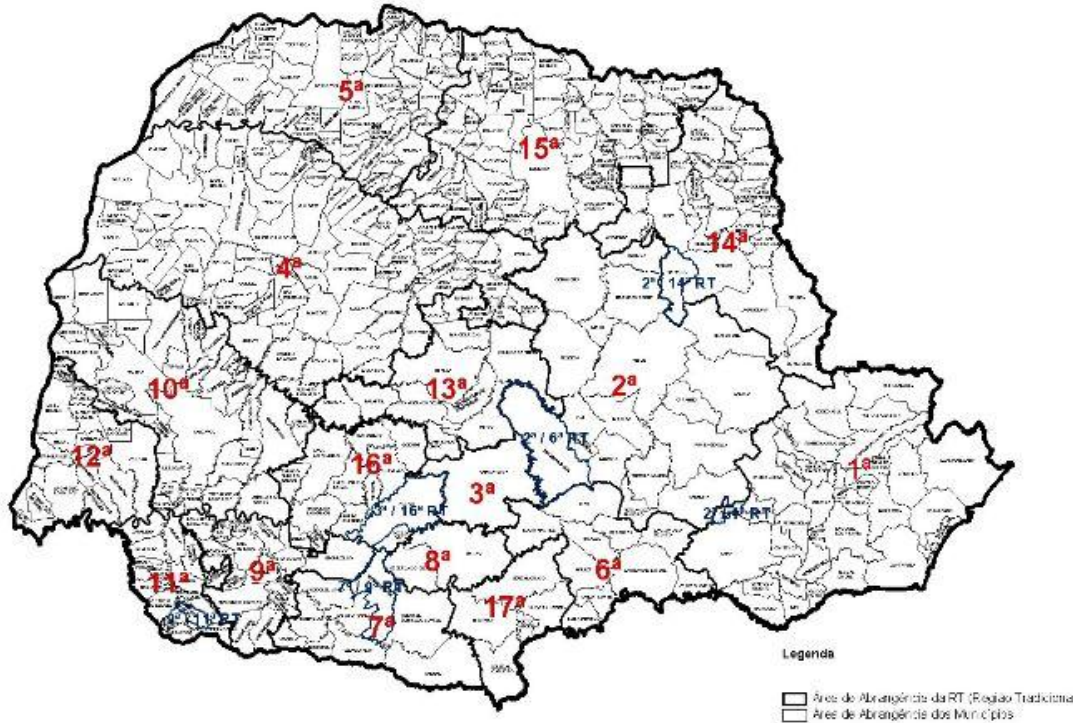
15ª RT: Abatia, Alvorada do Sul, Andirá, Apucarana, Arapongas, Assai, Astorga, Bandeirantes, Barra do Jacaré, Bela Vista do Paraíso, Bom Sucesso, Califórnia, Cambará, Cambé, Cambira, Centenário do Sul, Cornélio Procópio, Florestópolis, Ibioporã, Itambaracá, Itambé, Jaguapitã, Jandaia do Sul, Jataizinho, Leopólis, Londrina, Mandaguari, Marialva, Marilândia do Sul, Marumbi, Mauá da Serra, Miraselva, Munhoz de Mello, Nova América da Colina, Nova Fátima, Nova Santa Bárbara, Novo Itacolomi, Pitangueiras, Porecatu, Prado Ferreira, Primeiro de Maio, Rancho Alegre, Ribeirão do Pinhal,

Rio Bom, Rolândia, Sabáudia, Santa Amélia, Santa Cecília do Pavão, Santa Mariana, Santo Antonio do Paraíso, São Jerônimo da Serra, São Sebastião da Amoreira, Sertaneja, Sertanópolis, Tamarana, Uraí (56).

16ª RT: Candói, Cantagalo, Espigão Alto do Iguaçu, Foz do Jordão, Goioxim, Laranjeiras do Sul, Marquinho, Nova Laranjeiras, Porto Barreiro, Rio Bonito do Iguaçu, Saudades do Iguaçu, Sulina e Virmond (13).

17ª RT: Bituruna, Cruz Machado, General Carneiro, Porto Vitória, União da Vitória (5).

REGIÕES TRADICIONALISTAS DO MTG / PR



As Regiões Tradicionalistas têm como sede as cidades elencadas e abrangendo sua área de afinidade geográfica em conformidade com o Estatuto da RT. É considerada como sede, a residência do Coordenador Regional.

➤ **A ORDEM HIERÁRQUICA DAS ENTIDADES TRADICIONALISTAS É A SEGUINTE:**

CITG

CBTG

MTG-PR

17 REGIÕES

CTGs / PIQUETES

2. EVENTOS OFICIAIS

2.1 MTG – PR

CONGRESSO – acontece de dois em dois anos, em anos ímpares (fevereiro/março)

- Eleição da patronagem, conselheiros MTG e posse dos coordenadores das RT's;
- Prestações de contas do MTG;
- Pode ser alterado estatuto do MTG.

Primeiro – Guarapuava – 1983

CONVENÇÃO – acontece de dois em dois anos, em anos pares (março)

- Alterações dos regulamentos dos departamentos do MTG.

FEPART – Festival Paranaense de Arte e Tradição

- Acontece anualmente (mês de nov/dez)
- Festival de grupos de danças;
- Individuais: canção, declamação, gaitas, chula, causo, trova, etc.

SEMINÁRIOS – acontece anualmente

- Evento voltado para o lado cultural ou artístico, geralmente seguido do encontro estadual de prendas e peões onde é feita a inscrição do concurso estadual.

ENCONTRO ESTADUAL DE SELEÇÕES CAMPEIRAS – Acontece anualmente (dezembro)

- Maior evento campeiro do MTG.
- Provas de rédeas, laço, gineteada, entre outras.

ENCONTRO ESTADUAL DE SELEÇÕES ESPORTIVAS

- Maior evento esportivo do MTG.
- Concurso de bocha, bolão, truco, canastra e tava.

CONCURSO DE PRENDAS E PEÕES BIRIVAS

2.2 CBTG

CONGRESSO – acontece de dois em dois anos

- Eleição da Patronagem;
- Pode ser alterado estatuto.

FENART – Festival Nacional de Arte e Tradição – realizado de dois em dois anos.

CONVENÇÃO - acontece geralmente de dois em dois anos

- Alterações dos regulamentos dos departamentos da CBTG.

CONCURSO DE PRENDAS E PEÕES BIRIVAS, ENCONTROS, ETC.

2.3 CITG

CONGRESSO – Realizado de dois em dois anos - Eleição da patronagem

3. HISTÓRIA DO TRADICIONALISMO GAÚCHO E SUAS PRIMEIRAS ENTIDADES

3.1 Sociedade Sul Rio-grandense

Em 1857, um grupo de rio-grandenses, entre eles Antônio Álvares Pereira Coruja (ex-prisioneiro Farroupilha), fundaram na Côrte (Rio de Janeiro), a **Sociedade Sul Rio-grandense**, sociedade existente até os dias atuais.

3.2 Grêmio Gaúcho

A primeira tentativa de se institucionalizar o culto da tradição gaúcha surge em 22 de maio de 1898, em Porto Alegre, sob a liderança do Major João Cezimbra Jacques (Patrono do Movimento Tradicionalista do Rio Grande do Sul). Nesse dia foi fundado o **Grêmio Gaúcho**, uma bela tentativa de reunir sob o pálio da tradição os gaúchos vindos durante a Revolução de 93. Cezimbra Jacques declaradamente se inspirava na sociedade uruguaia “La Criolla”, fundada em 1894, em Montevideú.

3.3 União Gaúcha

Em 10 de setembro de 1899 é fundada em Pelotas a União Gaúcha onde brilharia o nome de João Simões Lopes Neto.

3.4 Grupo dos Oito

O tradicionalismo começou a organizar-se a partir de 1947, com a criação do Departamento de Tradições Gaúchas do Grêmio Estudantil Júlio de Castilhos de Porto Alegre.

A Liga de Defesa Nacional incluiu entre as programações da Semana da Pátria daquele ano, a transladação dos restos mortais do General David Canabarro de Santana do Livramento até o Partenon Rio-Grandense da Santa Casa de Misericórdia em Porto Alegre. Para acompanhar o cortejo foi organizado um piquete de oito cavalarianos gaúchos do Departamento de Tradições Gaúchas do Grêmio Estudantil Júlio de Castilhos, que mais tarde ficou conhecido oficialmente por **GRUPO DOS OITO**, formado por: João Carlos Paixão Côrtes, Antônio João Sá de Siqueira, Cilço Campos, Cyro Dias da Costa, Ciro Dutra Ferreira, Fernando Machado Vieira e Orlando Jorge Degrazia.

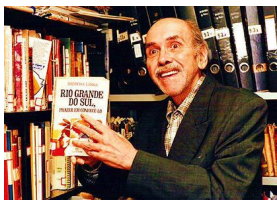
A realização da **1ª Ronda Crioula** (hoje **Semana Farroupilha**) foi uma iniciativa do Departamento de Tradições Gaúchas do Grêmio Estudantil Júlio de Castilhos, liderado por Paixão Côrtes. Ocorreu no ano de 1947, no dia 7 de setembro – Independência do Brasil até 20 de setembro – início da Revolução Farroupilha, com uma Centelha de Fogo Simbólico da Semana da Pátria, transportada até o Colégio Júlio de Castilhos onde foi colocada num candeeiro crioulo. Estava instituída a 1ª CHAMA CRIOULA e as comemorações farroupilhas.

A **Chama Crioula** é o símbolo autêntico da tradição gaúcha representando na Semana Farroupilha o compromisso de manter acesa a Chama sagrada de servir nossos irmãos e irmanados, procurar despertar valores positivos do ser humano. A Chama Crioula é um símbolo do gaúcho, representa o facho, que nunca se apagou nos corações dos sul-rio-grandenses, arde permanentemente nos Centros de Tradições Gaúchas. Conserva acesos os ideais de justiça e liberdade. Símbolo da fertilidade de uma cultura própria. A chama crioula é a alma gaúcha.

3.5 O 35 CTG

O 1º CTG fundado no Rio Grande do Sul, foi fundado oficialmente em 24 de abril 1948, em Porto Alegre. Teve como 1º Patrão Glaucus Saraiva e como Patrão de honra: João Carlos Paixão Côrtes.

3.6 Personalidades



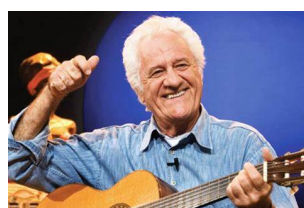
Barbosa Lessa - Luiz Carlos Barbosa Lessa, nasceu em 13 de dezembro de 1929 em Piratini-RS e faleceu em 11 de março de 2002 em Camaquã. Participou intensivamente do processo de construção do Movimento que registrou e difundiu a cultura gaúcha do homem do campo. Foi o companheiro inseparável de Paixão Cortes durante toda a sua vida. Juntos escreveram diversas obras literárias, músicas, poemas entre outros. Também foi um dos fundadores do 35 CTG.

Paixão Cortes - João Carlos D'Ávila Paixão Côrtes nasceu em 12 de julho de 1927 em Santana do Livramento-RS e foi um dos pioneiros dentro da tradição gaúcha. Fez um resgate histórico das danças folclóricas e foi um dos fundadores do 35 CTG. Considerado um mártir da Tradição. Foi o modelo para a Estátua do Laçador, um dos símbolos da cidade de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul. Faleceu em 27 de agosto de 2018 em Porto Alegre.



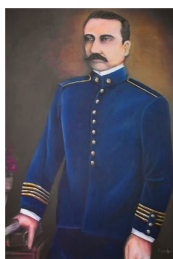
Nico Fagundes - Antônio Augusto da Silva Fagundes nasceu em 04 de novembro de 1934 no Alegrete-RS. Era conhecido como Nico Fagundes e foi um grande poeta, compositor, ator, advogado e apresentador de televisão do programa Galpão Crioulo. Faleceu em 24 de junho de 2015, e dentre suas grandes obras literárias foi Indumentária Gaúcha e Mitos e Lendas do Rio Grande do Sul. Além da composição “Canto Alegretense”.

Inesita Barroso: nome artístico de Ignez Magdalena Aranha de Lima, nascida em São Paulo a 4 de março de 1925 e falecida a 8 de março de 2015. Foi cantora, atriz, instrumentista, bibliotecária, folclorista, professora, apresentadora de rádio e televisão brasileira. Ganhou o título de doutora *honoris causa* em folclore e arte digital pela Universidade de Lisboa e atuou também em espetáculos, álbuns, cinema, teatro e produzindo espetáculos musicais de renome nacional e internacional. Adotou o sobrenome Barroso ao se casar, em 1947, aos 22 anos, com o advogado cearense Adolfo Cabral Barroso, com quem teve uma filha, Marta.



Rolando Boldrin: foi apresentador, ator, cantor, escritor e compositor brasileiro e um dos maiores divulgadores da música sertaneja brasileira. Em agosto de 1981 estreou o programa Som Brasil, na TV Globo, com o objetivo de divulgar a música brasileira de inspiração regional. Ele contava "causos", dançava e exibia peças teatrais e pequenos documentários. Mas o destaque eram as atrações musicais, cujo repertório incluía músicas de cantores e compositores que tinham como fonte a cultura popular. Boldrin deixou o programa em 1984, mas levou a ideia a outros programas apresentados por ele, Empório Brasileiro, Empório Brasil e Sr. Brasil. Nasceu em São Joaquim da Barra em 22 de outubro de 1936 e faleceu em São Paulo em 9 de novembro de 2022.

Sepé Tiarajú: Corregedor do povo da redução de São Miguel, comandou mais de 300 homens lutando contra os exércitos aliados de Espanha e Portugal, que juntos somavam mais de 3.800 homens bem armados. Em 07 de janeiro de 1756 morre na Guerra Guaranítica o **Primeiro Caudilho Rio-grandense**.



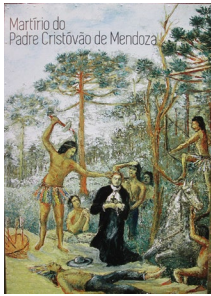
João Cezimbra Jacques - nascido em 13 de novembro de 1848 em Santa maria-RS, foi Major do exército brasileiro, voluntário na Guerra do Paraguai aos dezoito anos, em 1867, servindo no 2º Regimento de Cavalaria. Foi precursor do Movimento Tradicionalista Gaúcho e fundador do Grêmio Gaúcho. Faleceu em 28 de julho de 1922 no Rio de Janeiro. É considerado o **Patrono do Tradicionalismo**.



Giuseppe Garibaldi: nasceu em Nice-França em 04 de julho de 1807 e participou das guerras de unificação da Itália e veio para contribuir na Guerra dos Farrapos. Ao lado de David Canabarro, proclama em julho de 1839 a República Juliana. Casa-se com Anita Garibaldi lutando juntos na Revolução Farroupilha. Faleceu em 02 de junho de 1882 na Ilha Caprera-Itália.



Anita Garibaldi - Ana Maria de Jesus Ribeiro, nasceu em 30 de agosto de 1821, nas proximidades da então vila de Laguna e, desde criança já demonstrava personalidade forte e muito poder de decisão. Com apenas dezesseis anos, Ana Maria casa-se, por decisão da mãe, com o sapateiro Manoel Duarte de Aguiar passando a se chamar Ana Maria de Jesus Duarte Ribeiro. Seu esposo, aderiu a Causa Imperial, aliando-se ao Cel. França. Em 1839 Anita conhece o italiano Giuseppe Garibaldi por quem se apaixona e luta ao seu lado durante a Revolução Farroupilha, sendo a única Mulher a lutar durante os combates. Faleceu em 04 de agosto de 1849



Cristóbal de Mendoza Orellana: nascido em Santa Cruz de La Sierra-Bolívia. Era conhecido no Brasil como Cristóvão de Mendonça ou Cristóvão de Mendoza foi um padre Jesuíta que trabalhou nas missões sul-americanas no século XVII. Foi o fundador da redução de São Miguel Arcanjo e introduziu o gado na região das missões do Rio Grande do Sul. Este tropeiro é considerado o **Patrono do Estancieiro Gaúcho**. Foi martirizado em um ataque de índios em 28 de abril de 1635 na região do *Campo dos Bugres*, atual Caxias do Sul, sendo seu corpo jogado dentro de uma fonte, e diz a lenda que a água se tornou azul desde então. A *fonte de água azul*, como é conhecida, fica em Santa Lúcia do Piaí.

Cristóvão Pereira de Abreu: Nascido em 13 de julho de 1678 em Ponte de Lima-Portugal. Construiu o Forte Jesus Maria José de Rio Grande, demarcou limites e iniciou o povoamento do Porto dos Casais, em 1753. O coronel Cristóvão Pereira de Abreu foi o protótipo do explorador, sertanista e combatente, ao lutar contra os franceses no Rio de Janeiro e, depois, contra as tropas espanholas nos pampas gaúchos. Foi consagrado como o primeiro homem a cruzar, por via planaltina, o território entre o Rio Grande do Sul e São Paulo, levando uma tropa de 3000 cabeças de cavalgadas e gado, inaugurando o ciclo comercial da região sulina. É considerado o **Primeiro Tropeiro Rio-grandense**. Faleceu em 22 de novembro de 1755 em Rio Grande-RS.



Barão do Cerro Azul: Ildefonso Pereira Correia nasceu em 06 de agosto de 1849, na cidade de Paranaguá-PR. Apesar de sua formação acadêmica na área de humanidades, atuou profissionalmente como comerciante. Possuía um engenho de erva-mate e chegou a ser o maior exportador do produto no estado do Paraná. Depois de transferir suas atividades para Curitiba, instalou a infra-estrutura necessária para o desenvolvimento da indústria da erva-mate e do café, o que lhe rendeu grande influência no meio empresarial. Também contribuiu para a modernização da cidade, fundando a imprensa paranaense. Em 1881, recebeu a comenda da Ordem da Rosa, em virtude de sua notável atuação pública, e em 1888 recebeu o título de Barão de Serro Azul. Era abolicionista e foi o responsável por salvar Curitiba dos ataques dos maragatos durante a Revolução Federalista. O feito foi tratado como traição e Ildefonso foi fuzilado na Serra do Mar em 20 de maio de 1894. É imortalizado como único herói do Paraná. Deixou ainda mais legado, pois além de ser fundador da Imprensa Paranaense, fundou o Clube Curitibano, a Associação Comercial do Paraná e o Banco Industrial do Estado.

4. MANIFESTAÇÕES FOLCLÓRICAS, TRADIÇÃO E TRADICIONALISMO

Desde 1965, um decreto de lei assinado pelo então presidente da República, Humberto de Alencar Castello Branco, criou o **Dia do Folclore**, considerando “a importância crescente dos estudos e das pesquisas do folclore em seus aspectos antropológico, social e artístico”. A intenção com a criação da data, portanto, era dar continuidade à tradição brasileira, protegendo as criações populares para que elas não caíssem no esquecimento. A data escolhida foi o dia 22 de agosto, pois nesta mesma data, no ano de 1846 o arqueólogo inglês William John Thoms publicou um artigo na revista *The Athenaeum*. Nessa publicação, o cientista juntou, pela primeira vez, os termos “folk”, que significa “povo”, e “lore”, que significa “saber”, formando assim a palavra “folklore”, com o significado de **saber do povo**, ou **sabedoria popular**. No texto do decreto que oficializou a data no Brasil, inclusive, há referência direta a William John Thoms e ao seu pioneirismo na pesquisa das culturas populares.

Os fatos folclóricos são geralmente classificados em seis grupos: **folclore poético** (cancioneiro, romanceiro, adivinhas); **folclore narrativo** (lendas, contos, casos); **folclore mágico** (magia, benzimentos, religião); **folclore social** (música, danças, festas, trajes, família); **folclore lingüístico** (expressões orais características); e **folclore ergológico** (cerâmica, alimentação, cestaria, ourivesaria, tecido, etc).

Atualmente, o folclore é um importante objeto de estudo nas ciências humanas, e sua importância é reforçada freqüentemente nas escolas.

Quando queremos transmitir a cultura de um povo, fatos culturais através de suas gerações, podemos chamar de **Tradição**. É através da Tradição que transmitimos lendas, narrativas, valores espirituais, acontecimentos históricos. É a memória cultural de um povo. É um conjunto de ideias, usos e costumes recordações e símbolos conservados pelos tempos, pelas gerações.

A **Tradição Gaúcha** significa o rico acervo cultural e moral do gaúcho, no campo literário, folclórico, musical, artesanal, esportivo e atividades campeiras. Já o **Tradicionalismo** é o movimento que coloca em prática a tradição.

Temos outras palavras de interesse e uso no meio gaúcho que podemos aqui definir. Uma delas é o **Regionalismo** que se baseia, reflete ou expressa costumes ou tradições regionais. Tem a tendência a só considerar os interesses particulares da região em que se habita. Isto serve para qualquer obra (música, literatura, teatro etc.). Já o **Nativismo** é considerado tudo aquilo que é próprio do lugar de nascimento, natural, não adquirido e que conserva a originalidade. É o sentimento de defesa e amor ao pago nativo. O **Telurismo** é tido como sendo a influência do solo de uma região sobre os usos e costumes de um povo. Agora, quando utilizamos a palavra **Bairrismo** estamos nos referindo a uma qualidade ou atitude do bairrista, ou seja, aquele que valoriza com veemência seu bairro ou terra natal, em detrimento das demais.

Uma palavra bastante utilizada no meio tradicionalista é a **Tertúlia** cuja definição pode ser de um baile ou reunião artística e ou literária, de amigos ou familiares frequentadores de um local.

4.1 Cantigas mais populares do folclore

Temos algumas cantigas infantis que são conhecidas por várias gerações. Exemplos: Boi da cara preta, Boi barroso, Prenda minha, galinha morta, Ciranda Cirandinha, Se esta rua fosse minha, etc.

4.2 Manifestações folclóricas infantis

No folclore infantil temos vários instrumentos que fazem parte das brincadeiras das crianças. Os mais populares são Brinquedos de papel (raias ou papagaios), brinquedos com objetos (peteca, iôô), brincadeiras escritas (forca), jogos de pegar (mãe de esconder, mãe de pegar), brincadeiras contadas (bombarqueiro), pular corda, batatinha quente, carrinhos de madeira, tropa de osso, 5 marias, bonecas de pano, etc.

4.3 Lendas

Lendas são histórias que, de tão antigas, não se sabe qual a origem, e nem se precisa saber, virou folclore.

No **Rio Grande do Sul** temos as principais que são: Lenda do Boi-Tatá, Lenda do Sepé Tiarajú, Mãe Mulita, Negrinho do Pastoreio, etc.

No **Paraná** temos: Lenda da Gralha Azul, formação de Vila Velha, Naipi, Tarobá (Cataratas) e tantas outras.

*nos anexos temos algumas lendas

4.4 Chimarrão

O Chimarrão é um legado da cultura dos índios guaranis. Os **Avios do mate** são: Bomba, cuia, chaleira ou cambona. O chimarrão é o **símbolo** da hospitalidade e confiança depositada.

É sorvido através da bomba a infusão de erva mate e água quente da cuia.



4.5 Pratos típicos campeiros gaúchos

Arroz Carreteiro – charque, arroz, cebola picada e graxa de gado;

Churrasco – carne, temperada com sal grosso, assada sobre as brasas;

Puchero – fervido de carne com legumes, batata doce, lingüiça, mandioca, milho verde, abóbora, batata inglesa, etc. servido com pirão de farinha de mandioca;

Mocotó – patas, coalheira, mondongo, tripa grossa, lingüiça, cebola, feijão branco, óleo, tomate, ovos e sal.

Na doçaria temos o Arroz doce, Ambrosia, Chico Balanceado, ...

4.6 Pratos típicos paranaenses

Barreado - já era preparado pelos índios carijós que fabricavam a panela de barro, o barreado tornou-se um prato típico Paranaense, em especial da culinária litorânea. Os caboclos e mestiços ao irem almoçar na casa de seus patrões, levavam produtos da lavoura e tapiocas e lhes era servido uma espécie de guisado. Era um prato feito de carne bovina gorda e toucinho, preparados com muitos temperos durante várias horas em uma panela de barro. A panela era "barreada", ou seja, era vedada com uma massa de farinha de mandioca e água e/ou cinzas do fogão para o vapor não escapar. Essa comida podia ser guardada por dias e requentada várias vezes, sem perder o sabor e ficando cada vez mais gostosa. Assim, o prato passou a participar dos hábitos alimentares do Entrudo, o precursor do Carnaval. Durante os dias de carnaval litorâneo não se comia outra coisa que não o barreado. Geralmente é servido com ou sem arroz, farinha de mandioca, banana e como aperitivo, cachaça do litoral.



Paçoca de charque e paçoca de amendoim - de origem indígena, mas muito utilizado pelos tropeiros, é feita à base de farinha e charque ou amendoim. O charque socado num pilão se desfia e coloca-se a farinha de milho. Na paçoca de amendoim acrescenta-se a farinha de milho e açúcar.

Pachola - prato tradicional da região de Jacarezinho para se comer na véspera da Páscoa. Conta a tradição que nos anos 1950 e 1960, muitos jovens estudavam em cidades maiores e voltavam à Jacarezinho para passar o feriado de Páscoa com a família. Como na sexta-feira os mercados estavam fechados, eles saíram durante a noite e furtavam as aves dos galinheiros dos vizinhos. O preparo foi um improviso, com a mistura do frango cozido, arroz e muitos condimentos. Segundo o dicionário, a palavra pachola é usada para se referir a pessoas simples, ingênuas. Mas também é usada para pessoas preguiçosas, gracejadoras e brincalhonas.



Carneiro no Buraco - é um prato típico, tradicional e um símbolo de Campo Mourão, cidade do interior do estado do Paraná. A iguaria é festejada anualmente na "Festa Nacional do Carneiro no Buraco".



Carne de onça de Curitiba - Prato de origem alemã feito com carne de boi bem moída, cebola, condimentos e cebolinha verde, servida sobre uma fatia de broa. O prato leva esse nome porque quem come fica com bafô de onça pela quantidade de cebola que vai em seu preparo.

Pão no bafô - é um pãozinho fermentado cozido no vapor de um molho que leva carne de porco (costelinha e bacon) e repolho. Receita de família típica da região, de origem russo-alemã que virou patrimônio imaterial do município de Palmeira.



Quirera da Lapa - prato típico da cidade de Lapa, muito consumido pelos tropeiros, feita com quirera e costelinha de porco.



Porco no tacho - prato típico da região Sul do estado é feito com carne de porco bem frita em banha.

4.7 Medicina Campeira

É tudo que existe de remédios caseiros, benzeduras e simpatias.

Ervas medicinais - chás de macela, maçanilha/camomila, carqueja, laranjeira, espinheira santa, quebra pedra, cidreira, etc.

Benzeduras - contra mau olhado, íngua, coqueluche, cobreiro, verrugas, ...

Simpatias - galinho de arruda atrás da orelha, sal no fogo, Santo Antônio de ponta cabeça, ...

Superstições - ferradura na porta, cruz de sal, vassoura atrás da porta, espelho quebrado, ...

4.8 Danças

Dança é uma sequência de movimentos corporais executados de maneira ritmada, em geral ao som de música (dicionário Aurélio); Vazão a sentimentos; Recreação, diversão e prazer a quem pratica e aos que assistem. *Dança, danza, dance – tanz – TENSÃO*

4.8.1 Danças típicas paranaenses

Fandango Paranaense: cultura muito forte no litoral, é uma das manifestações folclóricas mais antigas do Brasil. Com origem que remonta à Espanha, teria chegado à região junto com os primeiros casais de colonos açorianos por volta de 1750 (a Península Ibérica ainda não tinha reinos de fronteiras definidas entre Portugal e Espanha). Aos poucos a dança espanhola foi ganhando os compassos dos índios e dos caiçaras, fazendo nascer uma miscigenação folclórica diferente. Ocorria geralmente por causa do puxirão (encontro de pessoas para fazer algum serviço na roça). Há uma série de danças “marcas”, com acompanhamento de: violas, rabeca e adufe. O sapateio é feito pelos homens com tamancos. As principais danças são: Marinheiro, Andorinha, Barreado, Caninha-verde, Gralha-azul.



Dança de São Gonçalo: Originária de Portugal, a dança de São Gonçalo é praticada em alguns locais do interior do Paraná, com registros também na Ilha dos Valadares. A cerimônia que envolve reza e procissão acontece em torno da imagem do santo. A dança, acompanhada de música de viola, é dividida em partes, chamadas de voltas. No Paraná, essas "voltas" têm nomes especiais, como marca passo, parafuso, despontam, confissão e casamento.



Congada da Lapa: Manifestação cultural típica do Paraná, a congada está ligada ao culto a São Benedito, patrono espiritual da comunidade negra da Lapa. A manifestação veio dos descendentes de escravos e graças a eles se manteve. A participação na dança é restrita a descendentes de africanos e devotos de São Benedito, não sendo permitida a participação de outras etnias.



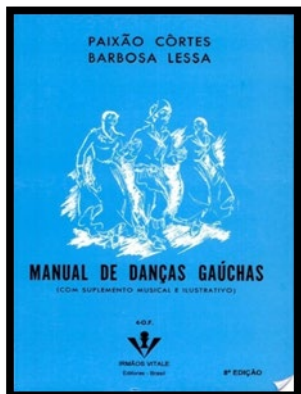
4.8.2 Danças do Folclore Gaúcho e suas origens

O Rio Grande do Sul, por sua formação política e racial, esteve ligado aos povos platinos. A lida do gado, as missões jesuíticas, os combates e invasões recíprocas de mais de dois séculos aproximaram os gaúchos e platinos.

A riqueza e o renascimento das danças gaúchas devem-se, principalmente, ao trabalho de Luís Carlos Barbosa Lessa e Paixão Côrtes. Estes dois estudiosos do folclore gaúcho aprenderam as danças e as ensinaram.

As danças tradicionais gaúchas originaram-se das antigas danças brasileiras e das trazidas pelos imigrantes. Estas danças aqui se “agaucharam”, adquirindo cor local e foram marcadas por duas das principais características da alma do gaúcho: Teatralidade e Respeito à mulher.

Em 22 de agosto de 1950 ocorreu a 1ª apresentação de danças gaúchas. Foi na III Semana Nacional de Folclore, no palco do Instituto de Belas Artes em Porto Alegre, sob a organização da Comissão Gaúcha de Folclore. Foram dançados o Pezinho e o Caranguejo.



Uma vez aceita nas atividades do Movimento, a dança começou a integrar a rotina dos CTGs e as pesquisas desenvolvidas por Paixão Côrtes e Barbosa Lessa resultaram na publicação, em 1955, do Manual das Danças Gaúchas, que se tornou um registro fundamental para a sua disseminação.

As danças folclóricas foram agrupadas em Ciclos coreográficos de acordo com suas características:

1. Ciclo do minueto
2. Ciclo do fandango
3. Ciclo da contradança
4. Ciclo das danças de pares enlaçados

Conceitos utilizados nas Danças Tradicionais Gaúchas

- CORREÇÃO COREOGRÁFICA

“São todos os passos fundamentais realizados corretamente, assim como as figuras descritas para cada tema coreográfico.”

- HARMONIA

“Conjunto de sons que constituem acorde musical, arte de ordenar os acordes musicais, boa disposição (no conjunto), proporção, ordem agradável à vista, paz e amizade (entre pessoas), concórdia, conformidade, coerência, união por engrenagem.” “Forma equilibrada e justa entre as partes DE UM TODO”.

- INTERPRETAÇÃO ARTÍSTICA

A expressão gestual, facial e corporal realizada em cada parte das danças, com as características da sua geração coreográfica. É a arte de expressar teatralmente o tema proposto. "A transmissão de um sentimento frente ao tema.”

Espontaneidade e técnica precisam andar lado a lado, ambas são ligadas desde a raiz e impossíveis de serem analisadas em separado.

Principais danças do folclore gaúcho e suas origens:

- Anu: sapateada, origem espanhola;
- Balaio: sapateada, origem portuguesa;
- Cana verde: não sapateada, origem portuguesa;
- Caranguejo: não sapateada, origem portuguesa;
- Chico sapateado: sapateada, origem portuguesa;
- Chimarrita: não sapateada, origem portuguesa;
- Chimarrita-balão: sapateada, origem portuguesa;
- Chote de carreirinho: não sapateada, origem alemã;
- Chote de sete voltas: não sapateada;
- Chote de duas damas: não sapateada, origem alemã;
- Chote de quatro passi: não sapateada, origem italiana;
- Chote inglês: não sapateada, origem alemã;
- Havaneira marcada: não sapateada, origem espanhola;
- Maçanico: não sapateada, origem portuguesa;
- Meia canha ou polca de relações: não sapateada, origem espanhola;
- Pau de fitas: não sapateada, origem universal;



- Pezinho: não sapateada, origem portuguesa;
- Quero-mana: não sapateada;
- Rancheira de carreirinha: não sapateada, origem espanhola;
- Rilo: não sapateada, origem escocês;
- Roseira: sapateada, origem portuguesa;
- Sarraballo: sapateada por prendas e peões, origem portuguesa;
- Tatu: sapateado e criação invernada artística do 35 CTG em 1954;
- Tatu com volta no meio: sapateada, origem no fandango gaúcho;
- Tirana do lenço: sapateada, origem espanhola.

São consideradas danças masculinas as danças de facões (que tem influencia negra) e dança da chula (de origem portuguesa, assemelha-se ao "malambo" platino).

4.8.3 Principais ritmos dos bailes ou fandangos gaúchos

Fandango é o nome dado até hoje aos bailes populares sulinos, dele constando diversos ritmos:



- BUGIO: tem os movimentos semelhantes aos feitos pelo macaco; o que caracteriza o bugio é o jogo do fole da gaita. É o único ritmo autenticamente gaúcho. Os passos do bugio são executados em saltos de Polca, porém agora mais compassados;
- VANEIRA – origem dos negros de Cuba e Haiti - ritmo Habanera;
- VANEIRÃO – semelhante à vaneira com movimentos mais rápidos.
- RANCHEIRA – Segundo Paixão Cortes e Barbosa Lesa, "a rancheira se constitui de uma variante pampeana da Mazurca". Popular na Argentina, Uruguai e Brasil;
- POLCA – Dança de ritmo rápido, é uma dança viva e alegre. Trazida pelos alemães a polca chegou ao RS e sofreu alterações em sua denominação e execução. Também foi adaptada em algumas brincadeiras como a polca de relação, polca das cadeiras entre outras;
- VALSA – de origem austríaca; Rainha das danças de pares enlaçados foi homenageada pela maioria dos renomados do século XIX. O compasso ternário como dança é muito antigo. Veio para o Brasil nos fins do Século XVII trazida pelos portugueses;
- CHOTE – Dança de salão originária da Hungria. Apareceu no Brasil no período Regencial e foi moda no segundo império. E principalmente, no sul, descendentes da imigração açoriana dançam “chote afigurado”;
- MILONGA - Da mesma geração do tango, veio de Buenos Aires para o RS;
- CHAMAMÉ - Polca européia modificada na Argentina.

4.9 Instrumentos musicais típicos

Os mais conhecidos instrumentos no meio tradicionalista são a gaita, viola, violão e rabeca. O mais antigo instrumento musical usado pelo gaúcho foi a viola de 10 ou 12 cordas. A viola deu lugar ao violão, um instrumento muito antigo introduzido no Rio Grande do Sul durante a guerra do Paraguai, entre 1860 e 1870 sua origem é espanhola e portuguesa. Contemporâneo da viola foi a rabeca (violino de confecção crioula que parece ter sido introduzida pelos padres jesuítas nas Missões). A gaita piano é também chamada acordeom ou cordeona, tem origem italiana e apareceu no Rio Grande do Sul em 1875,

foi inventada pelo austríaco Damien Buschmann em 1829. Tem-se ainda a Gaita de botão, muito popular no Rio Grande do Sul.

Encontramos alguns instrumentos muito importantes na nossa cultura, porém menos utilizados na atualidade: pandeiro, serrote, colheres, marimbau, tambor, triangulo, reco-reco, age, machaça, pente de boca, duas cuias, gaita de boca, flauta.

4.10 Jogos Tradicionalistas

Os Jogos Tradicionalistas são um conjunto de jogos, os quais têm suas valorizações e promoções na cultura gaúcha, e primam pela preservação das Tradições e do Folclore.

São objetivos do ENCONTRO ESTADUAL ESPORTIVO do MTG-PR:

- I- Promover a integração sócio-esportiva entre as entidades filiadas, e as pessoas que as integram;
- II- Proporcionar o desenvolvimento integral da pessoa humana como ser social, autônomo, democrático e participante, para o pleno exercício da cidadania;
- III- Minimizar os efeitos nocivos da vida moderna, contribuindo para a preservação da saúde humana.

"Atividade lúdica é todo e qualquer movimento que tem como objetivo produzir prazer quando de sua execução, ou seja, divertir o praticante. O lúdico é um processo contínuo e graduado de conformidade com a faixa etária. O brinquedo ou o jogo pode ser o mesmo, mas seu objetivo pode variar, porque deve atingir a essência e a necessidade de cada indivíduo. As dinâmicas em grupo não deixam de ser um tipo de jogo ou brincadeira para adultos, auxiliares do autoconhecimento também." (Lúdica para adultos: jogo do osso, IGTF, 2008)

Os jogos realizados hoje são: Bocha 48, Bocha Campeira e de cancha, tava ou jogo do osso, truco, canastra (tranca) e tetarfe (tejo, tava, argola e ferradura).

Truco



Tava ou Jogo do Osso



Bocha 48



Bocha de cancha



Bocha Campeira



5. HISTÓRIA DO BRASIL

A partir do descobrimento do Brasil por Pedro Álvares Cabral em 1500, muita história aconteceu. Ainda no período pré-colonial tivemos o ciclo do Pau-Brasil (1503-1513) e seu contrabando (1517-1530). No período colonial (1530-1822), tivemos a fundação de São Vicente (1532), as Capitanias Hereditárias (1534), Governos Gerais (1548), as Bandeiras (1562) e descoberta do ouro (1693).

5.1 Revolta de Beckman

A razão direta que explica o início da Revolta de Beckman foi a insatisfação dos habitantes de São Luís do Maranhão com a administração colonial. As causas da insatisfação dos colonos estavam em torno da questão da escravização dos indígenas e do monopólio comercial realizado pela Companhia de Comércio do Maranhão, principalmente.

Na questão da escravização dos indígenas, a insatisfação era pelo fato de que os membros da Companhia de Jesus, os jesuítas, posicionavam-se contra os colonos, impedindo-os de escravizar os indígenas. A ação dos jesuítas fez com que o regente de Portugal D. Pedro, rei de Portugal, a partir de 1683 e conhecido como D. Pedro II (não confundir com o D. Pedro II do Brasil), autorizasse, em 1680, uma lei que impedia a escravização de nativos no Estado do Maranhão.

Com essa lei, o trato e o controle dos indígenas ficavam exclusivamente nas mãos dos jesuítas, que os mantinha em suas missões, ensinando-lhes a cultura portuguesa e o catolicismo. Isso irritava os colonos, porque os escravos africanos prometidos pela Companhia de Comércio do Maranhão não eram entregues e só havia condições de escravizar os indígenas.

Na questão econômica, o estanco prejudicava os interesses comerciais dos colonos. Além disso, havia denúncias de favorecimentos de terceiros por parte da Companhia de Comércio do Maranhão; outras denúncias falavam que a companhia pagava valores muito baixos pelas mercadorias trazidas pelos locais e abastecia São Luís com produtos de baixa qualidade.

A rivalidade existente entre São Luís e Belém também repercutiu para o início da Revolta de Beckman. Os habitantes da cidade maranhense sentiam-se prejudicados pelo fato de o governador da província, Francisco de Sá e Menezes, preferir morar em Belém. Do ponto de vista popular, a miséria, na qual uma parte da população era obrigada a viver, também serviu de motivação para a revolta.

Todos esses fatores levaram alguns habitantes a conspirarem contra a autoridade colonial. Entre os conspiradores, estavam homens-bons, cidadãos comuns e até mesmo clérigos (não eram jesuítas). Entre os principais articuladores da revolta contra a administração colonial, estavam os irmãos Manuel e Tomás Beckman, cujo sobrenome foi utilizado para nomear a revolta, Manuel era dono de engenho e foi um dos grandes líderes da Revolta de Beckman. Já Tomás era advogado e cumpriu um papel secundário no desenrolar do movimento. Foi Manuel um dos responsáveis por convencer outros habitantes de São Luís a rebelarem-se contra a administração local.

A Revolta de Beckman durou mais de um ano, mas, sem o apoio de outras cidades do estado, ruiu. Em maio de 1685, os portugueses enviaram uma esquadra para São Luís, e o comando da cidade foi recuperado sem muitas dificuldades. A esquadra portuguesa trazia Gomes Freire de Andrade, o novo governador do Maranhão. Muitos cidadãos de São Luís fugiram por medo de punições.

A chegada do governador fez com que a normalidade (do ponto de vista da Coroa) fosse restabelecida. O novo governador emitiu as ordens para prender os envolvidos com a revolta, e as punições foram ditadas. Manuel Beckman e Jorge de Sampaio de Carvalho foram condenados à forca. Tomás Beckman e Eugênio Ribeiro Maranhão foram presos, Belquior Gonçalves foi açoitado e degredado de volta para Portugal. Outros envolvidos foram multados.

Em 1688, uma nova lei entrou em vigor a partir do mês de abril. Com essa lei, foram criados critérios para escravização de indígenas e o controle sobre essas questões foi atribuído à Fazenda

Real e à Corte. Com essa lei, retomaram-se as expedições (chamadas de “descimentos”) para realizar a captura de indígenas. A escravização de indígenas no Brasil só foi terminantemente proibida em 1755, por ordem do Marquês de Pombal.

5.2 Guerra dos Mascates

Se registrou de 1710 a 1711 na Capitania de Pernambuco, é considerada um movimento nativista pela historiografia em História do Brasil.

Confrontaram-se os senhores de terras e de engenhos pernambucanos, concentrados em Olinda, e os comerciantes reinóis (portugueses da metrópole) do Recife, chamados pejorativamente de *mascates*. Quando houve as sedições entre os *mascates* europeus do Recife e a *aristocracia rural* de Olinda, os comerciantes portugueses - mascates - eram apelidados pelos senhores de engenho desta forma uma vez que saíam vendendo seus produtos de porta em porta. Lado outro, os senhores de engenho, *pés rapados* - alcunha usada de forma pejorativa para se referir às pessoas mais pobres.

Anos após a expulsão dos holandeses de Pernambuco, a economia da região entrou numa crise decorrente da baixa do açúcar no mercado internacional e da concorrência do açúcar produzido nas Antilhas.

A concorrência afetou os ricos senhores de engenho de Olinda, que entraram em decadência por não mais obterem os lucros com a produção açucareira. Sem capital para saldar suas dívidas, os latifundiários passaram a precisar de empréstimos. Naquela época os comerciantes portugueses, chamados de *mascates*, ocupavam a cidade do Recife e possuíam dinheiro para emprestar aos senhores de Olinda, porém cobravam juros altíssimos pelos empréstimos, ocasionando o endividamento cada vez maior dos olindenses.

Embora dependentes economicamente dos comerciantes portugueses, os senhores de engenho pernambucanos não aceitaram a emancipação político-administrativa do Recife, até então uma comarca subordinada a Olinda. A emancipação do Recife foi percebida como uma agravante da situação dos latifundiários locais (devedores) diante da burguesia lusitana (credora), que por esse mecanismo passava a se colocar em patamar de igualdade política.

Até o final do século XVII, Olinda era a principal cidade de Pernambuco, onde moravam ricos senhores de engenhos, que pensavam que sua fortuna jamais acabaria. Mas isso aconteceu, por uma guerra de preços do açúcar no mercado europeu, e os senhores de engenho de Olinda começaram a pedir dinheiro emprestado aos comerciantes do Recife, mero povoado. Aos poucos, foram surgindo ódio e conflitos. Conscientes de sua importância, os comerciantes pediram ao rei de Portugal que o povoado fosse elevado a vila. Quando estava sendo concretizada a separação entre as duas cidades, em 1710, os senhores de Olinda se revoltaram, tendo como um dos chefes o proprietário de engenho Bernardo Vieira de Melo. Sem condição de resistir, os comerciantes mais ricos do Recife fugiram para não serem capturados. A metrópole interveio na região, em 1711, prendendo os líderes da rebelião. Recife foi elevada à condição de capital de Pernambuco.

Após a vitória dos mascates, comerciantes percebem o predomínio do comércio em relação à produção colonial que já ocorria já que os senhores de Olinda pegavam dinheiro emprestado a juros com os mascates para conseguirem manter seu sistema colonial.

Após a prisão dos líderes do levante e a consolidação de Recife perante Olinda, o conflito foi encerrado em 1711. Já no ano seguinte, 1712, Recife foi elevado para a condição de sede administrativa de Pernambuco e a sua Câmara e o Pelourinho foram reconstruídos. Enquanto que alguns revoltosos do movimento, a nobreza de Olinda, recebeu perdão do Bispo, atitude ratificada, em 1714, por D. João V ao conceder anistia aos envolvidos na sublevação, conforme haviam solicitado nas exigências enviadas em 1710. Além disso, para que a paz fosse mantida, a Majestade concedeu aos senhores de engenho de Olinda o perdão das dívidas adquiridas e a prerrogativa da manutenção de suas plantações.

Com a vitória dos comerciantes, essa guerra apenas reafirmava o predomínio do capital mercantil (comércio) sobre a produção colonial.

5.3 Revolta de Felipe dos Santos

A região de Minas Gerais, na qualidade de maior centro da exploração econômica através do ouro, foi o local propício para diversos episódios de indignação e revolta contra o controle massivo das autoridades metropolitanas.

Observando a ameaça de seus lucros com o contrabando e a livre exploração dos minérios, Portugal resolveu implementar uma série de tributações a serem aplicadas sob a região das Minas Gerais. Em 1719, ainda buscando garantir uma ampla margem de lucro, os portugueses instituíram as chamadas Casas de Fundição, que funcionariam como centros de cobrança e controle sobre as riquezas extraídas do solo.

Paralelamente à tributação dos minérios, a formação de diversos centros urbanos trouxe outra notável fonte de renda à metrópole. Graças às amarras econômicas estabelecidas pelo pacto colonial, os colonos ainda eram obrigados a pagar os altos valores cobrados sob os gêneros manufaturados oferecidos por Portugal. Mediante essa lógica de exploração e controle é que compreendemos a deflagração da Revolta de Filipe dos Santos, em 1720.

A hostilidade e a desconfiança instaladas na região das minas faziam com que qualquer suspeita de contrabando ou sonegação acionassem a rígida ação das tropas metropolitanas. Durante um desses episódios de averiguação das forças metropolitanas, um grupo de mineiros resolveu atacar a casa do ouvidor-mor, principal autoridade judicial da região. Logo em seguida, dirigiram-se para Vila do Carmo a fim de pressionar o governador da região, o Conde de Assumar.

O grupo, liderado pelo tropeiro Filipe dos Santos, reivindicava o fechamento das casas de fundição. Prometendo atender a demanda do grupo, o levante retornou à Vila Rica à espera das ações do governador. No entanto, isso serviu para que as tropas portuguesas se organizassem contra os revoltosos. No dia 14 de julho iniciou-se o conflito que prendeu vários participantes e condenou Filipe dos Santos à morte e ao esartejamento.

5.4 Inconfidência Mineira

Ocorrida em Vila Rica, sede da Capitania de Minas Gerais, atual Ouro Preto em 1789. Sua denominação correta seria "Conjuração Mineira" e teve participação dos intelectuais, não do povo. Tinha o ideal de tornar a região independente de Portugal.

Os objetivos dos revolucionários era a criação de uma Universidade, a instalação de um governo republicano, a abolição da escravatura e a industrialização. Seu lema era: "*Libertas que ser tamen*" - "Liberdade mesmo que tardia".

Visconde de Barbacena era o governador e resolveu cobrar os impostos do ouro em atraso (o levante se daria durante a cobrança) e em 14 de março de 1789 o Visconde suspende a ação por saber da Conjuração por três delatores. Um dos delatores foi Joaquim Silvério dos Reis que foi perdoado dos seus impostos, ganhou pensão e homenagens de Portugal.

No interrogatório a maioria dos acusados eram homens de posse e intelectuais que procuraram inocentar-se. No terceiro dia de interrogatórios Joaquim José da Silva Xavier (Tiradentes) disse que iniciou o movimento sem auxílio dos outros. Tiradentes foi condenado à morte com mais 10 pessoas, porém estes receberam uma pena reduzida de prisão perpétua.

Tiradentes foi enforcado e esartejado em praça pública em 21 de abril de 1792 no Rio de Janeiro. Sua cabeça ficou exposta no mais alto poste de Vila Rica e o resto do seu corpo foi espalhado por toda Vila, para que o povo não se rebelasse mais contra Portugal. A casa e o terreiro de Tiradentes foi salgado para que nunca mais nascesse vegetação.

5.5 Conjuração Baiana ou Revolta dos Alfaiates

Foi a primeira revolução social brasileira. Teve como inspiração a Revolução Francesa, pois lutava por Liberdade, Igualdade e Fraternidade. As principais causas eram os altos preços, a falta de produtos e os baixos salários. No dia 12 de agosto de 1798 na capital, Salvador falava-se de República.

Os líderes da Conjuração Baiana conclamaram um motim no Campo do Dique no dia 25 de agosto.

Entretanto, a reação do governo foi rápida e violenta. Isso porque Carlos Baltasar da Silveira delatou toda a conspiração para o governador da Bahia D. Fernando José de Portugal e Castro.

Sendo assim, a organização foi descoberta e o movimento foi totalmente disperso ainda na fase inicial. As tropas militares do coronel Teotônio de Souza prendeu 49 pessoas.

A Coroa portuguesa decretou diversas penalidades, como exílios e açoites. Todavia, os líderes alfaiates e os soldados receberam a penalidade máxima e mais cruel.

Manuel Faustino dos Santos Lira e João de Deus do Nascimento, Luís Gonzaga das Virgens e Lucas Dantas foram executados, decapitados e tiveram suas cabeças penduradas na Praça da Piedade no dia 08 de novembro 1799.

5.6 Família Real no Brasil

Por causa de relações comerciais de Portugal com a Inglaterra, Napoleão Bonaparte (França) ameaçou invadir Portugal. A família Imperial Portuguesa vem para o Brasil fugindo de Napoleão. Saem de Portugal em 29 de novembro de 1807, D. João VI, sua esposa e mais ou menos 3.000 pessoas, refugiando-se no Brasil (na Bahia e no Rio de Janeiro) em 22 de janeiro de 1808.

A primeira ordem de D. João, emitindo uma Carta-Régia abrindo os portos brasileiros ao comércio e pondo fim ao pacto colonial somente com Portugal. Em 1821 D. João volta para Portugal após a morte de sua mãe para assumir o trono. Deixa seu filho D. Pedro I como regente do Brasil.

5.7 Proclamação da Independência

D. João VI estava com dificuldades em Portugal e ordenou que D. Pedro deveria voltar para lá. Pedro ficou no Brasil e em 7 de setembro de 1822 gritou: "- Independência ou morte!"

Causas da Independência do Brasil:

- No final do século XVIII e início do XIX, aumentaram no Brasil as pressões e descontentamento contra o monopólio comercial imposto por Portugal ao Brasil. As elites agrária e comercial brasileira desejavam liberdade econômica para poder ampliar o comércio de seus produtos. Esta liberdade só seria obtida com a independência do país;

- Desde a Inconfidência Mineira (1789) e outros movimentos sociais contrários ao domínio português sobre o Brasil, era muito grande a insatisfação com relação à cobrança de altas taxas e impostos exigidos pela metrópole (Portugal). Portanto, a independência era vista como uma forma de libertação destes impostos abusivos;

- Influência de movimentos externos liberais e, portanto, contrários ao colonialismo. Entre estes movimentos políticos e sociais, podemos citar a Independência dos Estados Unidos (1776) e a Revolução Francesa (1789). Estes ideais chegaram ao Brasil, aumentando as pressões política contra o domínio português sobre o Brasil;

- Após a Revolução Liberal do Porto, a corte portuguesa exigiu o retorno de D. João VI para Portugal. Dom Pedro ficou no Brasil como príncipe regente. Percebendo o aumento do movimento político no Brasil pela conquista da liberdade, a corte portuguesa passou a pressionar Dom Pedro para que

ele também fosse para Portugal. Esta situação foi encarada no Brasil como uma tentativa de Portugal recolonizar o Brasil, gerando mais insatisfação e aumentando os anseios pela conquista da liberdade;

- Não podemos deixar de citar também o projeto político de Dom Pedro em se tornar imperador do Brasil após a conquista da independência.

A Independência do Brasil foi um dos mais importantes fatos históricos da História do Brasil. Liderado por D. Pedro I, tirou o Brasil da situação de colônia portuguesa, possibilitando sua independência política e econômica.

Porém, após assumir o poder, D. Pedro encontrou dificuldades: Portugueses no Brasil não queriam a separação; Políticos queriam uma Constituição para limitar os poderes do Imperador; Brasileiros queriam o fim dos privilégios do Imperador e dos Portugueses que aqui viviam.

5.8 Guerra da Cisplatina

Em 1821 o Uruguai foi incorporado ao Brasil com o nome de Província da Cisplatina. No ano de 1825 os uruguaios entraram em luta com o Brasil apoiados pela Argentina que queria o território do Uruguai anexado à ela. Em 1828 o Brasil e a Argentina reconheceram a Independência do Uruguai.

O imperador D. Pedro I vinha sofrendo um desgaste contínuo desde 1822 por causa de seu autoritarismo. Ao final da guerra, a derrota e a crise econômica fizeram a sua popularidade despencar.

5.9 Primeira Constituição do Brasil

Foi feita em 1824 por 10 pessoas e era praticamente uma cópia da 1ª Constituição dos Estados Unidos da América. Esta Constituição dividia os Poderes em: Executivo, Legislativo, Judiciário e Moderador. Pelo poder Moderador o Imperador escolhia os presidentes das Províncias e controlava os outros poderes. Os Senadores eram vitalícios e só os homens de posse podiam votar para Senador.

5.10 As mudanças ocorridas no Império Brasileiro

Em 1826 D. João VI falece e D. Miguel assume o trono de Portugal em 1828. Em abril de 1831 D. Pedro I volta à Portugal e deixa Pedro de Alcântara, seu filho de 5 anos em seu lugar. Porém ele não poderia reger e o Império passa a ser regido por uma Regência Trina.

Existiam, nesta época, alguns dissidentes:

- Restauradores ou Caramurus: queriam a volta de D. Pedro I ao poder;

- Moderadores ou Chimangos: opunham-se a mudanças que trouxesse benefícios ao povo (eram latifundiários);

- Exaltados ou Farroupilhas: queriam mudanças a favor do povo.

Em agosto de 1834 a Constituição é modificada. O Poder Moderador é suspenso e passa o Império a ter uma única regência. Em setembro deste mesmo ano D. Pedro I morre em Portugal. Diego Feijó passa a reger o Brasil de 1835 à 1837. Pedro Araújo Lima assume a regência até 23 de julho de 1840, quando Pedro de Alcântara é declarado maior de idade pela Assembléia e assume a regência do Brasil como D. Pedro II. Seu reinado durou 49 anos.

5.11 A Cabanagem

Cabanagem, Cabanada ou Guerra dos Cabanos foi uma revolta ocorrida entre 1835 a 1840 na antiga província do Grão-Pará (atualmente Pará, Amazonas, Amapá, Roraima e Rondônia). A Guerra dos Cabanos teve participação de diversos setores da sociedade e o nome do movimento tem como referência as habitações dos ribeirinhos que era uma espécie de cabana.

Diversos grupos ainda favoráveis à manutenção da colônia portuguesa permaneciam na região da província do Grão-Pará. A população local, auxiliada pela elite, começou então a promover diversas ações na tentativa de expulsar os revolucionários portugueses.

Esse movimento teve como causa a extrema pobreza pela qual a região passava e o abandono político após a Independência do Brasil.

Pontos que contribuíram para a revolta foram:

- Péssimas condições de vida da população que era principalmente formada por índios, negros forros, escravos e mestiços;
- Abandono do Grão-Pará pelo governo recente;
- Elite desejava participar da política e administração da província;
- Desejo de independência em relação ao governo central.

Os desacordos internos e a falta de um projeto concreto para o Grão-Pará impossibilitou novamente que o governo tivesse continuidade. Em março de 1836, o Império reage e envia o brigadeiro Francisco José de Sousa Soares de Andrea para tomar controle da região e se tornar o novo presidente.

A partir de então, Belém passa a ser bombardeada por quatro navios de guerra e os revoltosos começam a fugir para o interior. Mesmo já tendo tomado o poder em Belém, os cabanos continuaram sendo caçados pelos anos seguintes e só acabou em 1940, depois da maioria dos seus líderes ter sido exterminados.

Após o brigadeiro tomar Belém, diversos revoltosos foram presos e só foram anistiados depois que Dom Pedro II ascendeu ao trono. O governo regencial tomou de volta a província e os líderes do movimento – o jornalista João Batista Gonçalves Campos, os irmãos Vinagre, o fazendeiro Félix Malcher e seringueiro Eduardo Angelim – acabaram de fora das decisões políticas da região.

Cerca de 40 mil pessoas morreram durante o processo, entre pobres, negros e índios. Além disso, algumas tribos foram praticamente dizimadas.

5.12 Revolução Farroupilha

A Província de São Pedro do Rio Grande do Sul estava arrasada pelas guerras e praticamente abandonada pelo Império no Brasil, meio desgovernado depois da volta de D. Pedro I para Portugal. Comandados por Bento Gonçalves, iniciou-se então a Revolução Farroupilha em 20 de setembro de 1835, tomando-se Porto Alegre. O Cel. Antonio de Souza Neto proclamou a República Rio Grandense em 11 de setembro de 1836, após uma estrondosa vitória sobre as forças imperiais brasileiras na Batalha do Seival. Neste mesmo ano, após a batalha do Fanfá, Bento Gonçalves, Onofre Pires e Tito Zambecari foram presos e mandados para a Fortaleza de Santa Cruz no Rio de Janeiro.

No dia 06 de novembro de 1836 apareceu em Piratini, pela primeira vez, a bandeira Farroupilha, sendo conduzida pelo Cel. Teixeira Neto e adotada oficialmente por Decreto Lei no dia 12 de novembro do mesmo ano. A bandeira foi planejada por José Mariano de Matos e desenhada por Bernardo Pires.

Em 10 de novembro de 1836 o governo da nova república se instala em Piratini (primeira capital farroupilha) e Bento Gonçalves é eleito Presidente. Como está preso, assume em seu lugar José Gomes de Vasconcelos Jardim. O governo republicano se organiza e são nomeados Generais Antônio de Souza Neto, João Manoel de Lima e Silva, Bento Gonçalves da Silva e, mais tarde, David Canabarro, Bento Manuel Ribeiro e João Antonio da Silveira. Enquanto durou a República Rio Grandense só teve estes seis generais. Neste mesmo ano a maçonaria ajuda na fuga de Bento Gonçalves quando iria ser levado para o Forte do Mar em Salvador. Após a fuga, volta ao Rio Grande e se torna o presidente da República Rio Grandense. Em 1838 Bento discursou aos republicanos no manifesto "Nações Civilizadas" explicando as razões da república. Neste mesmo ano, no dia 30 de agosto, é cantado em Caçapava pela primeira vez o hino Rio Grandense, com letra de Francisco Pinto da Fontoura, música de Joaquim José de Medanha e arranjo de Antônio Côrte Real.

Caçapava passa a ser a capital farroupilha a partir de 14 de fevereiro de 1839 e a república parece consolidada. A marinha de guerra está sob o comando de Giuseppe Garibaldi (italiano que havia sido

trazido pelo Conde Livio Zambecari com auxílio da maçonaria). Os farrapos decidem levar a República ao Brasil e um exército comandado por David Canabarro e apoiado pela marinha de Giuseppe Garibaldi toma o porto de Laguna e, em 24 de julho de 1839 proclamam a República Catarinense ou Juliana.

Em 22 de março de 1842 Alegrete passa a ser capital farroupilha. No início deste ano Bento Gonçalves se bate em duelo com Onofre Pires que morre em consequência dos ferimentos. Após o duelo Bento Gonçalves entrega o governo e o comando do exército republicano. Em 01 de dezembro de 1842 se instala a Assembléia Geral Constituinte sendo promulgada a Constituição em 03 de fevereiro de 1843.

Quando o Barão de Caxias entra na guerra os farrapos perdem a força e, após a batalha de Poncho Verde é assinado o Acordo de Poncho Verde, em Dom Pedrito no dia 28 de fevereiro de 1845 e o Rio Grande volta a fazer parte do Brasil.

As condições de paz do acordo foram:

- Os Rio Grandenses indicariam o nome de quem assumiria a presidência da Província;
- A dívida da República revolucionária seria paga pelo governo imperial;
- Os oficiais republicanos seriam incorporados ao Exército Brasileiro com o mesmo posto;
- Seriam considerados livres os escravos que prestaram serviço militar na república;
- Os prisioneiros republicanos seriam postos em liberdade;
- Soldados da república eram isentos do recrutamento militar.

*mais informações na página 73

5.13 A Sabinada

Sabinada foi uma revolta autonomista de natureza separatista incerta. Essa revolta aconteceu na Província da Bahia, na época do Brasil Império. O movimento ocorreu do dia 06 de novembro de 1837 até o dia 16 de março de 1838. Os revoltados queriam instaurar uma “República Bahiense” no estado da Bahia, até que Dom Pedro II atingisse a maioridade.

Quando Dom Pedro I abdicou de seu trono, ficou subtendido que isso seria um reflexo do movimento liberal que começou na França. Como a opção de sucessor do comando do Brasil ainda tinha 05 anos de idade, até que o futuro imperador atingisse a maior de idade, o país foi governado por regentes. Três vertentes políticas se chocaram no decorrer do Período Regencial:

• Caramurus (restauradores) – nome pelo qual os farroupilhas chamavam os soldados imperiais na Guerra dos Farrapos (1835 – 1845).

• Chimangos (moderados) – Partido Liberal Moderado, foi um partido político brasileiro, criado em 1831.

• Jurujubas (exaltados) – Partido Liberal Exaltado, também denominado por Jurujuba ou Farroupilha, foi um outro partido político brasileiro criado em 1831.

Por causa das diferenças políticas que existiam entre esses três grupos, se instauraram os conflitos em volta da centralização monárquica e do federalismo republicano. Enquanto isso, os moderados tentavam preservar a singularidade, defendendo a independência nacional e a centralização através da formação das monarquias nacionais. Já os exaltados queriam a autonomia provincial.

A Sabinada estava associada à circunstância social da Bahia em meio a década de 1830. A situação estava relacionada com o crescimento da produção açucareira em outros locais e, por consequência, o aumento da oferta dessa iguaria no mercado internacional. Por essas razões a província passou a encarar uma repressão econômica.

Em 07 de novembro do ano de 1837, Francisco Sabino e João Carneiro lideraram os rebeldes e invadiram a Câmara Municipal de Salvador e assim proclamaram a “República Baiana”, que tornou a Bahia tornava livre e independente do controle imperial.

Forças do governo agiram rápido e a revolução foi abafada no dia 16 de março de 1838.

5.14 A Balaiada

A Balaiada, chamada ainda Guerra dos Bem-te-vis, foi a mais longa e numerosa revolta popular ocorrida no Maranhão entre os anos de 1838 e 1841, com início em 13 de dezembro de 1838.

O Maranhão era regido por dois partidos: os liberais (chamados de *bem-te-vis*, por causa do seu jornal, chamado *O Bem-te-vi*) e os conservadores (*cabanos*, por analogia com os cabanos do Pará, Pernambuco e Alagoas).

Considerada uma das maiores insurreições populares da época Brasil-Império, a Balaiada chegou a mobilizar ao menos 12.000 homens ao longo de seus quatro anos de duração. A revolta tomou o nome de *Balaiada* pois *Balaio* era o apelido de um de seus principais líderes, Manuel Francisco dos Anjos Ferreira. Ele era um fabricante de balaios, e fora vítima da violência policial, que havia violentado uma de suas filhas, sem que houvesse punição nenhuma.

A principal causa da revolta foi a detenção do irmão do vaqueiro Raimundo Gomes, o Cara Preta, acusado pelo sub-prefeito da Vila da Manga, José Egito, um *cabano*. No dia 13 de dezembro de 1838, Raimundo Gomes, com nove outros homens, invadiu o edifício da cadeia pública da povoação e libertou-o, reforçando seu grupo com os prisioneiros soltos e vinte e dois soldados encarregados da segurança policial da Vila. Raimundo Gomes conseguiu o apoio de Lívio Pedro Moura, Mulungueta, e Manuel Francisco dos Anjos Ferreira, também conhecido como Manuel Balaio, o que deu nome ao movimento.

Para combater a situação, a Regência enviou ao Maranhão, como Presidente e Comandante das Armas da Província o coronel Luís Alves de Lima e Silva, que tinha experiência militar por ter lutado na Guerra de Independência e na Guerra da Cisplatina, de 1825 a 1828. Ele recebeu o comando de todas as tropas em operação no Maranhão, Piauí e Ceará, e assumiu o comando em 7 de fevereiro de 1840.

A estratégia dos revoltosos era de guerrilha rural, atacando só os pontos fracos da defesa do governo; a resposta estratégica foi manter suficientemente guarnecidas todas as vilas e cidades importantes para os revoltosos. Destes pontos fixos, Lima e Silva combateu a Balaiada, usando muitas vezes o cerco contra grupos de rebeldes.

Os balaios ainda tiveram o apoio de três mil escravos, que fugiram das fazendas, se aquilombaram e depois ficaram sob a liderança do negro Cosme Bento das Chagas.

Em 23 de agosto de 1840, quando foi proclamada a maioria do imperador Dom Pedro II, Lima e Silva anunciou aos maranhenses a quase extinção da guerra civil. Lima e Silva receberia, mais tarde, o título de Barão de Caxias por esta campanha.

5.15 A Praieira

Movimento de caráter liberal e federalista que eclodiu na província de Pernambuco, entre 1848 e 1850. Foi influenciada pelas idéias liberais dos que se queixavam da falta de autonomia provincial, sendo marcada pelo repúdio à monarquia, com manifestações a favor da independência política, da república e por um reformismo radical.

Com fundo social, econômico e político, contou com a participação das camadas menos favorecidas da Província de Pernambuco, oprimidas pela grande concentração fundiária nas mãos de poucos proprietários e a rivalidade com os portugueses, que dominavam o comércio na província. Em síntese, as principais causas da Rebelião Praieira foram:

- o predomínio do latifúndio;
- a dependência e marginalização do pequeno agricultor;
- o encarecimento dos gêneros de primeira necessidade;
- o papel monopolizador dos comerciantes portugueses;
- o êxodo rural;

- a crise da economia pernambucana.

A revolta teve como causa imediata a destituição, por D. Pedro II, do Presidente da Província Antônio Pinto Chicorro da Gama (1800-1887), representante dos liberais. Durante quatro anos à frente do poder, Chicorro da Gama combatera o poder local dos *gabirus*, grupos mais poderosos da aristocracia latifundiária e mercantil, ligados ao Partido Conservador. A substituição deste liberal pelo ex-regente Araújo Lima, extremamente conservador, foi o estopim para o início da revolução, que já acumulava insatisfação com a política imperial e dificuldades devido ao declínio da economia açucareira.

Os rebeldes queriam formar uma nova Constituinte para alterar a Constituição brasileira de 1824, visando a efetiva liberdade de imprensa (uma vez que esta estava limitada, extinguindo artigos que ferissem a família real ou a moral e os bons costumes), a extinção do Poder moderador e do cargo vitalício de Senador, voto livre e universal, garantia de trabalho, além da nacionalização do comércio varejista que estava nas mãos dos portugueses.

Em abril de 1848, os setores radicais do Partido Liberal pernambucano – reunidos em torno do jornal Diário Novo, na Rua da Praia, no Recife, e conhecidos como *praieiros* – condenaram a destituição de Chicorro da Gama, interpretando esse gesto como mais uma arbitrariedade imperial.

A rebelião propriamente dita realizou-se por etapas que foram se sucedendo e tomando características próprias em cada período; foi iniciada a 7 de novembro de 1848, em Olinda, quando os amotinados, compreendendo que dispunham de maior chance de apoio no interior, foram para o norte. Procuravam a área de influência de senhores de engenho liberais, como Manuel Pereira de Moraes.

Em 1 de janeiro de 1849, os revoltosos lançaram o seu programa, um documento que denominaram *Manifesto ao Mundo*. O manifesto defendia:

- o voto livre e universal do povo brasileiro;
- plena e absoluta liberdade de comunicar os pensamentos por meio da imprensa;
- o trabalho, como garantia da vida para o cidadão brasileiro;
- o comércio a retalho só para os cidadãos brasileiros;
- a inteira e efetiva independência dos poderes constituídos;
- a extinção do Poder Moderador e do direito de agraciar;
- o elemento federal na nova organização
- completa reforma do Poder Judiciário, assegurando garantias dos direitos dos cidadãos;
- a extinção da lei do juro convencional;
- a extinção do sistema de recrutamento militar então vigente.

Depois de receber a adesão da população urbana que vivia em extrema pobreza, pequenos arrendatários, boiadeiros, mascates e negros libertos, os *praieiros* marcharam sobre o Recife em fevereiro de 1849 com quase 2,5 mil combatentes, mas foram rechaçados.

A província foi pacificada por Manuel Vieira Tosta, indicado como novo presidente, auxiliado pelo Brigadeiro José Joaquim Coelho, novo Comandante das Armas. Os líderes do movimento pertencentes à classe dominante, foram detidos e julgados apenas em 28 de novembro de 1851, quando os ânimos na província já tinham serenado, ocasião em que o governo imperial pôde lhes conceder anistia. Voltaram, assim, a ocupar os seus cargos públicos e a comandar os seus engenhos.

Por outro lado, os rebeldes das camadas sociais menos privilegiadas - rendeiros, trabalhadores e outros - não tiveram direito a julgamento e, ou sofreram recrutamento forçado ou foram anistiados por intervenção de seus superiores para retornarem ao trabalho, exceto aqueles que foram sumariamente fuzilados durante e logo após os combates.

5.16 Guerra do Paraguai

A Guerra do Paraguai foi o maior conflito armado internacional ocorrido na América do Sul. Foi travada entre o Paraguai e a Tríplice Aliança, composta pelo Brasil, Argentina e Uruguai. A guerra estendeu-se de novembro de 1864 a março de 1870. A principal causa da guerra foi a pretensão do ditador paraguaio Francisco Solano Lopes de conquistar terras na região da Bacia da Prata para o Paraguai obter

uma saída para o Oceano Atlântico. A guerra teve início em novembro de 1864, quando um navio brasileiro foi aprisionado pelos paraguaios no rio Paraguai. Em dezembro de 1864, o Paraguai invadiu o Mato Grosso. No começo de 1865, as tropas paraguaias invadiram Corrientes (Argentina) e logo em seguida o Rio Grande do Sul. Em 1 de maio de 1865, Brasil, Argentina e Uruguai selam um acordo para enfrentar o Paraguai. Contam com a ajuda da Inglaterra. Em 11 de junho de 1865 ocorreu um dos principais enfrentamentos da guerra, a Batalha de Riachuelo. A vitória brasileira neste enfrentamento naval foi determinante para a derrota do Paraguai. Em abril de 1866 ocorreu a invasão do Paraguai. Em 1869, sob a liderança de Duque de Caxias, os militares brasileiros chegam a Assunção. A guerra terminou em 1870 com a morte de Francisco Solano Lopes em Cerro Cora. Nesta guerra morreram cerca de 300 mil pessoas (civis e militares), cerca de 20% da população paraguaia morreu na guerra. A indústria paraguaia foi destruída e a economia ficou totalmente comprometida. O prejuízo financeiro para o Brasil, com os gastos de guerra, foi extremamente elevado e acabou por prejudicar a economia brasileira e a Inglaterra, que apoiou a Tríplice Aliança, aumentou sua influência na região.

*mais informações na página 73

5.17 Abolição da escravatura

A libertação de todos os escravos do país ocorreu em 13 de maio de 1888. Nessa data, a Princesa Isabel, que estava governando o país durante uma viagem de D. Pedro II, assinou a “Lei Áurea”. Esta acabou definitivamente com a escravidão no Brasil. O negro recebeu a emancipação, sem indenização pelos anos de serviço gratuito e perdendo os empregos que possuía como escravo.

Lei Eusébio de Queiroz – proibiu o tráfico interatlântico de escravos.

Lei do Sexagenário – Libertou os escravos acima de 60 anos;

Lei do Ventre Livre – Todo filho de escravo nascido no Brasil tornava-se livre.

5.18 Proclamação da República

Mal. Deodoro da Fonseca e Benjamin Constant proclamam a República em 15 de novembro de 1889. Feita pelo exército, a base do Império, o povo dormiu com a monarquia e acordou com a república.

5.19 Revolução Federalista

Com a proclamação da República (1889), subiu ao poder no estado o Partido Republicano Rio-grandense (PRR) formado por indivíduos oriundos do latifúndio pecuarista e setores médios urbanos. O PRR adotou o Positivismo como ideologia, mas de maneira não ortodoxa. A concepção original do positivismo tinha uma visão progressista e conservadora ao mesmo tempo: pregava a aceleração do desenvolvimento industrial, mas sem alterações sociais - rico continua rico e pobre continua pobre, em síntese. No contexto gaúcho, a adaptação do ideário positivista permitiu a implantação de um projeto capitalista com modernização econômica (em especial no setor dos transportes) e a ampliação da base política do governo - alianças com as "classes médias" e com os grupos da região da colonização.

No Rio Grande do Sul, a implantação da República implicou na adoção de um governo autoritário, fortemente centralizado na figura do chefe político. Isso pode ser notado nas características da Constituição Estadual de 1891, elaborada pessoalmente por Júlio de Castilhos:

- Poder Legislativo estadual limitado a questões orçamentárias;
- Poder Executivo forte, com a utilização de decretos que tinham valor de lei;
- possibilidade de reeleição ilimitada do presidente estadual.

A tomada do poder pelos republicanos, no entanto, não se deu sem contestação. O novo governo teve de enfrentar a Revolução Federalista (1893-1895). A revolta da oposição tinha ex-liberais, ex-

conservadores e até alguns republicanos dissidentes. Enquanto os republicanos eram liderados por Júlio de Castilhos, reunidos no PRR, os federalistas tinham Gaspar Silveira Martins como líder.

Entre novembro de 1893 e janeiro de 1894, ocorreu o **Cerco de Bagé**, onde os republicanos, comandados pelo coronel Carlos Maria da Silva Telles, buscaram abrigo na Catedral São Sebastião. Os antigos moradores de Bagé presenciaram um dos muitos episódios sangrentos que tornaram a Revolução Federalista, uma das mais violentas da história do Rio Grande do Sul e do Brasil.

A **Batalha de Passo Fundo** ou Batalha do Pulador foi um combate ocorrido em 27 de junho de 1894, no hoje distrito de Pulador, município de Passo Fundo. Cerca de 4.600 homens entraram em violento combate que perdurou por seis horas, com grande número de baixas nos dois lados, terminando com pica-paus e maragatos, já sem munição, lutando no corpo-a-corpo.

Os legalistas contavam com cerca de 3.000 homens, entre os voluntários do senador Pinheiro Machado, sob o comando do seu irmão Salvador Pinheiro Machado, contra 1.600 revolucionários federalistas. O saldo final de mortos e feridos diverge, mas estima-se que houve entre 800 a 1000 mortos, destacando-se que não houve prisioneiros. Os sobreviventes, de ambos os lados esconderam-se em matos próximos. O General Francisco Rodrigues Lima, comandante da "Divisão do Norte" das forças do governo, presente na batalha, estimou as perdas entre os maragatos de 700 à 800.

O **Cerco da Lapa** foi um episódio onde a cidade de Lapa tornou-se arena de um sangrento confronto entre as tropas republicanas, pica-paus (legalistas), e os maragatos (federalistas), contrários ao sistema presidencialista de governo. Os legalistas resistiram ao cerco por 26 dias, de 14 de janeiro a 11 de fevereiro de 1894, mas sucumbiram pela falta de munição e comida.

A batalha deu ao Marechal Floriano Peixoto, chefe da República, tempo suficiente para reunir forças e deter as tropas federalistas. Ao todo foram 938 homens entre forças regulares e civis voluntários, lutando contra as forças revolucionárias formadas por três mil combatentes. Os restos mortais do General Carneiro, assim como de muitos outros que tombaram durante a resistência, estão sepultados no *Panteão dos Heróis* na cidade da Lapa no Paraná.

A Revolução Federalista, em resumo, foi uma revolta de coronéis e representantes do poder local contra a ação política de Júlio de Castilhos. Com a subida dos republicanos ao poder, o *pacto imperial* foi rompido. O "pacto" dos coronéis com o Império funcionava assim: os coronéis da fronteira defendiam os interesses territoriais imperiais e, em troca, o governo fazia "vistas grossas ao contrabando. Os republicanos prejudicaram esse "pacto" rompendo com tais privilégios.

Tínhamos dois grupos em confronto. Os **federalistas** defendiam a volta da monarquia e o parlamentarismo. Os **republicanos** defendiam o presidencialismo e, claro, a República.

A Revolução Federalista veio a se constituir num marco divisório do tipo de coronelismo do Rio Grande do Sul. Na época do Império, os coronéis liberais tinham ampla autonomia de ação em troca de votos. Com a tomada do poder pelos republicanos, sua autonomia foi restringida, o contrabando foi efetivamente combatido e taxas alfandegárias privilegiadas foram extintas.

As principais conseqüências dessa revolta coronelista foram a consolidação do grupo republicano no poder (Júlio de Castilhos e, depois, Borges de Medeiros) e uma nova configuração da base social de apoio ao governo, visto que os coronéis acabaram se dobrando ao peso do poder dos republicanos.

*mais informações na página 55 e 74

5.20 Os primeiros Presidentes Brasileiros

1889-1891: Mal. Deodoro da Fonseca

1891-1894: Mal. Floriano Peixoto

1894-1898: Prudente de Moraes (1º Presidente Civil)

5.21 Revolução de 1923

Os anos 1920 se caracterizaram por uma situação de crise no Rio Grande do Sul, graças à recessão econômica e o recuo da demanda mundial. A pecuária foi o setor mais atingido devido à retração do consumo europeu de carnes. E foi nessa conjuntura desfavorável que Borges de Medeiros resolveu colocar em prática uma política de modernização dos transportes, cobrando as dívidas dos criadores de gado e levando muitos deles à falência.

A política borgista de desenvolvimento global da economia gaúcha foi a principal causa da revolta, além da grande incidência de fraude eleitoral nas eleições de 1922 - Borges vencera o candidato da oposição (Assis Brasil) garantindo seu 5º mandato. Em função disso, a parcela oposicionista da elite gaúcha foi às armas para tirar Borges do poder.

A oposição a Borges (PRR) articulou-se em três grupos:

- *federalistas* - liderados por Wenceslau Escobar e Raul Pilla;
- *democratas* - liderados por Assis Brasil (derrotado na eleição de 1922) e Fernando Abbott;
- *dissidentes republicanos* - comandados por Pinheiro Machado e Menna Barreto.

Nesse conflito, como no e 1893-1895, os oposicionistas eram os "maragatos" e os republicanos detentores do poder eram os "chimangos". Vale lembrar que foi da oposição que surgiu, no ano seguinte, a Aliança Libertadora - origem do Partido Libertador fundado em 1928.

A Revolução de 1923 teve seus principais confrontos na região serrana de Passo Fundo e Palmeira. Inicialmente, o movimento ficou restrito ao Noroeste do estado, mas logo espalhou-se para as demais regiões. A tática de guerrilha foi usada para manter o estado convulsionado tentando forçar uma intervenção do governo federal - o que não ocorreu.

O movimento acabou num acordo, o Pacto de Pedras Altas. Pelo Pacto ficou estabelecido que a Constituição positivista seria revisada e que, completado seu quinto mandato, Borges de Medeiros não se reelegeria.

*mais informações na página 74

5.22 Revolução de 1930

A Revolução de 1930 na verdade foi um golpe de Estado que depôs o presidente Washington Luís, no dia 24 de outubro de 1930.

No início de 1929, Washington Luís nomeou o presidente de São Paulo, Júlio Prestes, como seu sucessor. Esta medida foi apoiada por presidentes de 17 províncias. Porém a indicação de Júlio Prestes rompia com a alternância de poderes entre Minas e São Paulo, por isso, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, não deram suporte à Prestes. O movimento foi articulado por estes estados que impediu a posse do presidente eleito Júlio Prestes, sob alegação de fraude eleitoral.

A indignação toma conta do país. Mesmo sem apoio, o presidente Washington Luís não pretendia renunciar ao poder. Assim, em 3 de outubro os militares liderados por Getúlio Vargas, no sul, e Juarez Távora (1898-1975), no norte, convergem para o Rio de Janeiro. Ao chegarem na capital, forma-se a Junta Governativa, pelos três ministros militares Tasso Fragoso, Mena Barreto e Isaías de Noronha.

Washington Luís declara que só sairia do cargo preso ou morto. Imediatamente, a Junta Governativa o prende e o leva ao Forte Copacabana, onde permaneceria até novembro e dali partiria para o exílio na Europa.

Com isso, Getúlio Vargas tornou-se chefe do Governo Provisório com amplos poderes, revogando a constituição de 1891 e governando por decretos. Da mesma forma, nomeou seus aliados para interventores (governadores) das províncias brasileiras. Flores da Cunha foi nomeado como interventor do Rio Grande do Sul.

*mais informações na página 62

6. HISTÓRIA DO PARANÁ

Segundo o professor Francisco Filipak a palavra Paraná tem um significado Tupi e quer dizer: pará: mar + anã: semelhante, parecido. Paraná: semelhante ao mar, grande como o mar. (2000, p.108-110).

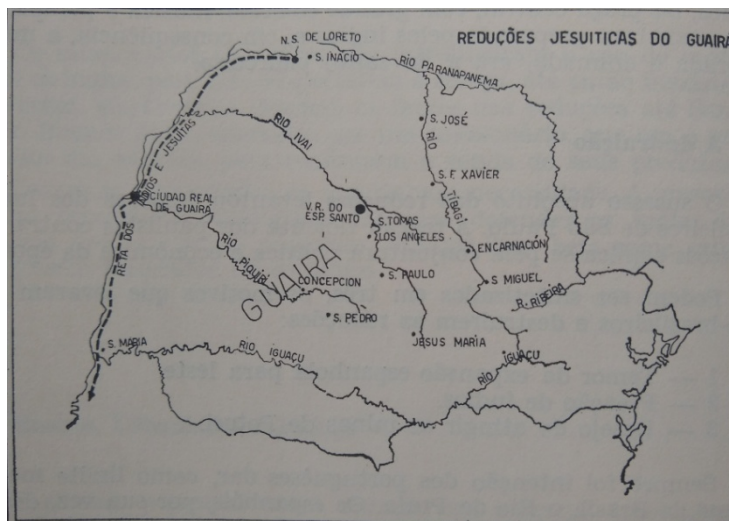
6.1 O povoamento no Paraná

O povoamento paranaense iniciou na segunda metade do século XVI com a presença colonizadora espanhola em território hoje paranaense, quando o governador do Paraguai, Domingo Martínez de Irala, resolveu fundar vilas na região do Guairá, as quais tinham por objetivos:

- Subordinar os indígenas ali encontrados, pertencentes sobretudo a grande família tupi-guarani (calculava-se 200.000 índios, aproximadamente);
- Deter as contínuas penetrações portuguesas, predadoras de índios, para oeste da linha de Tordesilhas;
- Conseguir no futuro um porto marítimo para Assuncion, no Atlântico, aparecendo a Baía de Paranaguá como o local mais indicado para tanto.

A primeira região que experimentou o sistema de missões ou reduções foram as Reduções del Guairá, fundadas em 1554: Vila Rica de Ontivers (abaixo de onde haviam as Sete Quedas) e em 1579: Vila Rica do Espírito Santo.

Às margens dos Rios Piquiri, Ivaí, Tibagi, Paranapanema e Iguaçu foram criadas 13 reduções com o objetivo de formar uma "República Teocrática Guaraní" tendo como capital a Ciudad Del Guairá. Foram elas: Nossa Senhora de Loreto, Santo Antônio, São Francisco Xavier, São Pedro, São José, Assunción, São Miguel, Santo Antônio, São Tomé, Los Angeles, São Paulo, Jesus Maria, Concepción de Santa Maria.



Os Portugueses ficaram preocupados com o sucesso das reduções e seu avanço para o leste. Então resolveu fazer as "bandeiras" para o interior consolidando a posse portuguesa e escravizando os índios. Das 13 reduções, 11 foram destruídas pelos portugueses fazendo com que os jesuítas abandonassem o Guairá e, por volta de 1620, fossem para o Rio Grande do Sul.

Os milhares de habitantes indígenas do Paraná, em sua grande maioria, passaram por eliminação de maneira definitiva ou passaram por incorporação à sociedade, miscigenados. Porém, são muitas as

contribuições influenciadas pela herança indígena, seja no trabalho do dia-a-dia, ou em seus usos e costumes:

Quanto ao **vocabulário** é grande a quantidade dos termos que se originaram do tupi-guarani ou gê no linguajar do dia-a-dia, como por exemplo. Paraná, Curitiba, Paranapanema, Paranaguá, Iguaçu, Tibagi, Marumbi, canjica, butiá, vossoroça, guri, etc. A língua indígena contribuiu com nomes de acidentes geográficos, como rios, serras, picos, etc.

Na **alimentação** o uso da farinha de mandioca tem grande difusão entre a população. Esta farinha era importante para o índio como a farinha de trigo era importante para o caucasiano. O trabalho de eliminar o ácido venenoso possuído pela mandioca brava, tornou proporcional uma fonte de alimento dotada de grandeza para os índios. Atualmente, se conhece o seu uso na totalidade das camadas sociais. Também o mingau, canjica, paçoca e outros alimentos, tiveram o seu uso que se originou dos índios;

A **rede** ou "eni" foi usada pelos índios para repousar na dormida em suas ocas, porque não eram conhecedores da cama. Atualmente o uso deste utensílio doméstico é generalizado.

Quanto a **erva-mate**, foram os índios da família guarani que deram orientação ao homem branco de como se utiliza essa erva. Atualmente, tem utilizado definitivamente nas tradições culturais da Região Sul do Brasil, constituindo-se num chá quente, gelado ou do tradicional chimarrão.

Os europeus não eram conhecedores do **fumo**. Os colonizadores apenas passaram a ter conhecimento dele na América. Os índios eram utilizadores desse vegetal, aspirando o fumo em cachimbos feitos de barros. Atualmente, seu uso é universal, constituindo-se em cigarro e charuto;

O costume do **banho diário** e do cabelo de loção; são elementos que o colonizador português aprendeu com os indígenas.

6.2 O papel dos jesuítas

Os padres da Companhia de Jesus andavam preocupados com a falta de eficiência do método de catequização até então empregado, o qual consistia em contínuas peregrinações entre as aldeias indígenas, onde batizavam e pregavam a palavra de Deus. Este sistema entretanto era pouco eficiente, visto que a falta do sacerdote numa aldeia acarretava o desleixo e o desinteresse dos indígenas neoconvertidos pela religião cristã, voltando facilmente à prática das antigas superstições.

Guairá foi a primeira região que experimentou o novo sistema adotado pelos Jesuítas: as reduções. Os primeiros núcleos indígenas fundados pelos jesuítas, na região, foram os de Nossa Senhora de Loreto e Santo Inácio Mini, ambos localizados na margem esquerda do rio Paranapanema, sendo o de Loreto fundado em 1610, na foz do rio Pirapó. Nesta região os jesuítas encontraram aproximadamente 200 famílias, já batizadas anteriormente por padres da companhia. O núcleo pioneiro prosperou rapidamente e tornou-se a capital das reduções, onde passou a residir o padre superior da província do Guairá, nome pelo qual a antiga Província de Vera começava a ser designada.

6.3 O povoamento no Litoral do Paraná

O povoamento do Brasil iniciou em 1543, quando o rei de Portugal, D. João III dividiu o Brasil em capitanias hereditárias.

O litoral do sul ficou dividido em quatro capitanias, doadas a dois donatários: Martim Afonso de Souza e seu irmão Pero Lopes de Souza. A ambos os irmãos couberam dois quinhões.

O de Martim Afonso de Souza era o mais setentrional e iniciava-se na altura de Macaé (hoje estado do Rio de Janeiro), indo até cerca de um terço da ilha de São Sebastião. Abrangia o cabo São Tomé, baía de Guanabara, Angra dos Reis e inclusive o território onde mais tarde foi fundada a vila de São Paulo.

A segunda parte iniciava-se na barra de São Vicente e terminava na barra da baía de Paranaguá, incluindo Itanhaem, Iguape e Cananéia. Ambos esses quinhões foram denominados Capitania de São Vicente.

Por volta de 1550, com a descoberta do ouro nos rios da região, o litoral atraiu habitantes. Porém, com o grande número de índios Jê, os exploradores estabeleceram-se na Ilha da Cotinga, onde estavam mais seguros, levantando inclusive algumas habitações. Este foi o primeiro núcleo de Paranaguá e Domingos Peneda foi seu fundador.

Com o correr do tempo os colonos viram que havia um espírito fraternal com os índios e animaram-se a passar suas habitações para terra firme. Localizaram-se às margens do Rio Taquaré, hoje Itiberê, onde até hoje é ocupado pela cidade de Paranaguá.

O homem mais prestigioso da vila era Gabriel de Lara, valente e acatado por todos, foi escolhido para ser o Capitão Mor da vila. Recebeu ordens do Rei para realizar a elevação da localidade à categoria de Vila. O Pelourinho, símbolo de autoridade e justiça na vila, foi inaugurado em 1646 e em 26 de dezembro de 1648 foram realizadas as eleições para escolha de suas autoridades. Paranaguá recebe o nome de Vila Nossa Senhora do Rocio de Paranaguá e em, 05 de fevereiro de 1842 torna-se cidade de **Paranaguá**.

Tal qual Paranaguá, os primeiros desbravadores da região de **Antonina**, situada nos fundos da baía de Paranaguá, foram faiscadores de ouro vindos de Paranaguá. A fundação do povoado somente veio a ocorrer em 12 de setembro de 1714 e, em 1797 ocorre a elevação de Vila.

Às margens do Rio Nhundiaquara, antigo Cubatão, localiza-se **Morretes**. O progresso da vila foi lento recebendo porém, grande impulso com o desenvolvimento do comércio entre Curitiba e o litoral. Morretes era o ponto final do caminho do Itupava. Os tropeiros aproveitavam a estrada no litoral e reabasteciam-se na vila. Os moradores de Morretes, aproveitando-se da sua posição geográfica, realizaram grande comércio, ao mesmo tempo em que se dedicavam a mineração do ouro. Em 1783 já contava a vila com 18 pequenas casas de madeira cobertas com palha.

Com o Tratado de Madrid, aqui no Paraná a fronteira recuou da linha de Tordesilhas até o rio Paraná, tal qual se encontra em nossos dias. Porém em 1761, em virtude de contingências políticas européias, Portugal e Espanha entraram em guerra, o que veio a anular o Tratado de Limites. Então voltou a reinar a confusão e voltaram a ocorrer as antigas lutas nas fronteiras meridionais do Brasil.

O espanhol Pedro de Cebalos apoderou-se da Colônia de Sacramento, invadiu o Rio Grande do Sul e chegou a ocupar a ilha de Santa Catarina. O perigo de invasão à capitania de São Paulo, à qual pertencia o Paraná, era eminente, em sua parte meridional. Governava-a então, D. Luís Antônio Botelho Mourão, o filho primogênito de Mateus, que por sua vez, obedecia às ordens do famoso Marques de Pombal, poderoso ministro de D. José I (rei de Portugal).

D. Luís Antônio Botelho Mourão chegou à São Paulo em 1765 e trouxe planos, já preparados em Portugal para defender a Capitania da ameaça espanhola e ocupar os sertões existentes à oeste da Linha de Tordesilhas.

O fiel executor das ordens e da política do governador D. Luís, em território paranaense, foi seu sobrinho, Afonso Botelho Sampaio. Sua missão no litoral era fortalecê-lo, prevenindo-se contra um provável ataque espanhol. Suas principais providências foram:

- Construir a Fortaleza da Barra de Paranaguá, na Ilha do Mel;
- Fundar a Vila de Guaratuba e de São José de Ararapira.

A construção da conhecida fortaleza do litoral iniciou-se em 1767 e foi concluída dois anos após. A população de Paranaguá negou-se a colaborar em dinheiro e escravos para sua construção como determinara o governador da capitania de São Paulo. Com a decadência da mineração do ouro as vilas entraram em declínio e a miséria apossou-se da maioria da população. Porém, apesar de sua pobreza, os habitantes acabaram contribuindo com dinheiro e escravos para construção. A vila de Paranaguá também foi fortificada, cavando-se trincheiras e executando-se obras de defesa em lugares estratégicos.

A baía de Guaratuba achava-se completamente sem defesa, como todo litoral entre Paranaguá e São Francisco, apesar de viverem ali alguns moradores. Afonso Botelho, dando cumprimento às

determinações de D. Luis, convocou todos os moradores da região, para se reunirem na pequena povoação já existente na entrada da baía. Em 29 de abril de 1771, erigiu-se aí o pelourinho com a presença do tenente coronel Afonso Botelho, do ouvidor geral da Comarca de Paranaguá Lourenço Maciel Azamor e das demais autoridades, tomando a pequena vila o nome de São Luis de **Guaratuba**. Afonso Botelho fundou também a Vila de São José de Ararapira, posto de vigia situado na foz do rio Ribeira. Hoje é um distrito do município de **Guaraqueçaba**.

6.4 A Ocupação dos Campos Gerais

Entende-se por Campos Gerais uma estreita e alongada faixa de terras no segundo planalto paranaense, formada de campos e entremeada de pequenos bosques de matas, que se estende de Jaguariaíva até a margem direita do rio Negro, passando pela Lapa.

Sua ocupação ocorreu pela expansão paulista no Brasil, a qual, na região, não seguiu o modelo tradicional de trazer família, escravos, padres, agregados, etc.

De 1768 a 1774, no curto espaço de 6 anos, as Bandeiras de Afonso Botelho realizara no planalto paranaense uma obra valiosa:

- Reanimou e desenvolveu as vilas do Registro (Lapa) e Sant' Anna do Iapó (Castro);
- Empreendeu 13 expedições (bandeiras) ao nosso interior;
- Descobriu e fez o reconhecimento dos Campos de Guarapuava.

Das diversas bandeiras empreendidas por Botelho, podemos destacar as seguintes:

- Do Tenente Domingos Lopes Cascais, que desceu e explorou o rio do Registro (Iguaçu). Voltou decepcionado, por comprovar a inavegabilidade deste rio, em virtude do grande número de saltos e corredeiras encontradas;

- Do Capitão Estevão Baião, que descobriu o rio Ivaí, ao qual deu o nome de D. Luís em homenagem ao Morgado (primogênito) de Mateus, governador da Capitania. Parte dessa expedição chegou até as Sete Quedas, no Rio Paraná, e ao rio Piquiri;

- A expedição de Bruno Figueiras, explorando os rios Iguaçu e Potinga;

- Do Capitão Silveira Peixoto, que explorou o rio Paraná, encontrando aí uma força castelhana que o aprisionou, passando, os seus componentes, sete longos anos nas prisões de Buenos Aires;

- A expedição do Tenente Cândido Xavier, que após infrutíferas buscas à procura dos homens de Silveira Peixoto, descobriu os afamados campos de Guarapuava pelo ano de 1770.

Durante as dezenas de anos em que o território ficou completamente abandonado, os índios não cessaram de atacar fazendas e sertanejos no interior do Paraná. Um acontecimento decisivo para a conquista definitiva da região foi a vinda para o Brasil da família Real portuguesa, em 1808. O príncipe D. João, desejando ocupar definitivamente os sertões do sul, dirigiu-se ao governador de São Paulo:

- Autorizando a concessão de sesmarias nos sertões paranaenses;

- Legalizando a caça ao índio e sua escravidão porque, segundo ele, todos os meios humanitários, utilizados para reduzi-los, falharam.

O presidente de São Paulo, Franco e Horta, conseguiu junto com a Corte a criação de uma "Junta da Real Expedição e Conquista de Guarapuava", a qual eliminou a inumana lei do extermínio do índio. O financiamento desta expedição seria obtido por um novo imposto, lançado no registro de Sorocaba, sobre o gado que transitasse pelo caminho do Viamão.

Diogo Pinto de Azevedo Portugal foi o homem escolhido para chefiar a expedição que visava não somente a conquista, mas também o povoamento dos campos. Para tanto, foram recrutados em Curitiba 200 soldados, o que era um número extraordinário, face a pequenez da população. A expedição não era somente militar. Compunha-se de homens, mulheres e crianças, todos desejosos de obterem terras gratuitamente, como fora prometido.

Chegados a região dos campos de Guarapuava, o comandante organizou a construção de uma fortaleza que recebeu o nome de Atalaia. Esta foi construída de madeira numa elevação em forma quadrangular e defendida por fossas e paliçadas (cerca feita com estacas apontadas e fincadas na terra).

O padre Francisco Chagas Lima, extraordinário sacerdote curitibano foi escolhido para chefiar o trabalho de catequese do indígena da região. Em sua tarefa, o padre Chagas foi imensamente auxiliado por um notável cacique chamado Pahy, o qual demonstrando enorme dedicação à civilização e ao cristianismo, contribuiu para atrair e pacificar os índios.

Em virtude da fortaleza de Atalaia situar-se em lugar considerado impróprio, o catequista e o comandante escolheram um novo local para a povoação, recebendo este o nome de Nossa Senhora de Belém, que deu origem à atual cidade de **Guarapuava**.

6.5 A Emancipação do Paraná

As atenções que o príncipe Regente D. João, recentemente chegado ao Brasil, dispensara aos problemas da comarca de Paranaguá, bem como a conservação do chamado caminho velho do Itupava entre Morretes e Curitiba, entusiasmaram nossa população, fazendo-a almejar um objetivo comum: a obtenção de um governo próprio. Para tanto, em 1811, a comarca de Paranaguá foi a primeira a enviar ao príncipe D. João uma representação neste sentido. O líder deste movimento emancipacionista em 1811 foi Pedro Joaquim Corrêa de Sá, o qual tinha pretensões de tornar-se o Capitão Mor da nova capitania. Porém, após várias tentativas junto à Corte no Rio de Janeiro, Correia de Sá vê fracassada sua missão. De qualquer forma, este foi o primeiro movimento em prol da emancipação da comarca.

Uma nova tentativa de emancipação da comarca ocorreu em 1821 com o movimento denominado Conjura Separatista, porém, nada foi conquistado de prático com este movimento.

Mas o ideal emancipacionista não desapareceu. As câmaras de vereadores de Paranaguá, Morretes, Antonina, Vila do Príncipe (Lapa), Curitiba e Santo Antônio do Iapó (Castro), solicitavam freqüentemente a autonomia agora ao governo imperial brasileiro. Nesta fase, registraram-se os nomes de dois vultos heróicos: Francisco de Paula e Silva Gomes e Manuel Francisco Correia Júnior.

Paula Gomes foi um tropeiro, muito relacionado nos meios comerciais e políticos do Rio Grande, São Paulo e da corte, no Rio de Janeiro. Era uma pessoa conhecida em toda parte por sua honestidade e pela integridade de seu caráter. Em suas andanças nas capitanias do sul, empenhava-se a fundo na propaganda pela emancipação da Comarca. Imprimia folhetos propagandísticos que distribuía em suas viagens de tropeiro. Gastou parte de sua fortuna nesta atividade política.

Correia Júnior foi coronel da Guarda Nacional. Por ocasião da revolução liberal de 1842, armou e manteve um batalhão legalista, tudo às suas custas. No Rio de Janeiro, sempre procurou conseguir adeptos na corte e entre políticos para a causa da Emancipação da Comarca.

Desde 1835 os liberais do Rio Grande do Sul haviam se levantado em armas contra os imperiais. Enquanto evoluía esta Revolução chamada Farroupilha, a situação política no Rio de Janeiro também havia se complicado. Os liberais iniciaram um movimento revolucionário em São Paulo e Minas Gerais por não concordar com as novas leis conservadoras que haviam sido decretadas.

A situação estava difícil para o governo de D. Pedro II pois, caso os revoltosos liberais de Minas e São Paulo se unissem com os revoltosos gaúchos da Revolução Farroupilha, formariam uma frente única revolucionária. Isto só dependia da Comarca de Curitiba que estava estrategicamente situada e era dominada politicamente por liberais, portanto sua adesão à causa liberal ligaria as forças rio-grandenses com a "Coluna Libertadora" de São Paulo e Minas Gerais. Portanto era imprescindível que o imperador cativasse os Curitibanos.

O ambiente em Curitiba era tenso e o presidente de São Paulo enviou João da Silva Machado, um político hábil e pretensioso que seduziu os liberais curitibanos com a promessa de elevação da Comarca à categoria de Província. Após a vitória dos legalistas o próprio presidente de São Paulo solicitou oficialmente ao governo imperial a separação.

Em 1843 o projeto de separação começou a ser discutido pelo legislativo imperial. A luta parlamentar durou 10 anos pois a maioria dos deputados paulistas procurava entravar ou retirar o projeto com receio que São Paulo não conseguisse subsistir sem a contribuição da comarca de Curitiba.

O governo imperial manifestou-se favorável à nova Província porém, os deputados paulistas desesperados apresentaram outro projeto que criava a Província de Sapucaí, a qual seria desmembrada de Minas Gerais, deixando o projeto da Comarca do Paraná em segundo plano.

Somente em 1850 foi apresentado na câmara um projeto que criava a Província do Amazonas e voltando assim, a ser debatido o assunto da emancipação da Comarca de Curitiba. Os mais dinâmicos batalhadores e defensores da causa curitibana foram: Cruz Machado e o senador Carneiro de Leão. No mesmo ano a Província do Amazonas foi criada e a do Paraná ficou em segundo plano.

Em 2 de agosto de 1853 o projeto foi aprovado finalmente, tornando-se o Paraná a mais jovem província do império. A solene instalação foi realizada em 19 de dezembro do mesmo ano, ocasião em que o primeiro presidente, Zacarias de Goes e Vasconcelos, tomou posse do cargo.

6.6 A Evolução da Província do Paraná

Até 1853 o Paraná pertenceu à Província de São Paulo. Esse desmembramento teve variados motivos como o apoio de paranaenses à Revolução Farroupilha, uma punição pela participação paulista na revolução liberal de 1842 e, sendo o argumento econômico, a grande e lucrativa produção de erva-mate na região do estado.

O governo da Capitania Real do Rio de Janeiro decidiu a criação, em 1660, da Capitania de Paranaguá, que se formou a partir dos territórios pelos quais antigamente eram compostos pela Capitania de Santana. O fato de ser criada a então capitania hereditária vinha trazer benefícios ao Marquês de Cascais, um dos que descendiam de Pero Lopes de Sousa, donatário da Capitania.

A existência da Capitania perdurou até 1710, quando da sua extinção e incorporação aos territórios da Capitania de São Vicente e Santo Amaro, com os quais veio a formação posterior da Capitania Geral de São Paulo, em 1709. Por ser muito extensa, a coroa portuguesa dividiu em ambas as comarcas, ficando a do sul sediada em Paranaguá, onde tem passado a ser a residência oficial do ouvidor-geral.

Posteriormente, em 1812, a coroa portuguesa transferiu sua capital de Paranaguá para Curitiba, sendo elevada à categoria de comarca com a denominação de Comarca de Curitiba e Paranaguá, nome que vigorou até 1853, quando a comarca foi transformada na mais nova capital da província do Brasil Império.

Em 19 de dezembro de 1853 o baiano Zacarias Góes e Vasconcelos assume a presidência da Província do Paraná. Com a proclamação da República, o Paraná deixa de ser Província e passa a ser Estado tendo como primeiro governador Generoso Marques dos Santos.

O período provincial no Paraná teve uma duração de 36 anos, desde 1853 a 1889, quando o Brasil aderiu ao regime republicano de governo. No Paraná podemos dividir o período provincial em duas fases:

- 1- de 1853 até a Guerra do Paraguai (1864-1870);
- 2- do término desta guerra até 1889.

O primeiro período caracteriza-se pela nomeação ao cargo de presidente, de políticos procedentes de outras províncias do império. No segundo período, ocorre um aumento da autonomia da província, iniciando esta sua libertação da tutela que o governo imperial exercia.

O Paraná foi muito beneficiado por ter como seu primeiro presidente o baiano Zacarias Góes e Vasconcelos, homem de grande visão política e administrativa, que soube orientar os primeiros passos da jovem província, de maneira dinâmica e eficiente. No dia seguinte ao de sua posse tomou importante decisão, ao encarregar pessoas competentes de realizarem um estudo minucioso das condições e possibilidades das estradas que ligavam Curitiba ao Litoral.

Outro importante acontecimento no início do seu governo foi a confirmação da cidade de Curitiba como capital, apesar das pretensões que tinham dessa regalia as cidades de Paranaguá e Guarapuava. Além disso, no seu governo se fez:

- a- a divisão da província em três comarcas: Curitiba, Paranaguá e Castro;
- b- a criação de uma Companhia Policial, a fim de proporcionar aos cidadãos maior segurança individual;
- c- o início da construção da estrada que ligaria Curitiba a Antonina, a conhecida estrada da Graciosa;
- d- a organização de várias escolas primárias e a criação das cadeiras de francês e inglês no Liceu Paranaense.

6.7 A Fundação de Curitiba

Conta uma antiga tradição que Soares do Valle, membro de uma conhecida família de São Paulo, desentendeu-se com o governador da Capitania e teve que fugir, devido a perseguição que lhe moveu o dito governador. Embrenhou-se então pelos sertões incultos, vindo a sair nos Campos Gerais paranaenses, chegando às Campinas de Curitiba. Estabeleceu-se mais tarde com a família nos campos de Curitiba de onde avistou a Escarpa do Mar e foi até Paranaguá. Escreveu então ao sogro, a fim de que viesse e lhe trouxesse a mulher e os filhos. Isto ocorreu de fato, e juntamente como sogro veio Lourenço Rodrigues de Andrade com sua família, estabelecendo-os nos campos de Curitiba, na pequena povoação de nome Vilinha, localizada nas margens do riacho Atuba.

Provavelmente por se tratar de uma região muito úmida, seus moradores resolveram mudar a sede da respectiva vila. Conta também uma antiga lenda que todas as manhãs, na capela do local, a imagem de Nossa Senhora da Luz, que ali se venerava, estava com o olhar voltado para o lado onde queria que se erigisse sua igreja definitiva. A lenda continua narrando que para ter sempre uma boa amizade com os indígenas, os povoadores deveriam convidar o cacique da tribo tinguí, que habitava a região, para indicarlhes o local mais apropriado. Este cacique aceitou o convite e, depois de procurar demoradamente um bom lugar, fincou uma vara no chão dizendo “Kur yt yba”, isto é, “grande quantidade de pinheiros”. Desta expressão do cacique tinguí surgiria o nome da futura capital dos paranaenses.

A participação dos índios no surgimento de Curitiba deve ser real, porque é o único argumento que explica as boas relações que sempre existiram entre os brancos portugueses e os indígenas na região de Curitiba. O fato explica a harmonia existente entre os colonos e faiscadores de ouro com o índio, antes e depois de sua fundação.

Com o correr do tempo, várias outras famílias vieram juntar-se à este incipiente núcleo de população. Sabe-se que, em 1661, Baltazar Carrasco dos Reis e Mateus Leme já residiam com suas famílias no Vale do Rio Barigüi. A estas e outras famílias, agregaram-se outras, mais modestas que forneciam a mão de obra para lavoura e a pecuária. Juntamente com os escravos e os índios já civilizados.

Em 4 de novembro de 1668 Gabriel de Lara levantou o Pelourinho e o capitão-povoador Matheus Martins Leme, promove em 29 de março de 1693 a eleição das autoridades, o povoamento passou a chamar-se Vila Nossa Senhora da Luz dos Pinhais.

A mudança do nome da vila e da rotina do povoado veio em 1721, com a visita do Ouvidor Raphael Pires Pardiniho. Segundo o Ouvidor, a população atingia 1.400 pessoas.

Esquecida pelos governantes da Capitania de São Paulo, Curitiba passou por um período de extrema pobreza. A prosperidade só viria a partir de 1812 com o tropeirismo. Ponto estratégico do caminho do Viamão a São Paulo e às Minas Gerais, o povoado viu crescer o comércio com a passagem dos tropeiros.

O aluguel de fazendas para as invernadas transferia os habitantes do campo para o povoado. Surgiram lojas, armazéns e escritórios de negócios ligados ao transporte de gado. Junto com o desenvolvimento, em 1853 foi conquistada a emancipação do Paraná e Curitiba se tornou capital.

A ligação de Curitiba com o litoral, através de veículos rodoviários, somente foi possível no século passado, com a construção da estrada da Graciosa por volta de 1873, e posteriormente pela estrada de ferro inaugurada em 1885.

6.7.1 Personagens considerados fundadores de Curitiba

O chefe da primeira expedição oficial que coordenou os serviços de exploração de minas de ouro nos Distritos do Sul (com inclusão de Curitiba) foi Eleodoro Ébano Pereira. Os primeiros nomes que surgem na história de Curitiba, após Ébano Pereira foram:

- Baltasar Carrasco dos Reis: bandeirante brasileiro e um dos fundadores de Curitiba;
- Mateus Martins Leme: capitão-povoador da cidade de Curitiba, participou da bandeira de Fernão Dias Pais, em 1637, cujo percurso se estendeu até o Rio Grande do Sul. Promoveu a primeira eleição da Câmara de Vereadores. No dia 29 de março de 1693 fundou a Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, alguns anos após, chamada de Curitiba.
- Gabriel de Lara: "O povoador", era homem enérgico e ativo, usava com toda a pompa seus títulos, com os quais governou a capitania de Paranaguá por 36 anos. Sua autoridade e prestígio eram incontestáveis, erigindo também o pelourinho em São Francisco em 1660 e, em 1668 ergue um pelourinho no povoado de *Nossa Senhora da Luz dos Pinhais*. Este foi o marco inicial da história de Curitiba.

6.8 Os Ciclos da Economia Paranaense

6.8.1 O Ciclo do Ouro

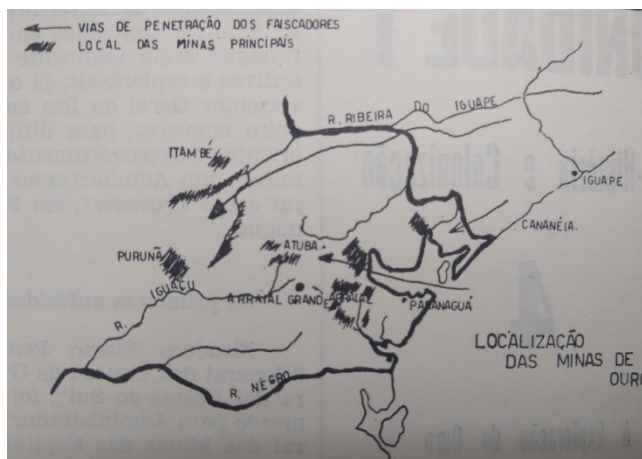
O Primeiro Ouro encontrado em terras brasileiras em quantidades razoáveis, foram feitas no litoral sul do Brasil. Segundo Antônio Vieira dos Santos, em 1578 já há muito se trabalhava nas minas de Iguape e Paranaguá. A região que produziu esse ouro era o território compreendido entre o rio Nhundiaquara e a baía de Antonina. Esta descoberta provocou o povoamento tanto do litoral quanto do interior.

Eleodoro Ébano Pereira, "General das Canoas de Guerra das Costas do Sul", foi nomeado para Administrador Geral das Minas das Capitânicas do sul, e Mateus de Leão como provedor das mesmas. Eleodoro Ébano Pereira organizou as minas descobertas, reunindo os garimpeiros em arraiais, que são aldeamentos improvisados como os do Atuba, Assungui, Arraial Grande, Arraial Queimado, ... Impôs a ordem nos mesmos e estabeleceu em Paranaguá uma Casa de Fundição, para a cobrança do quinto. Chamava-se quinto o imposto que a Coroa impunha aos mineradores e exploradores, e consistia na entrega da 5ª parte de todo o ouro encontrado pelos mesmos.

A Casa da Fundição, em Paranaguá, tinha a função de transformar todo o ouro, encontrado nos nossos garimpos, em barras, nas quais ia estampado o carimbo real, e de cobrar nesta ocasião o quinto (5%). A circulação do ouro, em pó ou em pepitas, era ilegal. Estas barras de ouro, posteriormente eram remetidas à Casa da Moeda do Rio de Janeiro, que as transformava em moeda.

A contínua e progressiva atividade dos mineradores fez os mesmos subirem o leito dos rios que deságuam na Baía de Paranaguá, sempre à procura de filões de ouro. Desta maneira, transpuseram a Escarpa do Mar e foram faiscar no Planalto, ainda no século XVII.

As picadas abertas na travessia da Escarpa do Mar, utilizando-se dos rios faiscados, vão dar origem aos primeiros caminhos que ligaram o litoral com o planalto, como o da



Graciosa, do Itupava e do Arraial. Por outro lado, o vale do Ribeira já era o usado pelo tradicional caminho do Peabiru (caminho pré-colombiano que ligava o litoral brasileiro até o Oceano Pacífico no Peru).

No planalto, a exploração das minas atingiu maiores proporções. Explorava-se na região de Curitiba, Assungui, Tibagi etc. No planalto de Curitiba, ficavam as famosas minas do Arraial Grande, que deram origem à cidade de São José dos Pinhais. Vultuosos foram os trabalhos de pesquisa no leito do rio Arraial Queimado, atual Bocaiúva do Sul, a de Botiatuva, Purunã, Atuba, Vilinha, Canguiri e outros.

Penosa e difícil era a vida dos mineradores. Agrupavam seu acampamento, formando um arraial, onde moravam em toscas cabanas de pau, cobertas com folhas de palmeira ou capim. Com frequência, esses rudes mineradores contraíam casamento com índias da região, o que vai causar um elevado índice de miscigenação, entre o homem branco e a mulher índia.

Com a descoberta de riquíssimos veios auríferos em Minas Gerais, o ouro de Paranaguá perdeu a importância. Então ocorre um verdadeiro êxodo da população dos garimpos para aquela região. As famílias ricas, que possuíam grandes extensões de terra, passaram a se dedicar à criação de gado, que logo abasteceria a população de Minas Gerais.

Conseqüências do ciclo da mineração:

- Povoamento do litoral, por mineradores vindos de vários pontos do Brasil;
- Surgimento de Paranaguá, e povoamento do litoral por homens atraídos pela cobiça do ouro;
- Desbravamento e colonização do primeiro planalto, até então praticamente desconhecido;
- Fundação de Curitiba, hoje capital do Estado, que se originou dos antigos arraiais auríferos;
- Abertura de picadas que ligaram o planalto curitibano ao litoral, transpondo a Escarpa do Mar, vias de comunicação vitais para o desenvolvimento da região.

6.8.2 O Ciclo do gado e o Tropeirismo no Paraná

Como as grandes criações de gado e de eqüinos estavam localizadas ao sul (no Rio Grande do Sul, Paraguai e Argentina), foi aberto um caminho pelo qual o gado e os eqüinos seriam transportados, que ligava a Vila de Sorocaba (em São Paulo), a Viamão (no Rio Grande do Sul). A esse caminho deu-se o nome de “Caminho de Viamão”.

O gado e as mulas eram comprados na grande feira realizada em Viamão, e levados pelos tropeiros até a Vila de Sorocaba pelo Caminho de Viamão. Com o passar do tempo, as paradas ou os locais de pouso dos tropeiros, foram sendo povoados, dando início a novos municípios que atualmente formam um roteiro turístico, chamado de Rota dos Tropeiros.

Foi o tropeiro um personagem típico de nossa sociedade de antigamente. O dono das tropas não era um homem pobre. A formação de uma tropa requeria quantias razoáveis, sendo a maioria de seus proprietários, homens abastados e de destaque. Foram tropeiros aqui do Paraná homens como o Barão do Tibagi, Barão dos Campos Gerais, Cel. Joaquim Rezende de Lacerda, Francisco Paula e Silva Gomes.

O tropeiro desempenhava por conta própria o trabalho do correio, numa época em que o mesmo era praticamente inexistente no interior; era o homem que trazia as notícias dos últimos acontecimentos aos vilarejos por onde passava; era também o portador de bilhetes, recados e o intermediário de muitos negócios.

O burro ou a mula eram os animais utilizados para o transporte, e não o cavalo, pois o muar possui qualidades surpreendentes: muito mais resistência para as longas caminhadas e impressionante capacidade de suportar peso, o que o torna preferido para este serviço, apesar de sua lentidão.

Os tropeiros paranaenses eram chamados de Biriva ou Biriba. Os tropeiros gaúchos, acostumados à lida na campanha, dependiam muito dos Birivas para cruzar matas de cima da serra e conduzir a tropa até Sorocaba. Era o Biriva que tinha um conhecimento maior das matas e elevações dos caminhos que deveriam cruzar.

O território gaúcho, situado numa região onde as fronteiras entre a colônia portuguesa e as terras castelhanas eram indecisas, sofria grande influência espanhola. Foi ainda o tropeiro que trouxe para o

Paraná inúmeros termos de origem castelhana, como por exemplo: churrasco, chimango, charque, rabicho, arroio, bombacha, poncho, rincão, coxilha, estância, etc, termos estes que estão definitivamente incorporados ao linguajar paranaense e sem dúvida nenhuma no vocabulário gaúcho.

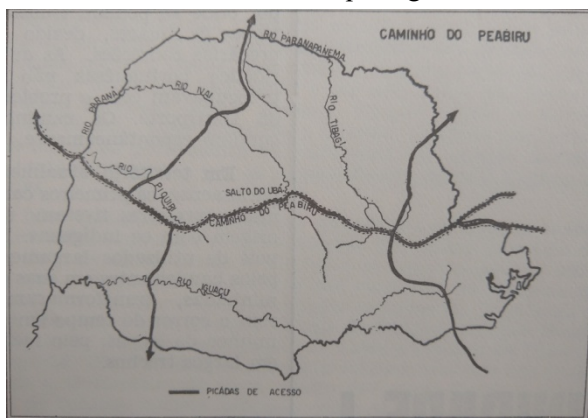
O contato íntimo e permanente dos tropeiros de Sorocaba, Campos Gerais e do Rio Grande do Sul conseguiu aproximar os gaúchos do resto do Brasil, impedindo que os mesmos se tornassem castelhanos.

6.8.2.1 Os caminhos que surgiram durante o tropeirismo

Em território, atualmente paranaense, os primeiros caminhos terrestres tiveram sua origem com os indígenas. Depois de utilizados largamente pelos bandeirantes em suas caminhadas, transformaram-se com o correr do tempo em caminhos de tropas, pelo menos em largos trechos.

- O PEABIRU

Nome de origem tupi, que os índios davam ao caminho Transcontinental que ligava o Peru, no Oceano Pacífico, com São Vicente, no Atlântico. É um caminho pré-colombiano, existente antes do descobrimento da América. O Peabiru partia de São Vicente ou de Cananéia no litoral paulista, atravessava a escarpa do mar, penetrando pelo vale do rio Ribeira do Iguape, transpunha os Campos Gerais, ultrapassava os rios Tibagi, Ivaí, Piquiri e, pelo vale deste último, atingia a região das Sete Quedas no rio Paraná; atravessava este rio, penetrava em território paraguaio e, vencendo a Cordilheira dos Andes, terminava no litoral peruano. Possuía numerosas ramificações para o norte e para o sul.



- CAMINHO DA GRACIOSA

Ao que tudo indica, essa estrada fora antigamente uma picada pela qual os índios, localizados no planalto, desciam ao litoral. Posteriormente, os faiscadores de ouro avivaram-na ao subirem pela escarpa, em direção ao planalto. Os viandantes que faziam a ligação entre a marinha e o interior, decidiram abandonar este caminho, em virtude de ser mais extenso do que os outros existentes. Apesar das várias tentativas que houve, no sentido de proporcionar-lhe condições de trânsito de muares, pouca coisa de concreto se fez.

O Ouvidor Rafael Pires Pardinho, em 1721, já provia a sua abertura. O Sargento Simão Cardoso Pazes fêz-lhe reparos por sua própria conta. O famoso tropeiro Tenente Manuel Teixeira de Carvalho ordenou o seu melhoramento e fez por ela a primeira travessia de muares para o litoral. No entanto, a abertura definitiva do caminho foi ordenada pelo Governador e General da Capitania de São Paulo, Antônio Franca e Horta. Este forçou as populações das vilas de Antonina e Morretes a contribuir com dinheiro e trabalhos na execução da obra. Esta atitude levantou contínuos protestos da população e câmaras municipais de Morretes e de Paranaguá por:

- A estrada da Graciosa ligar Curitiba a Antonina passando longe de Morretes;
- Antonina levava vantagem como porto, por ser marítimo e poder receber navios. O mesmo porém não ocorria com Morretes, pois era fluvial.

Estes eram os motivos pelos quais Morretes e Paranaguá eram aliadas na chamada "**Guerra dos Portos**" contra Antonina. Esta guerra atrasou a abertura definitiva de uma boa estrada para o litoral, atraso que muito prejudicou o progresso da região.

Apesar de tudo, em 1808 o caminho estava aberto e já se realizava o transporte serra abaixo. Porém, a grande maioria dos tropeiros preferia a utilização do caminho chamado do Itupava. Mesmo as tropas que desciam pela Graciosa subiam pelo Itupava o que levou as câmaras de Morretes e Paranaguá a

lançarem mais apelos e protestos contra o novo caminho. Tanto se bateram os morretenses e os parnanguaras que a estrada do Itupava, que lhes favorecia, não foi fechada e continuou sendo preferida pelos tropeiros, apesar de seus inúmeros perigos.

Em 1853 Zacarias de Góes e Vasconcelos, primeiro presidente da Província do Paraná, ordenou um exame e estudos nas estradas existentes para o litoral para que fosse aberta uma estrada que possibilitasse a passagem de veículos com rodas. Após minuciosos estudos o governo decidiu abrir uma rodovia para o litoral utilizando, em grande parte, o traçado do caminho da Graciosa. Porém foi somente em 1873 que esta obra foi concluída, sendo a mais importante da Província, desafogando a economia paranaense que estava atrofiada no planalto por falta de transporte eficiente.

- CAMINHO DE ITUPAVA

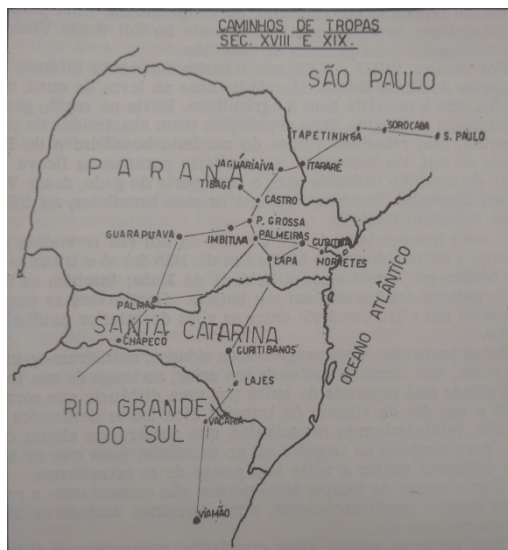
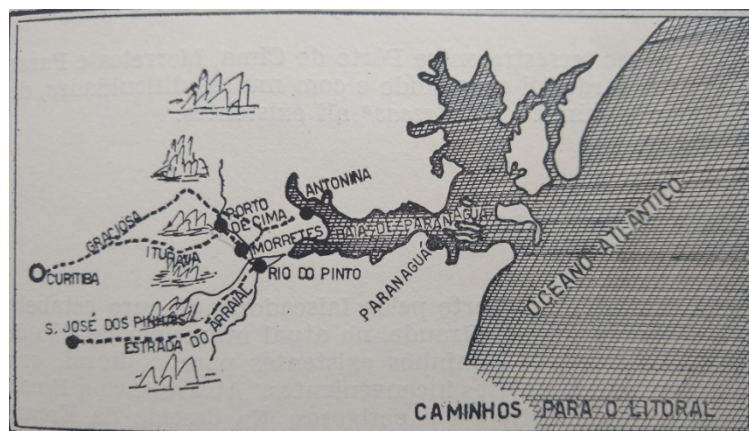
Conta uma antiga tradição popular que alguns caçadores da Borda do Campo (campos localizados entre Curitiba e a escarpa do mar), perseguindo uma anta, vieram a matá-la próximo a Porto de Cima. No trilho percorrido pelos caçadores, foi aberta uma picada, que deu origem ao caminho de Itupava. Inicialmente, tal como o da Graciosa, só dava trânsito aos pedestres. A preferência que os tropeiros manifestavam por esse caminho, em detrimento do da Graciosa, tinha as seguintes razões:

1- O caminho de Itupava era mais curto. A travessia da escarpa, desde Curitiba, levava apenas dois dias, enquanto que, pela Graciosa, quatro dias;

2- A simpatia e a solidariedade dos tropeiros para com os comerciantes de Morretes, onde possuíam inúmeros amigos e fregueses.

Em 1772 Afonso Botelho de Sampaio e Souza, necessitando transportar dois pesados canhões, melhora este caminho avivando a trilha já existente e abrindo no alto da Escarpa, uma nova estrada. A partir daí o Itupava, que passava por uma enorme rocha chamada de Cadeado, após abertura a base de pólvora, ficou aberto para passagem de animais à beira do perigoso precipício que havia no local.

O Itupava permaneceu como principal via de transporte entre o planalto e o litoral até a abertura definitiva da estrada da Graciosa em 1873.



- CAMINHO DO ARRAIAL

Este caminho foi aberto pelos fiscoadores de ouro estabelecidos no chamado Arraial Grande, no atual município de São José dos Pinhais. Dos três caminhos existentes para o litoral, era o que apresentava os maiores inconvenientes. Atravessava a escarpa em lugares muito estreitos e perigosos. Na descida da Serra, passava pelas margens de dois ribeirões, os quais impediam totalmente o trânsito por ocasião das chuvas. O caminho servia aos moradores de São José dos Pinhais e também para a Vila do Príncipe (atual Lapa). No litoral este caminho terminava no local denominado Porto do Rio do Pinto.

- ESTRADA DA MATA

A comunicação dos Campos Gerais paranaenses com São Paulo é bastante antiga; porém, somente no século XVIII é que vai definir-se a denominada Estrada da Mata. Era, na realidade, um caminho ou simplesmente uma picada, que comunicava os campos do Rio Grande do Sul até a tradicional feira paulista de Sorocaba. O gado transportado do Rio Grande do Sul era revendido em Sorocaba e conduzido até as Minas Gerais. Não foi só o trânsito do gado bovino que caracterizou a Estrada da Mata; também as tropas de muares dominavam em seu trajeto. As tropas de muares realizavam um ativo comércio entre as vilas do interior paulista e gaúcho. Tinha esse caminho vital importância, pois era o único que fazia a ligação do Rio Grande do Sul com São Paulo pelo interior.

6.8.3 O Ciclo da Erva Mate

A erva-mate, antigamente denominada de congonha, é uma árvore nativa das florestas regionais. Sua utilização como bebida já foi descoberta pelos índios paranaenses. Os jesuítas das reduções do Guairá chamaram-na de “erva do diabo”, porque os indígenas atribuíam-lhe poderes de descontrole das emoções. Em virtude disso, os jesuítas chegaram a proibir sua utilização pelos indígenas. No Paraná, sua produção em grande escala só ocorreu no século XIX.

Em 1820, devido a acontecimentos políticos, a comunicação entre Buenos Aires e o Paraguai tornou-se difícil. A região platina (Uruguai e Argentina) era grande consumidora de mate e abastecida pela produção paraguaia. Então os consumidores de Montevideu e Buenos Aires vieram comprar o produto paranaense, exportado por Paranaguá. Esta foi a grande oportunidade que o Paraná teve pois este produto de exportação se transformou em esteio da economia paranaense, sobretudo no período provincial. Foi uma época de ouro pois houve períodos em que a erva mate chegou a representar 85% da economia da província.

A erva-mate, Erva do Paraguai ou “*ilex paraguariensis*”, como a denominou o sábio francês Saint-Hilaire, foi o mais original complexo cultural da região de Curitiba e dos Campos Gerais. Trata-se de um arbusto que chega a ter até 12 metros de altura, cujas folhas constituem sua parte mais importante. É uma riqueza espontânea que se renova em cada safra. Quanto mais se colhe, mais abundante ela se torna. Pode ser podada de 2 em 2 anos ou de 3 em 3 anos, dependendo do solo e da tecnologia aplicada.

Em 1853 o Paraná possuía 90 engenhos de beneficiamento do mate e o produto havia alcançado grande consumo nos mercados de Buenos Aires, Valparaiso, Montevideu e Rio de Janeiro. Como principal produto paranaense, sua importância econômica ultrapassou o período colonial e, até a Primeira Guerra Mundial, foi o esteio da economia do Paraná, apesar da forte concorrência oferecida pelo Paraguai.

A Erva Mate tem importantes propriedades, como: estimulante, digestivo, proporcionando ao corpo maior resistência às fadigas, sobretudo nas longas caminhadas. É também eficiente na digestão de alimentos pesados como o charque, o pinhão, feijão, etc, muito usados no sul do Brasil.

Durante mais de cem anos – de 1820 a 1930 – a erva-mate foi absoluta na economia e em toda vida paranaense. Era a principal riqueza produzida. Toda a vida econômica, social, política, cultural, girava em torno da erva-mate. Conhecendo o processo cultural da erva-mate, conhece-se a História do Paraná daquele período. Samuel Guimarães da Costa (1989) afirmou que o estudo da economia ervateira é importante porque foi “o ciclo mais autônomo, mais prolongado e estável da História do Paraná”. Ao contrário do ciclo do ouro, do gado, da madeira ou do café, a economia ervateira “não esteve sob o controle de outros Estados, permitindo que o Paraná criasse em torno dela sua própria elite dirigente, com influência sobre as diretrizes governamentais que melhor convinhassem a seus interesses, embora pudesse ser vítima de seus próprios erros” (Costa, 1989).

6.8.4 O Ciclo da Madeira

O ciclo da madeira aconteceu ao mesmo tempo que o da erva-mate. Teve início no litoral, com a exploração do cedro, da peroba e da canela-preta. Com a construção da estrada da Graciosa e a estrada de ferro Curitiba – Paranaguá, o pinheiro do Paraná, *Araucária augustifolia*, passou a ser exportado para todo o Brasil e até para o exterior.

O grande estímulo para a exportação do Pinheiro Paranaense surgiu com a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) pois não se podia importar o pinheiro europeu para o Brasil durante a guerra. Também o mercado de Buenos Aires foi conquistado, dando preferência à madeira do Paraná pelas qualidades superiores que apresentava.

Multiplicaram-se as serrarias, principalmente ao longo das estradas de ferro recentemente abertas que ligavam São Paulo ao Rio Grande do Sul.

Rapidamente a exportação do pinheiro superou a atividade da erva mate como principal fonte de arrecadação do Estado.

Sobretudo após 1930, o desenvolvimento do transporte feito por caminhão, tornou possível penetrar cada vez mais para o interior. A indústria madeireira atraiu boa parte da mão de obra excedente do mate que estava em crise.

As serrarias estavam sempre à procura de vastos pinheiros e foram adentrando o estado para oeste e sudoeste. Como eram nômades, as serrarias só ficavam no local enquanto haviam pinheiros para corte e depois iam para outro local com pinheiros. Onde se instalavam criavam um núcleo populacional de casas para os operários, farmácia, mercados, etc., tudo pertencente à companhia exploradora. Portanto, deixava onde passava uma região devastada sem contribuir para a fixação duradoura da população.

Apesar disso, este ciclo trouxe grande desenvolvimento ao nosso Estado através do aumento do número de estradas, desenvolvimento do transporte fluvial pelos rios Paraná e Iguaçu e do aparecimento de novas cidades como Palmas e Campo Mourão. Por outro lado a extração da madeira de forma desordenada também provocou um grande desmatamento, que modificou a nossa paisagem e alterou o equilíbrio ecológico da região.

6.8.5 O Ciclo do Café

Durante muito tempo, o café foi a atividade econômica mais importante não só para o Paraná como também para o Brasil. A plantação do café no Paraná teve início em 1920, mas em 1960 é que nosso Estado liderou a produção de café no país.

Só com a descoberta da Terra-Roxa, no norte do Paraná, é que a lavoura cafeeira ganhou um grande impulso, principalmente com a vinda de agricultores paulista e mineiros. Essa ocupação ocorreu em três fases. A primeira delas durou de 1860 a 1920, foi ocupado o chamado "**norte velho**" ou "**norte pioneiro**" compreendendo a divisa do nordeste com o Estado de São Paulo indo até a cidade de Cornélio Procopio. Cidades como Jacarezinho, Tomazina, Santo Antônio da Platina foram fundadas nesta época.

A Segunda fase, conhecida como "**norte novo**" (1920 – 1950) fez a ocupação de Cornélio Procopio até o rio Ivaí. Nesse período foram fundadas as cidades de Londrina, Cambé, Rolândia, Maringá, Apucarana.

Na última fase, denominada "**norte novíssimo**" (1950 – 1960) foi povoada a região entre os rios Piquiri e Ivaí, com fundação de cidades como Umuarama, Xambre, Cruzeiro do Oeste. Com o café surgiram novas indústrias, houve um aumento da imigração, com estrangeiros de várias nacionalidades vindo trabalhar na lavoura além disso, surgiram novas estradas, para auxiliar, no transporte da produção.

6.9 Paraná Escravocrata

Ainda na primeira metade do século XVI chegaram os primeiros escravos africanos para o Brasil. A sociedade organizada em território hoje paranaense, era semelhante à que se encontrava no restante do Brasil, mas não era idêntica. Aqui, o sistema de trabalho escravo, fosse africano ou indígena, foi também empregado, mas não chegou a dominar devido ao tipo de economia que se desenvolveu aqui, pois o regime escravocrata instalou-se no Paraná com o início da mineração de ouro no litoral.

Os portugueses que foram atraídos para a atividade da mineração não chegavam a ganhar um capital necessário para compra de grande número de escravos africanos e, no século XVII o trabalho escravo existente no Paraná baseava-se sobretudo no índio. Somente nas últimas décadas deste século foi trazido um maior número de escravos africanos para região em virtude das minas paranaenses passarem a produzir mais ouro.

À proporção que decaía a mineração no século XVIII, os escravos eram transferidos para agricultura e pecuária no planalto, nos chamados Campos Gerais.

No início do século XIX surgiram as primeiras tentativas no sentido da proibição do tráfico negreiro da África para o Brasil. Assim, em 1826 e 1831 já havia leis proibindo este tráfico, porém estas determinações não eram cumpridas, sobretudo no Paraná. O porto de Paranaguá converte-se num dos maiores centros de contrabando de escravos no Brasil que, após desembarcados era transportados para outros pontos do país.

A Inglaterra, que por diversas razões econômicas, não desejava a continuação do tráfico negreiro no Brasil, aprovou o projeto de lei "*bill Aberdeen*" em 1845, o qual permitia a perseguição de navios negreiros brasileiros pela marinha inglesa até mesmo nas costas brasileiras. Porém, esta atitude inglesa em nada diminuiu tal tráfico, ao contrário, aumentou. Alguns parnanguaras, inconformados com a violação das águas territoriais brasileiras pelos ingleses, dirigiram-se a fortaleza da Ilha do Mel e convenceram seu comandante a abrir fogo contra o navio inglês, que retornava do interior da baía, trazendo os navios brasileiros aprisionados. Este incidente na baía de Paranaguá ficou conhecido na história paranaense como "**Combate de Cormorant**" e repercutiu nas relações do Brasil com a Inglaterra, fazendo com que o governo imperial tomasse medidas severas contra o tráfico de escravo nas costas do país.

Ainda em 1850 surgiu então a lei "Eusébio de Queiroz", proibindo terminantemente qualquer tráfico de africanos no Brasil e impondo severas sanções aos transgressores. Porém, nem assim cessou-se o tráfico de africanos para Paranaguá, pois em 1861 o governo do império precisou voltar a agir quando soube que estavam contrabandeando escravos pela barra do Superagüi até Guaraqueçaba onde podiam passar navios de até 200 toneladas.

O movimento pela abolição da escravatura no Brasil desenvolveu-se principalmente após a Guerra do Paraguai. A propaganda abolicionista atingiu o Paraná encontrando apoio de inúmeros proprietários que alforriavam (libertavam) seus escravos. Com a finalidade de lutar contra a escravatura, foram criadas sociedade civis em Paranaguá (Sociedade Redenção Paragüense) e em Curitiba (Sociedade "Ultimatum"). Estas sociedades faziam coletas para arrecadar dinheiro e comprar os escravos para libertá-los e promoviam fuga aos cativos, encaminhando-os para São Paulo. Assim, diminuía aos poucos, a porcentagem de escravos na Província do Paraná até a abolição definitiva em 13 de maio de 1888.

Principalmente após 1850, com as leis restritivas à entrada de africanos no Brasil, o país sentiu grande falta de mão de obra principalmente para lavoura e, para remediar o grave problema, o governo brasileiro incentivou a entrada de imigrantes europeus no país.

6.10 Os imigrantes no Paraná

Em 1829, o barão de Antonina localizava, às margens do rio Negro, um núcleo de imigrantes de origem alemã, justamente no trajeto do caminho de tropas que faziam a ligação entre Sorocaba e Viamão,

o qual transformou-se nas cidades de Rio Negro e Mafra. Esta foi a primeira tentativa concreta para o estabelecimento de imigrantes europeus, não portugueses no Paraná.

Os primeiros anos que passava em sua pátria de adoção eram difíceis para o imigrante. Quando o imigrante chegava ao Paraná, desembarcavam no porto de Paranaguá ou Antonina e depois eram transportados para Curitiba em carroções e alojados nas improvisadas hospedarias para imigrantes, as quais geralmente estavam superlotadas.

Os imigrantes eram transportados com sua família de Curitiba para a colônia a que se destinava, onde, na maioria das vezes, era instalado em barracas enquanto esperavam as demarcações das terras e o lote que lhes caberia. As condições higiênicas eram péssimas, ocasionando freqüentes epidemias de tifo.

Após estabelecido em seu lote, cessava a alimentação por parte do governo. O colono recebia então uma importância em dinheiro para a compra de sementes e utensílios. Após a derrubada da mata virgem e enquanto esperava sua pequena colheita, o imigrante era utilizado pelo governo na construção de estradas para colônia. O colono era responsável em pagar para o governo sua dívida do adiantamento do dinheiro recebido em prestações e o valor do lote que lhe coubera.

A partir de então, cada núcleo tornava-se autônomo e o governo não providenciava mais nada para facilitar a absorção da nova cultura para si e sua descendência. Os colonos deixados à própria sorte, organizaram sua vida social e religiosa construindo igrejas, sociedades recreativas e até escolas para que seus filhos pudessem aprender a ler e escrever.

6.10.1 Alemães

Os alemães foram os primeiros a chegar ao Paraná. Em 1829, mais de 300 colonos foram encaminhados para o antigo pouso de tropas às margens de Rio Negro e Mafra. Mas, o maior número de imigrantes vindos da Alemanha chegou ao Estado no período entre as guerras mundiais, fugindo dos horrores dos conflitos. Após a emancipação política da Província, localizaram-se preferencialmente em Curitiba e arredores. A partir de 1878, chegou ao Paraná um grupo de imigrantes desta origem étnica, porém procedentes da Rússia, da região do Rio Volga. Os seus componentes ficaram conhecidos entre nós como russo-alemães e localizaram-se preferencialmente no planalto dos Campos Gerais. Dedicaram-se sobretudo ao transporte, conduzindo carroções a serviço, principalmente, do transporte da erva-mate.

6.10.2 Árabes e Sírio Libaneses

O primeiro lugar onde os árabes se instalaram no Paraná foi em Paranaguá. Os sírio-libaneses conhecidos popularmente por "turcos" pelo fato de, na época da chegada no Brasil, pertencer a Síria e o Líbano à Turquia, dedicaram-se ao comércio urbano.

6.10.3 Espanhóis

Os primeiros imigrantes espanhóis que chegaram ao Paraná formaram Colônias nos municípios de Jacarezinho, Santo Antônio da Platina e Wenceslau Brás. Entre 1942 e 1952 a imigração espanhola tornou-se mais intensa.

6.10.4 Holandeses

Os primeiros holandeses chegaram no Paraná em 1909, instalaram-se em uma comunidade próxima a Irati. Algumas famílias acabaram voltando para a Holanda, outras foram para a região dos Campos Gerais onde fundaram a Cooperativa Holandesa de Laticínios, em 1925.

6.10.5 Italianos

Sem dúvida os italianos foram os que ocuparam o primeiro lugar nas imigrações brasileiras. Entraram no Paraná principalmente entre 1875 e 1878 e contribuíram muito trabalhando nas lavouras de café e, mais tarde, em outras culturas. A principal concentração desses imigrantes no Estado está na capital, Curitiba, em Morretes, no litoral, e nas cidades de Palmeira e Lapa, onde existiu a colônia anarquista de Santa Cecília.

6.10.6 Japoneses

Os imigrantes japoneses se fixaram no Norte Pioneiro, trazendo a tradição da lavoura japonesa.

6.10.7 Poloneses

Os poloneses chegaram ao Paraná por volta de 1871, e fixaram-se em São Mateus do Sul, Rio Claro, Mallet, Cruz Machado, Ivaí, Reserva e Irati. Esse povo ajudou a difundir o uso do arado e da carroça de cabeçalho móvel, puxado a cavalo. Dedicados à agricultura, ajudaram a aumentar a produção do Estado.

6.10.8 Portugueses

No Paraná, a partir de meados do século XIX, destacam-se as grandes levas de portugueses atraídos pela explosão cafeeira do **Norte Novo** do Paraná. A cidade de Paranaguá foi, e continua sendo até hoje, a cidade do Paraná que tem mais traços da cultura e herança lusitana. Foi a porta de entrada dos portugueses e manteve alguns traços característicos desse legado.

6.10.9 Ucrânianos

Os ucranianos chegaram ao Paraná entre 1895 e 1897. Mais de 20 mil imigrantes chegaram ao Estado e formaram suas principais colônias em Prudentópolis e Mallet. Hoje o Paraná abriga a grande maioria de ucranianos que vivem no Brasil: 350 mil dos 400 mil imigrantes e descendentes.

Entre 1853 e 1886 o Estado recebeu cerca de 20 mil imigrantes. Cada um dos povos que colonizaram o Paraná formaram colônias nas regiões do Estado, considerado o maior "laboratório étnico" do Brasil e quem sabe do mundo. Todos os grupos étnicos aqui chegados procuraram-se integrar no ambiente brasileiro dando sua colaboração para transformar o Paraná no território onde se faz a maior experiência étnica que o mundo tem notícia.

6.11 Revoltas e Revoluções no Paraná

Os meios políticos paranaenses não se entusiasmaram desde o início pela idéia republicana. O manifesto de 1870 em prol da República, divulgada em São Paulo, não teve grande repercussão na província do Paraná.

Os dois maiores partidos existentes no tempo do império era o liberal e o conservador. O partido conservador, liderado pelo Barão do Serro Azul, na realidade era, com o consentimento do barão, chefiado por Vicente Machado. O partido liberal transformou-se no Partido Republicano Federal e, os antigos liberais, chefiados agora por Generoso Marques dos Santos, formaram o Partido Republicano Paranaense.

Em 1889, com a Proclamação da República, os antigos liberais foram retirados do governo e voltaram ao poder com as eleições de 1891 onde foi eleito para presidente do Estado o Dr. Generoso Marques dos Santos, em substituição à junta governativa que dirigia o Estado desde 15 de novembro. Este governo sancionou a primeira constituição paranaense em 1891. O governo de Generoso Marques foi temporário devido a mudança na política nacional quando da renúncia ocorrida do Marechal Deodoro após seu "golpe de estado". Então Marechal Floriano, que era vice de Deodoro, assume a presidência do Brasil e afasta do poder todos os governadores e Assembleias Legislativas que haviam dado apoio ao golpe de estado de Deodoro.

O Paraná novamente passou a ser governado por uma junta militar que convoca novas eleições. O novo governo, tanto executivo quanto legislativo, foi empossado em fevereiro de 1892, subindo ao poder o Partido Republicano Federal, sendo eleito o governador Dr. Francisco Xavier da Silva e como seu vice Dr. Vicente Machado (o mais prestigiado líder político estadual daquele tempo).

Nesta época Marechal Floriano suspeitava das tendências políticas monárquicas e parlamentaristas de Silveira Machado, líder político gaúcho. Por este motivo, Floriano apoiou de Júlio de Castilhos nas eleições de estado contra Silveira Martins. Júlio de Castilhos saiu vitorioso e os federalistas, partidários de Silveira Martins, por estarem inconformados com a derrota, procederam a invasão do Estado com tropas procedentes do território uruguaio, onde haviam se organizado. Em 1893 teve então o início da mais bárbara das revoluções brasileiras, ensanguentando por longo tempo, vários Estados do país.

6.11.1 A Revolução Federalista no Paraná

Desde o início da revolução, ambos os grupos receberam apelidos populares, pelos quais passaram a ser chamados. Os florianistas, que eram os legalistas, ficaram conhecidos por “pica-paus”, devido ao tipo de armamento que usavam. Os federalistas receberam a alcunha de “maragatos”, que é um termo pejorativo de origem castelhana que significa “pessoa desqualificada”.

Os chefes dos maragatos nunca tiveram unidade de ação e nem os mesmos objetivos políticos. As tendências eram as mais variadas possíveis: tendência monárquica do Almirante Saldanha da Gama, tendência republicana de Custódio de Mello, tendência separatista de Gumercindo Saraiva (criar uma nova nação formada pelo sul do Brasil e o Uruguai), sem falar nos caudilhos que aderiram à revolução para satisfazer aspirações políticas e ambições de mando como de Juca Tigre e outros.

Esta falta de objetivos comuns dos mais prestigiosos chefes federalista fez com que nunca houvesse um comando realmente unificado e, em conseqüência, foi grande a dispersão de sua força.

Porém, nem todas as forças do exército no Rio Grande do Sul aderiram a revolução. O senador Pinheiro Machado ficou à frente das forças fiéis ao governo do Rio de Janeiro e organizou a famosa Divisão do Norte no Rio Grande do Sul que iria agredir continuamente os federalistas pela retaguarda.

Em setembro de 1893, na baía de Guanabara, a esquadra do Almirante Custódio de Mello rebelou-se recebendo o apoio do prestigiado Almirante Saldanha da Gama. Com a revolta instalada na marinha a revolução adquiriu âmbito nacional. A situação de Marechal Floriano tornou-se crítica pois não poderia mais abastecer suas tropas do sul por mar e teria que manter uma poderosa força militar na capital da República para impedir um desembarque no Rio de Janeiro.

Custódio de Mello saiu da baía de Guanabara com alguns navios de guerra, tomou o litoral de Santa Catarina, inclusive Destêrro (Florianópolis) e organizou ali um governo provisório da República sob sua chefia com o propósito de forçar a neutralidade das nações estrangeiras procurando impedir o fornecimento de armas ao governo federal de Marechal Floriano.

Após a ocupação relativamente fácil de Santa Catarina os revolucionários conceberam um plano audacioso, o de invadir e ocupar o Paraná. O plano consistia em atacar o Estado do Paraná por três frentes: Paranaguá, Tijucas e Lapa, concentrando-se após em Curitiba, antes de tentarem a conquista de São Paulo.

Enquanto o interior paranaense era ameaçado pelas tropas dos maragatos, no litoral a esquadra de Custódio de Mello realizava o bloqueio dos portos. Paranaguá era o lugar visado pois era ponto final da estrada de ferro que ia do litoral até o planalto e principal porto exportador do Estado.

A invasão da baía de Paranaguá deu-se em janeiro de 1894, com navios de guerra poderosamente armados. A velha e histórica fortaleza da barra rendeu-se face ao poderio de fogo dos navios que forçavam a barra de Paranaguá. Nestas circunstâncias a resistência foi fraca e o desembarque ocorreu sem grandes combates na cidade. Após a queda do seu principal centro, o litoral do Paraná estava ocupado pelos revolucionários.

Gumercindo Saraiva comandava as forças maragatas vindas de Santa Catarina que atacaram Tijucas. A resistência imposta pelos pica-paus foi ousada pois impôs pesados confrontos aos maragatos por inúmeras vezes. Os dias 15, 16 e 17 de janeiro de 1894 foram de contínuos combates. Mas como os legalistas estavam cercados e sem cavalaria, a munição acabando, a alimentação e água difícil de se conseguir, era impossível bater em retirada, então renderam-se. Até porque Paranaguá já havia sido ocupada e o governo, chefiado pelo governador Vicente Machado, já havia abandonado Curitiba e se instalado provisoriamente em Castro.

Após receber o comando do General Argollo, o Coronel Gomes Carneiro teve como preocupação a organização da defesa da cidade da Lapa. Em 14 de janeiro as forças do Coronel Gomes Carneiro foram atacadas por contingentes agrupados e chefiados por Gumercindo Saraiva, Aparício Saraiva, Jaques Ouriques, "Juca Tigre" e outros.

Gomes Carneiro, cercado na Lapa, pediu auxílio para Curitiba e à Divisão do Norte de Pinheiro Machado, mas ninguém o respondeu. A única solução encontrada pelo bravo militar foi a resistência total. A cidade foi violentamente bombardeada pela artilharia federalista. Mas a eficiente e pertinaz resistência oferecida por Carneiro irritava o adversário, que apertou ainda mais o cerco.

Após o governador transferir a capital provisoriamente para Castro, não deixou força policial alguma para garantir a ordem e a segurança da população em Curitiba. A população solicitou à Junta Comercial que organizasse uma guarda policial improvisada para oferecer um mínimo de segurança à população.

Quando Gumercindo Saraiva entrou em Curitiba com suas tropas, não teve resistência alguma, pois a Junta Comercial, presidida pelo homem de maior prestígio da cidade, Ildefonso Pereira Correia, o Barão do Serro Azul, já havia feito um tratado com os maragatos que, em troca de alta quantia em dinheiro, não iriam fazer saques na cidade.

Barão do Serro Azul teve um difícil e perigoso encargo. Seu principal objetivo foi salvar a população curitibana, principalmente o comércio, de um saque de conseqüências imprevisíveis, por parte dos maragatos. O Barão tratou do pagamento como chefe do novo governo civil provisório instalado em Curitiba, Dr. Menezes Dória, nomeado pelos federalistas.

Os federalistas ficaram em Curitiba por dois meses mas não concretizaram seu plano inicial de invadir São Paulo. Somente ocuparam Ponta Grossa e Castro que não ofereceram resistência.

Na Lapa, em 7 de fevereiro, Gomes Carneiro recebeu um ferimento grave e dois dias após veio a falecer. A fome e a falta de munição instalaram-se entre os sitiados da Lapa. Não chegava nenhum auxílio. A continuação da resistência seria inútil, mas durante 26 dias, 639 soldados das tropas republicanas resistiram bravamente às forças federalistas, formadas por cerca de 3 mil combatentes.

Enquanto os maragatos conquistavam o Paraná, Marechal Floriano organizava tropas em São Paulo para contra-atacá-los. Conseguiu adquirir e aparelhar dos Estados Unidos uma frota de guerra a qual, sob o comando do Almirante Jerônimo Gonçalves, em 13 de março de 1894 venceu as forças de Saldanha da Gama no mar, afastando o perigo de desembarque dos revolucionários no Rio de Janeiro ou em Niterói.

Essa vitória naval estabeleceu pânico nas tropas dos maragatos e possibilitou que Marechal Floriano enviasse tropas e abundante material de guerra para o sul, que até então estavam retidos no Rio de Janeiro para defesa da capital da república.

Curitiba, Lapa e Paranaguá foram evacuadas pelos maragatos, temerosos com a aproximação das tropas legalistas provenientes de São Paulo. A morte de Gumercindo Saraiva trouxe completo desânimo às tropas federalistas. Aparício Saraiva ainda lutava no Rio Grande do Sul mas, perseguido por todos os lados, fugiu para a Argentina.

O Papel do Paraná foi decisivo nesta revolução sangrenta. Proporcionou ao governo central do Marechal Floriano, na época o símbolo da República e da legalidade, o tempo suficiente para a aquisição de uma esquadra, bem como para a organização, em São Paulo, das forças necessárias para deter e repelir o avanço das tropas federalistas. A prolongada resistência no chamado Cerco da Lapa foi decisiva na concretização destes planos e impediu o ataque ao Estado de São Paulo, o qual desta forma teve o tempo necessário para mobilizar-se.

A revolução federalista foi caracterizada pela sua crueldade e barbarie. De ambos os lados forma inúmeras atrocidades cometidas. Houve degolamentos cometidos de ambos os lados e centenas de massacres de prisioneiros já rendidos.

Depois que Gumercindo Saraiva bateu em retirada de Curitiba, as tropas comandadas pelo General Ewerton Quadros ocuparam a capital e iniciou-se a vingança dos legalistas. Os políticos presos eram levados ao cemitério e obrigados a cavar as próprias covas onde, depois eram fuzilados. Barão de

Serro Azul juntamente com 5 companheiros foram acusados de traição por causa da negociação com os maragatos para não haver saques na capital e, no Km 65 da estrada de ferro Curitiba-Paranaguá, foram barbaramente trucidados por ordem do comandante militar.

Não só no Paraná, mas nos outros estados, foram cometidos inúmeros crimes por vingança.

* mais informações na página 35 e 73

6.11.2 Revolta do Vintém

A Revolta do Vintém foi um protesto popular ocorrido entre os dias 27 de março de 1883 e 30 de março do mesmo ano na cidade de Curitiba, a capital da então província do Paraná, contra a cobrança de impostos sobre as rendas, conhecido na época por “imposto do vintém”. Esta revolta também é denominada em algumas literaturas como “Revolta dos Comerciantes”.

No ano de 1883 a província do Paraná era governada pelo Dr. Carlos Augusto de Carvalho e o mesmo, logo que assumiu o governo, verificou que a receita arrecadada era muito inferior à orçada. Para contornar o problema contábil, solicitou que a Assembléia Provincial votasse uma lei criando um novo imposto; o imposto sobre as rendas na ordem de 1,5%. Este valor teria reflexos na classe dos comerciantes, portanto, foram estes os primeiros que reagiram ao tomar conhecimento da nova lei.

O imposto foi aprovado na Assembléia e definido sua cobrança a partir de 27 de março de 1883. Posteriormente o tributo passou a ser chamado de “imposto do vintém”, não pela quantia ou pela espécie, mas somente pelas conseqüências que a nova contribuição gerou naquele final de março.

No dia que entraria em vigor o “imposto do vintém” o comércio, em sinal de protesto, fechou as portas e distribuiu boletins a população incentivando reivindicações. Alguns políticos dissidentes do mesmo partido do governador aderiram à campanha dos comerciantes realizando comícios, e é destes comícios que surgem atos exaltados contra os favoráveis a nova carga tributária.

Em uma reunião ocorrida entre o líder do movimento, o Dr. Sérgio de Castro e o governista Dr. Manuel Eufrásio, deixou claro que os comerciantes não aceitariam tal imposto e por sua vez o presidente da província mantinha-se inflexível. Após este encontro o Dr. Carlos de Carvalho ordenou que o 3º Regimento de Artilharia, o 2º Corpo de Cavalaria e a polícia provincial fizessem patrulhamento nas principais ruas da cidade.

Num novo comício no dia 30 de março a população, em geral, resolve tomar providências enérgicas e se dirige a sede do governo aos berros de: “ao palácio!”. No meio do caminho resolvem fazer manifestações de vandalismo nas propriedades de governistas.

Como as forças governistas já estavam em patrulhamento pelo exército, cavaleira e pela polícia, o confronto foi inevitável.

Postados a frente dos manifestantes, que não se intimidaram com o aparato policial-militar, houve tiros de ambas as partes, tornando-se, as ruas próximas ao palácio, palco de guerra ensandecida.

Ao final dos distúrbios o saldo era: um popular morto; vários feridos de ambos os lados; inúmeras prisões efetuadas, inclusive do líder, dr. Sérgio de Castro. Para agravar a situação, houve uma questão consular entre Brasil e Alemanha, quando alguns súditos de Bismarck estavam entre feridos e presos.

Depois dos acontecimentos do dia 30 o imposto foi mantido, porém, a situação do seu criador, o presidente da província, ficou precária junto ao governo. Faltando-lhe por completo o apoio público, além de não ter mais a base política do seu próprio partido, o Dr. Carlos Augusto de Carvalho viu-se forçado a entregar a presidência às mãos do vice Antônio Alves de Araújo, o **Comendador Araújo**, no dia 26 de maio de 1883. O Comendador, comerciante nato que era, apaziguou os ânimos de ambos os lados e governou a província, neste primeiro mandato, por alguns meses.

Para o Dr. Carlos de Carvalho, tal fato não deixou nenhum rancor ao povo paranaense, pois mais tarde aceitou defender o estado (já em período republicano) contra Santa Catarina na questão do território contestado.

6.11.3 O Contestado

Em 1853 o Paraná estendia-se até o Rio Grande do Sul, às margens do Rio Uruguai, porém não havia ainda um acordo de fronteiras entre o Paraná e Santa Catarina.



O problema de fronteiras entre os dois estados vizinhos Paraná e Santa Catarina era negligenciado pelas autoridades paranaenses. Esta desatenção, por parte dos homens públicos, vinha dos seguintes fatos:

a- Portugal obtivera da Espanha os territórios a oeste da linha de Tordesilhas, porque possuía o “*uti-possidetis*”, detinha o domínio ou uso dessas terras;

b- O Brasil obtivera ganho de causa com a Argentina na “Questão de Palmas” em virtude de possuir a seu favor o mesmo princípio. A administração e a população desse território eram brasileiras e paranaenses e não argentinas;

c- A constituição brasileira de 1891 previa que os casos de fronteira entre os Estados da Federação seriam resolvidos politicamente e não juridicamente. Logo, as fronteiras estaduais só poderiam ser definidas, mediante aquiescência das respectivas Assembléias Legislativas.

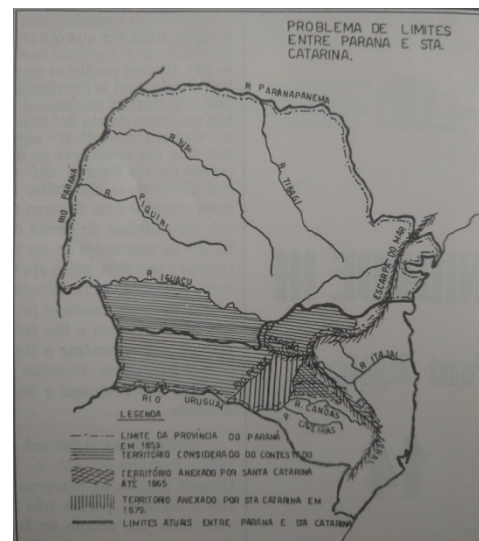
O problema fronteiriço entre os dois estados vizinhos continuou a ser debatido por vezes nos parlamentos dos respectivos estados até 1901. Neste ano, Santa Catarina apresentou no Supremo Tribunal Federal, uma ação judicial, reivindicando a fronteira com o Paraná pelos rios Saí-Guaçu, Negro e Iguazu. Os dirigentes, políticos e juristas do Paraná nunca se preocuparam com seriedade a respeito do assunto pois a constituição federal de 1891 previa que os casos de fronteira seriam resolvidos politicamente e não juridicamente. Portanto, as fronteiras estaduais só poderiam ser alteradas mediante acordo das duas assembleias legislativas interessadas. Porém, o Supremo Tribunal Federal acolheu, ilegalmente, a ação judicial de Santa Catarina, mesmo não sendo de sua competência.

Os interesses do Paraná foram defendidos extraordinariamente bem pelo Conselheiro Joaquim da Costa Barradas, porém foi vencido pelo argumento de que Santa Catarina “*tinha o direito de possuir limites naturais.*”

O território em disputa pelos dois estados ficou conhecido como Contestado e compreendia uma área de 48.000 Km², esta superfície era superior à de vários estados da federação. Excluindo-se a parte já ocupada por Santa Catarina, o Contestado compreendia o território limitado pelos rios: do Peixe, Uruguai, Peri-Guaçu, Santo Antônio, Iguazu, Negro e Preto, até suas nascentes; seguia então pelo divisor de águas da Escarpa Geral até as nascentes do Rio Canoinhas, afluentes do Iguazu e daí pelo divisor de águas da Escarpa do Espigão, até as nascentes do rio do Peixe.

Apesar dos obstáculos impostos pelo Paraná à decisão do Supremo Tribunal Federal a 6 de julho de 1904, a Suprema Corte confirmou a linha demarcatória em 25 de julho de 1910, baseada nos rios Peperi-Guaçu, Negro e Iguazu.

Esta decisão arbitrária nunca chegou a ser executada, em virtude do juiz federal de Curitiba, João Batista da Costa Carvalho, aceitar a alegação paranaense de que a execução da decisão da Suprema Corte só poderia ser realizada mediante lei federal.



Enquanto se discutia a questão, os ânimos se inflamaram nos dois estados, atingindo à toda população. A região foi abandonada pelas autoridades paranaenses e então faltava à população qualquer tipo de assistência governamental e espiritual, seus habitantes viviam na marginalidade. Sua população cabocla vivia no mais completo abandono e, como era ingênua, foi dominada por crenças supersticiosas ligadas a devoções católicas.

Latifundiários dominavam economicamente a região. Estas grandes propriedades agrupavam, em torno de si, um grande número de tropeiros, agregados, arrendatários de terras e desocupados que viviam à míngua.

Na região do Contestado, nesta época de 1910-1911, construía-se a estrada de ferro São Paulo - Rio Grande. O preço das terras que antes era baixo, no leito onde passava a ferrovia foram muito valorizados, surgindo então a figura dos posseiros que ocupavam há muito tempo as terras vendidas, porém sem possuir seu título legal de posse.

Deu-se a paralisação das obras da estrada de ferro, o que fez aumentar, na zona litigiosa, a multidão de descontentes com os milhares de desempregados. Além disso, os sertanejos estavam indignados pelo governo vender extensas regiões em lotes de terra a preços acessíveis para os imigrantes europeus que ali se fixavam, nada cabendo aos caboclos da região. Os sertanejos julgavam-se cercados de inimigos: o governo federal, os proprietários, os capangas dos latifundiários e as polícias catarinense e paranaense, que surgia para expulsá-los de suas terras.

Neste estado de tensão era fácil ocorrer o surgimento de um líder que os conduzisse à revolta. Desde meados do século XIX até 1912, os estados sulinos, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, eram percorridos por figuras exóticas que a população dos nossos sertões chamava de "monges". Estes homens viviam mais nas florestas, dormiam em grutas, possuíam barba crescida e cerrada, sandálias feitas de couro cru, na cabeça usavam um barrete de pele de onça, um bordão na mão e um terço pendurado no pescoço. A aparência de tais figuras místicas impressionava as mentes dos sertanejos.

Os Monges

Os chamados "monges" foram na realidade três:

- João Maria d'Agostini, frei italiano que chegou ao Brasil em 1844;
- João Maria de Jesus, Anastás Marcaf, das tropas de Gumercindo Saraiva em 1894;
- José Maria de Santo Agostinho, Miguel Lucena, desertor da polícia paranaense;



Primeiro monge

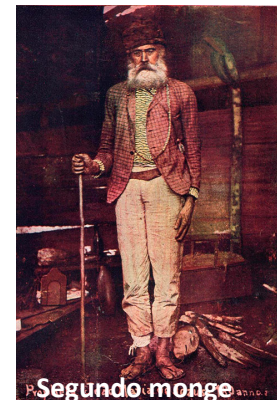
O monge João Maria d'Agostini era um imigrante italiano chegado ao Brasil em 1844. Ao que parece foi realmente um frei da ordem de Santo Agostinho, pois pregou na Igreja matriz da Lapa em 1845. Percorria os estados do sul, exortando os homens às práticas da virtude e do bem, receitava ervas como remédio a quem solicitasse, dava conselhos aos aflitos que o procuravam e plantava cruzeiros nos caminhos.

Não se sabe como morreu e nem quando. Os caboclos atribuíram-lhe milagres e passaram a chamá-lo "São João Maria".

Para os sertanejos não era possível que um homem tão bom e santo pudesse desaparecer. É quando surge o segundo "monge", na pessoa de Anastás Marcaf, o qual chegou à cidade da Lapa com as tropas de Gumercindo Saraiva durante a revolução federalista em 1894.

Ele conheceu pessoalmente João Maria d'Agostini e ouvia suas pregações. Imitou-o em tudo: no traje, no barrete, no modo de vida etc. Intitulava-se João Maria de Jesus. Era de índole pacífica e nunca fez mal a ninguém, nem procurou afastar qualquer pessoa do catolicismo, porém seguia sua própria orientação.

Dos três monges existentes foi o que mais influência deixou e o que mais



Segundo monge

se perpetuou na lembrança da população sertaneja. Ao que parece morreu nos sertões de Santa Catarina em 1906.

Por volta de 1912, ocupou o seu lugar o líder, esperado e desejado pelos sertanejos para as lutas de posse de terras do Contestado, na pessoa de Miguel Lucena que se intitulava o "monge" José Maria de Santo Agostinho e se dizia irmão do primeiro monge, mas na verdade era desertor da polícia paranaense. Ele aproveitou-se da tensão político-social existente no contestado e aliciou os descontentes, os injustiçados, os desajustados, desempregados, bandidos e facinoras e deu-lhes instrução militar, armando-os com espadas, facões, espingardas e garruchas. Este foi o "monge" guerreiro que surgiu nos sertões de Campos Novos usando as qualidades de persuasão do primeiro monge e realizando "milagres" e rezas em comum com os caboclos. Tornou-se seu chefe e guia.

Organizou na região uma resistência contra as investidas policiais defendendo os desprotegidos matutos. Criou os chamados "quadros santos" que eram redutos de resistência. Ao mesmo tempo compôs uma guarda especial de 24 sertanejos a quem chamou de "os dozes pares de França", por influência de um livro que lera.

Entretanto sua ordem era clara: "não atacar, mas resistir". Sua reivindicação básica era a solução do problema de terras. O número de seus adeptos cresceu rapidamente. O pretexto para a guerra surgiu quando o monge recusou-se a atender a um doente da família do Coronel Albuquerque, grande proprietário dos sertões catarinenses e presidente da Assembléia Legislativa "barriga verde". A polícia catarinense procurou dispensar os sertanejos, mas não conseguiu. Porém, com diplomacia, convenceu José Maria a transpor o rio do Peixe, entrando em território paranaense. Para as autoridades paranaenses, José Maria não passava de um invasor catarinense de um chefe de fanáticos, como passaram a ser conhecidos os seus adeptos.

Os fanáticos de José Maria instalaram-se no Paraná, nos campos de Irani (hoje território catarinense). A polícia paranaense tratou-os como usurpadores. A primeira expedição policial foi rechaçada pelas forças de José Maria. A segunda expedição policial já foi bem armada e comandada pelo Coronel João Gualberto, o qual, chegando aos campos de Irani, intimou o "monge" a comparecer com urgência à sua presença e explicar o motivo de tanta gente armada. Em caso contrário, seriam atacados. Como o coronel não fora atendido, resolveu atacar, mesmo desaconselhado por seus oficiais.

Daquele momento em diante, cada sertanejo tornou-se uma fera, matando qualquer adversário. Em 22 de outubro de 1912, em Banhado Grande, José Maria preparou uma emboscada e atacaram os soldados dentro da mata, numa luta corpo a corpo, feroz e cruel; cercaram-nos e aniquilaram um a um. Durante a luta o coronel João Gualberto reconheceu o monge e o atacou à tiros, matando-o, porém ferido de morte pelo próprio monge com golpes de facão na cabeça.

A vitória dos fanáticos em Irani armou-os com apreciável material bélico apreendido. Sem o seu chefe, abandonaram o território paranaense e voltaram para região de Campos Novos. Sua ação foi de apenas algumas pequenas batalhas até o surgimento de um novo líder: Eusébio Ferreira dos Santos.

Com o novo líder, organizaram forte resistência em Taquaruçu e a memória de "São" José Maria era freqüentemente invocada pois já existia entre eles a crença de seu próximo retorno, e isto propagou-se rapidamente. A força dessa crença acentuou-se com as visões de uma menina, neta de Eusébio Ferreira, em Taquaruçu, em que José Maria teria ordenado a reunificação dos fiéis e a continuação da luta. Os crentes começaram então a chegar a Taquaruçu e Eusébio passa a dar ordens em nome de "São" José Maria.

O reduto de Taquaruçu, localizado no município de Curitibaanos, foi preparado para guerra. Uma nova força militar federal foi providenciada para dispersar os fanáticos. Porém os militares foram surpreendidos novamente e atacados, perdendo novamente seu material militar para os fanáticos.

As autoridades militares organizaram então, uma forte expedição, inclusive com seção de artilharia que atacou Taquaruçu com violento bombardeio e fogo de metralhadoras. Os fanáticos recuaram e fortificaram-se em Caraguatá.



Nesta altura dos acontecimentos, a luta perdeu toda a sua característica religiosa e o fanatismo, aliado ao banditismo, superou qualquer misticismo. O nome de José Maria deixou de ser lembrado, os amotinados tornaram-se simplesmente jagunços, salteadores e facínoras que lutavam para saquear e roubar, não tendo um objetivo definido.

A partir de 1914, não mas esperavam ser atacados e adiantavam-se na ação. Ocuparam Papanduva e Itaiópolis, ameaçando diretamente Mafra e Rio Negro. Transferiram seu estado maior de Caraguatá para Santa Maria onde os sobreviventes reuniram-se e organizaram uma cidade santa que resistiu valentemente às investidas do Exército.

O governo federal percebera que estava desperdiçando tempo, homens e munições ao organizar pequenas expedições. Resolveu realizar uma campanha de envergadura, com todo um equipamento militar. Cercaram a zona conflagrada por todos os lados, estreitando cada vez mais o cerco.

Sucederam-se rápidas vitórias das tropas legalistas e a pronta ação das forças repressivas arrasou novamente o ajuntamento que eram bombardeados continuamente, inclusive como auxílio de quatro aviões.

Foram necessárias 13 expedições com grande número de soldados e armas utilizados pelas forças repressivas para conseguir dissipar os fanáticos. Perderam-se milhares de vidas entre oficiais, soldados e caboclos até a derrota dos crentes, em 1915.

A situação voltou a ficar tensa e uma nova conflagração armada começou a ser possível na região. Foi então que, em 20 de outubro de 1916, interveio na questão o presidente da República, Wenceslau Braz. Era preciso evitar a qualquer custo um novo conflito bélico. Por outro lado, Santa Catarina ficou temerosa com a perspectiva de ficar reduzida a um território compreendido entre a Serra do Mar e o Litoral. Resolveu então ceder e negociar com o Paraná a definição de suas fronteiras.

O Paraná cedeu o chamado “Contestado Norte”: Itaiópolis, Papanduva e Canoinhas e os territórios a oeste do rio do Peixe ficaram divididos a “grosso modo” pelo divisor de águas entre as bacias do Iguaçu e Uruguai. Era a chamada linha Wenceslau Braz.

Desta forma, o Paraná recuperou o sudoeste (Palmas e Clevelândia) e perdeu as terras da vertente do rio Uruguai. O Paraná contentou-se com 20.000 Km² e Santa Catarina com 28.000 Km². O acordo definitivo foi assinado em 1916 e as respectivas Assembléias Legislativas ratificaram o estabelecido.

A maioria das lideranças políticas do território entregue pelo judiciário a Santa Catarina, negavam-se em aceitar a administração catarinense. Julgavam que seriam esquecidos e pulverizados pelo governo de Florianópolis. Era praticamente um pensamento unânime dessas lideranças e do próprio governo paranaense, o de que nunca deveriam passar para a administração do vizinho Estado. Se isso forçosamente ocorresse, deveriam lutar para formar um Estado próprio em todo o território contestado.

Esta idéia vingou e imediatamente foi escolhido o nome da futura provável nova unidade da federação: Missões. Foi confeccionada uma bandeira e formado um governo provisório em União da Vitória. O Estado do Paraná assinou um compromisso com esse novo governo provisório, do “**Estado das Missões**”: tudo seria feito para o Paraná recuperar o Contestado. Se isso não fosse possível, o Estado do Paraná apoiaria a criação do novo Estado da federação.

O estado das Missões não chegou a ser criado e nunca existiu, pois ao ser percebido que o sudoeste paranaense não pertenceria à Santa Catarina, os mais importantes líderes políticos da margem direita do rio Iguaçu ficaram inquietos sendo restado o que sobrou o movimento do exílio nos pampas argentinos que fracassou.



6.11.4 Revolta do Tenentismo

Descontentes com a nomeação de civis para as pastas militares, lideranças das forças armadas deflagraram em 1924 um movimento de contestação que ficou conhecido como Revolta do Tenentismo.

O Paraná teve papel fundamental no movimento, quando revolucionários rumaram para a região Oeste em busca de um lugar para ficar. No município de Catanduvas os revoltosos esperaram para se juntar ao movimento organizado por Luís Carlos Prestes. O grupo foi derrotado, mas seus líderes seguiram à região de Foz do Iguaçu. Lá foi formada a Coluna Prestes, que avançou rumo ao Nordeste do país.

6.11.5 Revolução de 1930

O país e o Estado estavam descontentes devido a situação econômica e política da nação. Todas as candidaturas à presidência da República, indicadas pela situação, ganhavam as eleições, porque:

- a) Havia corrupção eleitoral; era comum, por exemplo, o voto dos eleitores falecidos;
- b) No interior os eleitores eram controlados por chefes políticos chamados de "coronéis", que os intimidavam inclusive à mão armada;
- c) O voto não era secreto.

Os descontentes desta situação organizaram movimentos armados no país. Em 1922 ocorreu uma revolta popular que tomou conta das ruas do Rio de Janeiro, em 1924 houve a Revolta do Tenentismo, com a Coluna Prestes e em 1926, em São Paulo surgiu o Partido Democrático, que iria atrair todos os descontentes, recebendo a solidariedade de muitos partidos regionais que tinham os mesmos ideais.

Paralela à crise política, havia no Estado e no país uma profunda crise social. No Paraná, desde a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) ocorriam manifestações públicas de inspiração social. A situação do operariado, surgida como consequência do início da industrialização, era difícilíssima.

Neste ambiente de situação calamitosa foram realizadas as eleições para Presidente da República. Concorreram Getúlio Vargas pela oposição e Júlio Prestes, pelo governo. Era certa a vitória do candidato Getúlio Vargas, porém o governo, controlando as eleições, proclamou eleito Júlio Prestes.

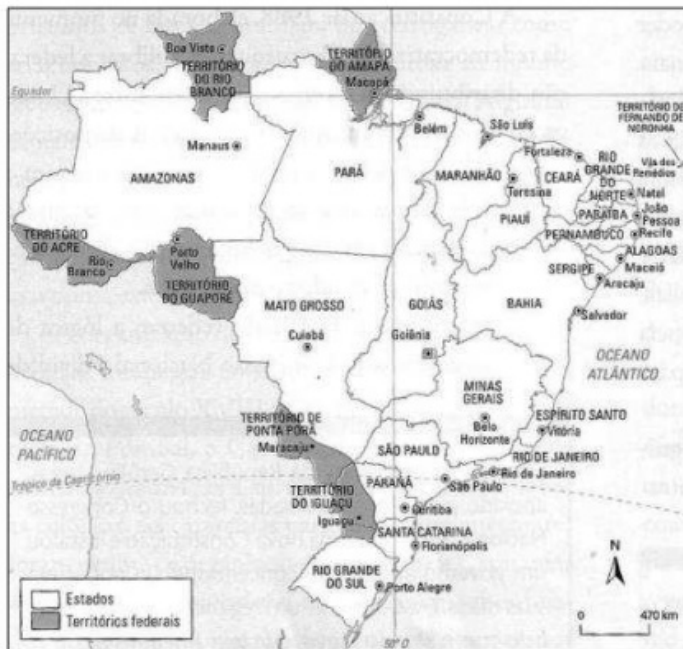
A revolução iniciou em 03 de outubro de 1930 e já em 24 do mesmo mês o presidente Washington Luís foi deposto, assumindo Getúlio Dornelas Vargas a presidência da República.

Na ocasião o Paraná, era governado pelo Governador Afonso Alves Camargo, deposto dia 05 de outubro pelo Major Plínio Alves Monteiro Tourinho, assumindo o posto de governador o general Mário Tourinho. Em 1932, o General Tourinho entregou o governo ao interventor nomeado por Getúlio Vargas: Manuel Ribas.

Manoel Ribas ocupou o governo paranaense por 13 anos consecutivos. Devido a seu modo prático de governar tornou-se rapidamente muito popular, apesar de ser ríspido as vezes, mas nunca deixando de ser bom administrador.

Foi no governo de Manoel Ribas que instalou-se a Companhia de Terras Norte do Paraná. A maior ocupação e colonização do norte trouxe rapidamente a supremacia econômica do Estado para o café, que ali encontrou seu habitat ideal. Em 10 de novembro de 1937 Getúlio Vargas deu o golpe de estado e inaugurou o regime ditatorial chamado "Estado Novo". Em 1943 o Brasil estava sob o domínio da ditadura do Estado Novo e, em plena Segunda Guerra Mundial, Getúlio Vargas resolveu criar novos territórios federais nas regiões de fronteira, alegando a necessidade de fortalecer as mesmas e acelerar o progresso nos territórios limítrofes, para maior segurança nacional.

Foram criados os territórios federais do Amapá, Rio Branco (atual Roraima), Guaporé (atual Rondônia), Fernando de Noronha, Ponta-Porã (um pedaço do Mato Grosso do Sul, só durou 3 anos) e Iguaçu.



Fonte: MAGNOLI, Demétrio. Geografia para o ensino médio. São Paulo: Atual, 2008, p. 178.



O território do Iguaçu foi criado em superfície subtraída do Paraná e de Santa Catarina. O Paraná perdeu 47.000Km² (cerca de 1/4 de sua superfície) e Santa Catarina, 14.400 Km². Esta nova unidade federativa abrangia os territórios situados a oeste do Estado, ao sul do rio Ivaí e o oeste de Santa Catarina.

Com a redemocratização do país em 1945 e a queda do Estado Novo, foi convocada uma Assembléia Constituinte: após muito esforço de seus representantes, o Paraná conseguiu extinguir o território do Iguaçu, voltando os 47.000 Km² a se integrarem ao Estado.

*mais informações na página 37

6.11.6 Guerra do Porecatu

A Revolta do Quebra Milho ou Guerra de Porecatu ocorreu no vale do rio Paranapanema, mais especificamente na Vila Progresso no então município de Porecatu em fins da década de 1940 e início da seguinte.

A história começa com uma política estadual de ocupação territorial do Oeste do Paraná, região formada, então, essencialmente por florestas. O interventor Manoel Ribas se inspirou numa política norte-americana do ex-presidente Abraham Lincoln, que incentivava a ocupação territorial norte-americana. A regra era que as famílias que cumprissem com o trato de desenvolver o oeste americano, receberiam, após seis anos, o título de propriedade de terra.

Manoel Ribas aplicou as mesmas regras ao povo do Paraná, já que as terras a Oeste pertenciam ao estado e estavam improdutivas. Sabendo da notícia, diversas famílias paranaenses e outras de São Paulo e Minas Gerais marcharam para o Oeste rumo a uma nova vida. O problema é que Ribas saiu do poder, e no lugar dele entrou Moisés Lupion, que decidiu não dar continuidade à política.

As famílias que acreditaram no interventor, haviam derrubado floresta, construído chiqueiros, feito plantações, mas nunca viram o prometido título da propriedade. No início eram cerca de 300 pessoas, mas por volta de 1950 já chegavam a 3 mil. Para complicar ainda mais, o novo governador Moisés Lupion decidiu doar e vender as terras para conhecidos fazendeiros de São Paulo. Os posseiros entraram com diversos pedidos de posse de terra e nunca receberam uma resposta do governo.

A política de Ribas morreu e os ânimos se acirraram. Um dos primeiros cafeicultores a comprar terras onde estavam os posseiros foi Ricardo Lunardelli. Ele adquiriu uma grande gleba, fez o loteamento

e vendeu a terceiros com um contrato em que constava a entrega das terras “livre de intrusos.” O problema é que estes proprietários descobriram que os lotes estavam ocupados e começaram a perseguir esta gente, usando até a polícia. A situação fica tão grave que, em 1944, as famílias fundam as primeiras duas associações de lavradores do Brasil. Os posseiros se armam e a guerrilha de Porecatu começa, durando cerca de sete anos.

Quando o governador Moisés Lupion saiu do poder e no lugar dele entrou Bento Munhoz da Rocha, em 1951, Porecatu estava no auge do conflito. Munhoz tentou uma negociação pacífica com os posseiros. Uma das alternativas propostas era o reassentamento. Os posseiros estavam cansados e querendo ir embora, por isso muitos tenderam a aceitar a negociação. O problema é que o PCB, naquela altura, não queria acordo e proibiu as famílias de concordar.

Diante do impasse, o governo decidiu organizar o Cerco de Porecatu, mobilizando a polícia do Paraná, de São Paulo e até a força aérea e o batalhão de fronteira de Foz do Iguaçu. Na madrugada do dia 17 de julho de 1951, com a intervenção dos policiais do Estado que invadiram a região controlada pelos resistentes e também a casa de alguns dirigentes do PCB em Londrina as fronteiras de Porecatu foram cercadas e foi encerrado o conflito.

6.11.7 Revolta dos Colonos

A Revolta dos Colonos ou Revolta dos Posseiros foi um levante realizado por colonos e posseiros armados. Iniciou em 10 de outubro de 1957 como forma de repúdio aos sérios problemas de colonização da região que se estabeleceu entre posseiros, colonos, companhias de terras grileiras, e os governos federal e estadual.

Os problemas surgiram nas glebas *Missões e Chopim*, situadas no sudoeste do Paraná, na fronteira com a Argentina e sua origem mais distantes remontam à Guerra do Contestado. Desde de dezembro de 1950, quando a companhia de colonização *Clevelândia Industrial e Territorial Ltda - CITLA* obteve, ilegalmente, um título de domínio de terras que já eram ocupadas por colonos, até a revolta de 1957 a região foi palco de atos de violência repugnante. Em outubro de 1957, colonos e posseiros tomaram suas cidades e expulsaram as companhias grileiras e os jagunços por estas contratados em outros estados, exigindo que novas autoridades assumissem.

Várias cidades do sudoeste paranaense foram tomadas, culminando com a tomada da cidade de Francisco Beltrão por cerca de 6 mil posseiros. Entre os municípios tomados pelos posseiros pode-se citar Francisco Beltrão, Capanema, Planalto, Realeza, Pranchita, Renascença, Marmeleiro, Pato Branco, Santo Antonio do Sudoeste, Verê e Dois Vizinhos.

O conflito terminou com a retirada das companhias pelo governo.

6.11.8 Guerra do Pente

Em 1959 o governador do Estado, Moises Lupion, iniciou uma campanha para aumento da arrecadação tributária, chamada de "Seu Talão Vale um Milhão". A promoção consistia em juntar comprovantes fiscais de compra, no valor de três mil cruzeiros, e trocá-los por um cupom que daria o direito ao sorteio de um milhão de cruzeiros.

No dia 8 de dezembro de 1959, o Subtenente Antônio Tavares, da Polícia Militar do Paraná, comprou um pente do comerciante libanês Ahmed Najar, no valor de quinze cruzeiros, do qual exigiu o comprovante. Houve uma discussão entre eles, com o comerciante agredindo o policial e lhe fraturando uma das pernas, dando início ao conflito, no qual cento e vinte lojas de árabes, judeus, italianos e brasileiros, mas todos conhecidos como "turcos", foram depredadas. Algumas delas totalmente destruídas.

Todos os jornais, revistas, além da rádio, registraram o acontecimento do primeiro dia e a espontaneidade com que tudo se iniciara. A revolta atingiu as lojas do centro da cidade, bares, bancas de revistas e carrinhos de pipoca e vários órgãos públicos.

A intervenção policial e de uma guarnição do Corpo de Bombeiros, acirraram ainda mais os ânimos dos populares. Houve quebra-quebra generalizado por todo o centro curitibano. Com a intensificação da ação policial sobre o povo, aumentou-se a resposta de forma violenta, dispersando-a para outras ruas e praças. No segundo dia do levante, muitos dos "desordeiros" haviam sido presos. Porém, o movimento continuou com menor proporção. O Exército assumiu o comando de controle do tumulto, que parecia fugir das mãos da Polícia Civil e Militar, e teve um reordenamento de estratégia. Uma ação organizada de forte aparato bélico, com pelotões de soldados armados de baionetas e metralhadoras, esvaziou o centro da cidade.

No terceiro e último dia do protesto, o Exército controlou a cidade. Pontos de ônibus foram alterados de local, realizou-se toque de recolher às 20h e medidas de um controle intenso do espaço público foram implementadas. O deslocamento ao centro da cidade já estava normalizado. O Exército, sob comando do General Oromar Osório, manteve patrulhas, que circulavam pelas ruas na tentativa de evitar a desordem. Os bares foram obrigados a fechar suas portas às vinte horas, por determinação da Delegacia de Segurança Pessoal. A ação do Exército e das Polícias Militar e Civil evitou maiores danos.

6.12 Universidade do Paraná

A criação da primeira universidade brasileira foi uma das maiores realizações paranaenses no seu período republicano. Sua atuação passou a influir decisivamente na formação dos dirigentes locais e, ao mesmo tempo, atraiu grande número de jovens dos estados vizinhos, chegando Curitiba a receber o título de Cidade Universitária.

A universidade foi um elemento importante para o progresso paranaense. Colaborou decisivamente para que o Paraná pleiteasse um lugar de destaque entre os mais prósperos estados brasileiros, transformando sua capital num dos maiores centros culturais do país.

A reforma do ensino em 1911, através da Lei Rivadávia, permitiu o ensino livre, não oficial, no país. Foi então que vários idealistas paranaenses, liderados por Vitor do Amaral e Nilo Cairo, tomaram a resolução de criar em uma Universidade em Curitiba, antigo sonho do notável paranaense Rocha Pombo.

Os idealizadores venceram todos os obstáculos, inclusive o descrédito e, em 19 de dezembro de 1912, foi lançada a pedra fundamental do edifício que abrigaria a Universidade do Paraná. O governador do Paraná, Carlos Cavalcanti, deu irrestrito apoio à iniciativa.

Em 24 de março de 1913 a Universidade iniciou o seu funcionamento com 26 professores e 96 alunos, num prédio alugado na Rua Comendador Araújo.





Em 1915 houve uma nova reforma na legislação federal do ensino, a chamada Reforma Maximiliano, que novamente oficializou o ensino superior no país e só permitiu a existência de cursos superiores em cidades com mais de 100.000 habitantes. Porém Curitiba, na época, contava com pouco mais de 60.000 habitantes. Isso poderia ser o fim da Universidade, porém foi aí que todos os paranaense se uniram, governo, professores, autoridades, alunos e o povo. O

governo federal negou o reconhecimento da Universidade mas revogou a exigência de 100.000 habitantes para sede de ensino superior.

Com o intuito de salvar o que já havia sido realizado, os dirigentes da Universidade, solicitaram o reconhecimento de suas faculdades de forma isolada: Direito (jurídico e comercial), Engenharia (civil e agrônômica) e Medicina (cirurgia, farmácia, odontologia, obstetrícia e veterinária).

A Universidade não desapareceu. Na fachada do edifício na Praça Santos Andrade continua a inscrição Universidade do Paraná.

Em 1950 a Universidade do Paraná foi federalizada e o Paraná não perdeu mais o título de sede da mais antiga universidade do Brasil.



7. HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO SUL

7.1 As tribos indígenas que prevaleceram no estado do Rio Grande do Sul

Os primeiros habitantes do Rio Grande do Sul foram os índios e os principais grupos indígenas eram os Guaranis (Carijó, Tape e Arachone), Gês (Guaiana, Ibirajá e Corondo) e os Pampeanos (Charruas e Minuanos).

Os índios dançavam ao som de tambores e flautas feitas de bambu e ossos. Fabricavam armas com ponta de ossos e madeira, como o arco e a flecha, o tacape e a machadinha. Os índios pampeanos já usavam a boleadeira e eram exímios cavaleiros. Como alimento, usavam o milho, a batata-doce, mandioca, frutas, aves, peixes, raízes e animais. A bebida era o cauim.

Algumas de suas contribuições foram: o chiripá primitivo, o poncho, a vincha (tira nos cabelos), faixa de cintura, botas de garrão, tomar chimarrão, churrasco, lidas campeiras, laço, boleadeiras, lança, lendas,...

7.2 Rio Grande do Sul da Espanha para Portugal

O estado do Rio Grande do Sul estava fora da área que o Tratado de Tordesilhas estipulava como pertencente a Portugal, portanto seria Espanhol.

7.2.1 As Missões Jesuíticas

Por volta de 1625, o padre Roque Gonzáles, vindo do Paraguai, depois de organizar as Reduções da Argentina, chegou a margem esquerda do rio Uruguai, no atual território do Rio Grande do Sul. Conseguiu reduzir algumas tribos e, em maio de 1626, fundou a primeira redução, ou seja, o primeiro dos Sete Povos das Missões, encravado entre terras espanholas e portuguesas, que foi São Nicolau.

As demais Missões fundadas no território gaúcho foram São Miguel (1632, por padre Cristóvão de Mendonza); São Luiz Gonzaga (1673, padre Miguel Fernandez); São Borja (1690, padre Francisco Garcia), São Lourenço (1691, padre Bernardo de La Vega); São João Batista (1697, padre Antônio Sepp); Santo Ângelo (1707, padre Diogo Haze). Por volta de 1682 havia sido fundada a missão de Jesus Maria de Los Guenoas, porém esta não prosperou.

Nas Missões foi impresso o primeiro livro e na Missão de São João Batista aconteceu a primeira fundição de ferro. O povo de São Luiz Gonzaga foi o que se conservou por mais tempo e o povo de São Miguel foi o que mais prosperou, foi considerada a Capital das Missões.

De 1634 a 1641 foi um período de grande invasão. Inúmeros índios foram aprisionados e escravizados pelos bandeirantes paulistas.

O Rio Grande era muito cobiçado pelos espanhóis e portugueses por causa da grande quantidade de gado que existia pelos campos. Os espanhóis resolveram construir "fortes" para defender as Estâncias que tinham sido criadas.

Em 1680, o português Manoel Lobo fundou um forte às margens do Rio da Prata que recebeu o nome de Fortaleza de Sacramento. Com o tempo formou-se a **Colônia do Sacramento** com a população que surgiu ao redor do forte. Porém os espanhóis julgavam que o território pertencia à Espanha, ou seja, era de suas posses, e passaram a atacá-lo. Para dar apoio às tropas portuguesas que estavam na Colônia foi fundada em 1686, a cidade de Laguna em Santa Catarina, que ficava muito distante de Colônia localizada no atual Uruguai. Por esse motivo, é que foi fundada em 19 de fevereiro de 1737, uma guarnição forte (um "presídio", como se dizia naquela época), por José da Silva Pais. Recebeu o nome de "Jesus-Maria-José". Seria a primeira fundação oficial portuguesa em solo gaúcho. Esta fundação deu origem à cidade de Rio Grande.

7.2.2 Os grandes Tratados Limites

Os Sete Povos das Missões prosperavam. Enquanto isso, os castelhanos de Buenos Aires atacavam constantemente a Colônia do Sacramento, pois entendiam que aquelas terras pertenciam à Espanha. Estando casados o rei da Espanha com a princesa portuguesa e rei de Portugal com a princesa espanhola, diplomatas de ambos os países negociaram a troca da Colônia do Sacramento por terras equivalentes.



7.2.2.1 O Tratado de Madrid

Em 1750 as diplomacias espanhola e portuguesa reuniram-se em Madri para decidir os limites das áreas pertencentes as duas Coroas na América Latina.

O brasileiro Alexandre de Gusmão defende a *"uti possidetis"* (direito da posse pelo país cujo tempo foi grande). Garantiu a Portugal a posse das áreas ao norte e a oeste do Brasil.

O Tratado de Madrid fez uma exceção do *"uti possidetis"*: no sul Portugal trocou a Colônia do Sacramento, uma cidade na fronteira com a Espanha e as Filipinas pelos Sete Povos, oeste de Santa Catarina, oeste do Paraná, Mato Grosso e Amazônia.

Está aí o problema: a Colônia pelos povos missioneiros, onde habitavam mais de 30 mil índios reduzidos e cuja retirada devia se dar no prazo de um ano. As missões não aceitaram o tratado. Do lado português foi nomeado o General Gomes Freire de Andrade então governador do Rio de Janeiro; do lado espanhol foi nomeado o Marquês de Valdelirios.

7.2.2.2 A Guerra Guaranítica (1753 a 1756)

Os missioneiros não concordaram com a transmigração dos Sete Povos para o território entre os rios Uruguai e Paraná, porque não queriam abandonar suas igrejas, cemitérios e lavouras. Os missioneiros da outra margem do Uruguai não aceitavam a transmigração porque lá não havia mais terras disponíveis para novos povoados e lavouras.

As coroas de Portugal e Espanha se uniram para obrigar aos jesuítas e índios aceitarem os termos do Tratado de Madrid. Em janeiro de 1756, os exércitos luso e espanhol se encontraram e avançaram em direção aos Sete Povos, sofrendo ataques de guerrilhas armadas. Neste momento surge o primeiro caudilho sul riograndense, o grande mestre militar dos índios missioneiros o Cacique de São Miguel, guerreiro guarani Sepé Tiarajú. Ele falava Guarani, Espanhol e entendia latim. Se destacou na Guerra Guaranítica por sua coragem e amor à terra. Foi um símbolo de luta e determinação. Sua frase que ficou muito conhecida foi: Essa terra tem dono!

Num golpe fracassado, o governador de Montevidéu consegue matar Sepé Tiaraju a 07 de fevereiro de 1756 às margens do Vacacaí. Apesar desse revés, os índios não desistiram. Nicolau Nenguiru, novo chefe tape, comandou o encontro decisivo em Caiboaté, a 10 de fevereiro, quando 1200 índios tingiram de sangue o campo de batalha. Foi uma matança de índios, carecedores do necessário preparo militar para enfrentar os dois exércitos peninsulares.

Daí por diante os índios não mais conseguem se recuperar, fugindo sempre dos exércitos ibéricos, incendiaram seus lares e igrejas refugiando-se nas matas. A Guerra Guaranítica destruiu moralmente as reduções, abalando a confiança dos índios nos jesuítas e nas autoridades e destruiu estâncias e ervais.

7.2.2.3 O Tratado de El Pardo

Em 1761, o tratado de El Pardo anulava o Tratado de Madrid e os índios retornavam às Missões da Espanha e a Colônia de Sacramento de Portugal.

7.2.2.4 Tratado de Santo Ildefonso

Assinado em 1º de outubro de 1777, modificava a linha de limites das terras entre as duas Coroas Ibéricas: a Colônia do Sacramento e os Sete Povos das Missões voltavam à Espanha, ficando Portugal com a Vila de Rio Grande e a Ilha de Santa Catarina.

7.2.2.5 Tratado de Badajós

Feito no início do século XIX (06 de junho de 1801) e paralelamente ocorre a invasão da parte espanhola do Rio Grande do Sul por Borges do Canto. Foi esse tratado que deu ao Rio Grande o seu atual formato e sua integração definitiva ao Brasil.

7.2.3 Fatores que consolidaram a posse portuguesa

No século XVII:

- As Missões Jesuíticas Espanholas ficaram estabelecidas nas regiões de Tape e Uruguai;
- A introdução e criação do gado na região missioneira fez com que esta se tornasse a principal riqueza da região;
- Destruição das Missões pelos bandeirantes paulistas (chefiados por Manoel Preto e Raposo Tavares);
- Saída dos jesuítas da região após a destruição das missões, deixando o gado que começou a se espalhar principalmente a oeste;
- Portugal iniciava sua penetração na região do Prata, com a fundação da Colônia de Sacramento (1680);
- Lutas da Espanha contra Portugal por não concordar com a fixação deste núcleo português no Prata;
- Formação de uma segunda etapa Missioneira jesuítica a oeste que foram chamadas Sete Povos, a partir de 1687, com a restauração de São Nicolau;
- Sete Povos foram estimulados pela Espanha para isolar a Colônia de Sacramento, à margem do Rio da Prata;
- Portugal fundou um novo núcleo português no sul, se deu a fundação de Laguna (1684);

No século XVIII:

- Prosseguiram as lutas entre Portugal e Espanha;
- Interesse dos luso-brasileiros pela necessidade de um meio de transporte para o ouro das Minas Gerais para os portos litorâneos e também carne, couro e sebo;
- Fundação da Comandância do Presídio do Rio Grande Continente de São Pedro (cidade de Rio Grande) pelos Portugueses. Fundada em 16 de fevereiro de 1737, pelo brigadeiro José da Silva Paes;
- Iniciou a imigração açoriana para as regiões meridionais (ao sul) para fixar raízes num povoamento português nas áreas lacustres. Os açorianos deveriam criar núcleos de povoamento próximos do mar e nas áreas das lagoas e iniciar pequena agricultura;
- Porto Alegre (antiga Porto dos Casais) foi um dos núcleos da imigração Açoriana (Portuguesa).

7.3 O gado no Rio Grande do Sul (Tropeirismo e Estâncias)

Os primeiros e milenares habitantes que viviam na Região Sul do Brasil foram os povos indígenas naturais da terra, principalmente os guaranis (mbyás), os kainganges, os carijós. O primeiro Português a chegar às terras do Rio Grande do Sul foi Pero Lopez de Souza por volta de 1532 e estava à procura de ouro.

Por muito tempo, o extremo sul do Brasil ficara quase que abandonado. Sem oferecer nenhum produto tropical que a metrópole pudesse explorar, manteve-se à margem do mercado externo.

Durante os séculos XVII e XVIII, missões religiosas jesuíticas espanholas se estabeleceram no atual estado do Rio Grande do Sul, reunindo muitos índios. No ano de 1634, o padre jesuíta Cristóvão de Mendonza Orellana (Cristobal de Mendonza) introduziu o gado nas Missões Orientais. Esta feita faz com que este padre jesuíta seja considerado o **primeiro tropeiro rio-grandense**.

Apesar da resistência por parte de padres e índios, as Missões foram destruídas pelos bandeirantes paulistas em busca de indígenas que seriam vendidos como escravos. Assim o gado criado nessas Missões ficou solto pelos campos. O gado foi se procriando pelas matarias e campos, sem aramados, sem marca e sem sinal. O gado selvagem, chimarrão ou *orelhano*, partiu das Missões e formou duas grandes concentrações: uma nas Vacarias do mar, às margens das lagoas Mirim e dos Patos e a outra nas Vacarias dos Pinhais, na região do atual município de Vacaria e arredores.

Anos mais tarde os portugueses voltaram a se interessar por esta região, agora pelo gado que existia em grandes quantidades pelos campos. Os moradores que viviam em Laguna (SC), começaram a levar os animais que andavam soltos. Iam pelo litoral até chegar a região chamada de Vacaria do Mar. Nessa época surgiu a figura singular de Cristóvão Pereira de Abreu, que convenceu o Sargento-mor, Francisco de Souza Faria, a construir uma estrada através da serra, alcançando Vacaria dos Pinhais e Lages, passando por Curitiba e indo até Sorocaba. Essa estrada foi iniciada em 1727 e teve início no Morro dos Conventos. Concluída, Cristóvão Pereira de Abreu foi o primeiro a utilizá-la, conduzindo 2.000 animais para a feira de Sorocaba. Ele era principal tropeiro da época e hoje é considerado **"Tropeiro Símbolo" do Rio Grande do Sul**.

Nos Séculos XVII e XVIII, os tropeiros eram partes da vida da zona rural e cidades pequenas dentro do sul do Brasil. A palavra "tropeiro" deriva de tropa, numa referência ao conjunto de homens que transportavam gado e mercadoria no Brasil colônia. O termo tem sido usado para designar principalmente o transporte de gado da região do Rio Grande do Sul até os mercados de Minas Gerais, posteriormente São Paulo e Rio de Janeiro. Vestidos como gaúchos com chapéus, ponchos, e botas, os tropeiros dirigiram rebanhos de gado e levaram bens por esta região para São Paulo, comercializados na feira de Sorocaba. De São Paulo, os animais e mercadorias foram para os estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso.

O tropeiro iniciava-se na profissão por volta dos 10 anos, acompanhando o pai, que era o negociante (compra e venda de animais) o condutor da tropa. Usava chapelão de feltro cinza ou marrom, de abas viradas, camisa de cor similar ao chapéu de pano forte, manta ou beata com uma abertura no centro, jogada sobre o ombro, botas de couro flexível que chegavam até o meio da coxa para proteger-se nos terrenos alagados e matas.

No Rio Grande, a cidade de Viamão tornou-se um dos principais centros de comércio e formação de tropas que tinham como destino os mercados de



São Paulo. Porém de outras regiões do sul partiam as tropas, quase sempre com o mesmo destino. Nesses trajetos, os tropeiros procuravam seguir o curso dos rios ou atravessar as áreas mais abertas, os "campos gerais" e mesmo conhecendo os caminhos mais seguros, o trajeto envolvia várias semanas.

Ao final de cada dia era acesso o fogo, para depois construir uma tenda com os couros que serviam para cobrir a carga dos animais, reservando alguns para colocar no chão, onde dormiam envoltos em seu manto. Chamava-se "encosto" o pouso em pasto aberto e "rancho" quando já havia um abrigo construído. Ao longo do tempo os principais pousos se transformaram em povoações e vilas. É interessante notar que dezenas de cidades do interior na região sul do Brasil e mesmo em São Paulo, atribuem sua origem a atividade dos tropeiros.

Essa região, chamada pelos portugueses de Continente do Rio Grande, foi, aos poucos, sendo ocupada por colonos que lá se fixaram e começaram a reunir o gado que ficara disperso. A pecuária se desenvolveu e logo se tornou a principal atividade econômica do sul da Colônia.

Para reunir o gado, começaram a organizar as primeiras estâncias (grandes locais de criação de gado). Ao redor das estâncias, com o tempo, surgiram povoações que mais tarde se tornaram cidades. No lugar da palavra "fazenda", em português, ou "*hacienda*" em espanhol, usadas correntemente em toda a América do Sul, a palavra Estância é até hoje empregada no extremo Sul do continente para designar terras destinadas à criação de gado. Em uma terra de nomadismo e fronteiras moveáveis como era o Rio Grande de São Pedro do Sul, a possibilidade de "estar" na terra carregava um sentido forte: significava possuí-la, criar gado *vacum* e mear, solidificar fronteiras, resistir às investidas castelhanas e, logo adiante, expulsar indígenas e trazer braços estrangeiros, (colonos europeus e escravos), para gerar riqueza. A estância era, portanto, o lugar onde homem e gado podiam estar e enraizar-se.

No século XVIII, as estâncias (fazendas) sulinas já abasteciam o mercado interno com mulas, fundamentais para o transporte, e com o charque, carne salgada, que era a alimentação básica dos escravos e da população mais pobre.

A estratégia de ocupação portuguesa do Rio Grande do Sul incluiu a doação de Sesmarias (antiga medida agrária correspondente a três léguas quadradas ou 13.068 hectares). Elas tinham uma légua de frente (6.600m) por três léguas (19.800m) de fundo. A primeira sesmaria foi concedida em 1726 a um lagunense, na Paragem das Conchas, atual município de Tramandaí. Também os portugueses concediam sesmaria na região pertencente a Espanha, estabelecendo o processo expansionista.

Em 1733 foi concedida uma sesmaria nos Campos de Dentro de Viamão, depois da instalação da guarnição militar da Barra do Rio Grande em 1750 foram doadas sesmarias ao longo do Rio Jacuí e Pardo. Em 1777 as sesmarias iam do Jacuí ao Camaquã e, desde o tratado de Santo Ildefonso, (1777), pelo qual Portugal concedia a Colônia de Sacramento aos espanhóis e, em troca, incorporava a fátia oriental do Rio Grande do Sul, intensificou-se a concessão de sesmarias aos militares que se destacaram em combate, eram homens de bem e tinham escravos. Eles ocupavam e defendiam o território que, mais tarde, se tornaria português.

Esta classe de militares foi a origem da aristocracia rural gaúcha. Com ela, teve início o regime das estâncias como uma das bases econômicas da região, fundamentado na experiência social, política e guerreira de um grupo experimentado a ferro e fogo. A elite de estancieiros à qual pertenciam estes produtores desenvolveu estratégias para ampliar seus domínios e constituir extensíssimas estâncias. A maior dos proprietários tinha estâncias constituídas por 2, 3 ou 4 terrenos contíguos, adquiridos de diferentes formas. Os estancieiros ocupavam uma posição de elite no conjunto da sociedade sulina. Dos 100 cadastrados pela "Relação de moradores que têm campos e animais no Continente" (1784), 48 estancieiros possuíam patentes militares (seis, de tropas regulares, e 42, de tropas auxiliares), o que é bastante representativo sobre a constituição social desta elite.



A partir da segunda metade do século XVIII, o território sulista se transformou em um grande polo pecuarista. Tal atividade se desenvolveu graças ao relevo plano, a rica pastagem natural que permitia a criação de gado em larga escala. Em um primeiro momento, a produção de couro foi fomentada para se



atender as demandas da metrópole. Posteriormente, com o enfraquecimento da pecuária no Nordeste, observamos a produção e o comércio do charque, também conhecido como carne seca.

Carregado no lombo de mulas, o charque tinha destaque no mercado alimentício interno. Por conta das grandes dificuldades de transporte da época, a conservação dos víveres se tornava uma tarefa muito complicada. Nesse aspecto, o charque levava enorme vantagem por ser um

produto que resistia bem ao processo de deterioração da matéria orgânica. Com o aumento dos centros urbanos, principalmente por conta da atividade mineradora, o charque passou a ser produzido em grandes quantidades.

No início do século XIX, o viajante Saint-Hilaire dizia: "A pecuária nesta região pouco trabalho dá. O único cuidado que reconhecem necessário é acostumar os animais a ver homens... a fim de que não fiquem completamente selvagens, deixem-se marcar quando preciso for e possam ser laçados os que se destinarem ao corte ou à castração. Para tal fim o gado é reunido, de tempos em tempos, em determinado local. A essa prática chamam "fazer o rodeio" e ao local onde prendem os animais dão o nome de rodeio".

O rodeio, realizado duas vezes por ano, era dia de diversão. Nele não faltavam as carreiras de cavalos, o churrasco e o chimarrão, até hoje elementos incorporados aos costumes do Rio Grande do Sul.

Inicialmente a principal atividade era a produção de couro, exportado em grande escala. Frequentemente abatia-se o animal apenas para tirar-lhe a pele. Como no sertão nordestino, também para o gaúcho o couro foi muito importante, a ponto de o historiador Capistrano de Abreu afirmar que no sul também houve uma "época do couro".

Os Changueadores eram classificados como coureadores, índios ou mestiços, sem domicílio certo, trabalhando em serviços que fossem executados a cavalo. Foram remanescentes de tribos guerreiras que habitavam na Argentina, no Uruguai, as vezes mestiçados com portugueses e espanhóis. Através de uma lança com uma ponta em forma de curva cortavam a perna dos animais que caía no chão e em seguida eram mortos e seu couro retirado para ser vendido.

7.4 Nomes que o Estado do Rio Grande do Sul já teve

- De 1500 a 1737 – Capitania Del Rei;
- 1737 a 1763 – Continente de São Pedro;
- 1763 a 1776 – Continente de Viamão;
- 1776 a 1807 – Capitania do Rio Grande do Sul;
- 1807 a 1822 - Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul;
- 1822 a 1889 – Província de São Pedro do Rio Grande do Sul;
- 1889 em diante – Estado do Rio Grande do Sul.



Mapa Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (1852)

7.5 Os imigrantes do Rio Grande do Sul

Os imigrantes trouxeram muito progresso ao Rio Grande do Sul, desenvolvendo a agricultura e iniciando a indústria. Trouxeram também a sua cultura, tradições, culinária, música, cantos e danças para formar uma miscigenação com o Rio-grandense.

7.5.1 Os açorianos

Como os fortes e Estâncias dos Portugueses estavam praticamente despovoados, haviam várias invasões e, por isso, em 1751, chegaram casais vindo da ilha de Açores (Portugal) para trabalhar na lavoura e povoar as terras. Dedicara-se ao cultivo do trigo, arroz, cebola e fumo, também cuidando do gado. A princípio ficaram instalados ao litoral e na zona de Depressão Central depois se espalharam por todo estado, principalmente pela campanha. Alguns casais se estabeleceram nas terras onde hoje é Porto Alegre, na época, Porto dos Casais.

7.5.2 Os Alemães

O primeiro grupo de imigrantes alemães chegou em 1824 fundando a Colônia de São Leopoldo, depois foram se estabelecendo nos vales do Rio dos Sinos, Jacuí, Caí e Taquarí. Fundaram novas colônia, mais tarde importantes cidades: Santa Cruz do Sul, Agudo, Nova Petrópolis, Taquarí, Sapiranga, São Sebastião do Caí, Lageado, Estrela, Venâncio Aires e outras.

7.5.3 Os Italianos

Os imigrantes italianos chegaram em 1875, estabelecendo-se na região montanhosa do Planalto fundando as colônias: Conde d'Eu, atual Garibaldi, Dona Isabel, hoje Bento Gonçalves, Nova Milano, atual Farroupilha. A imigração italiana continuou e fundaram novas cidades: Veranópolis, Caxias do Sul, Antônio Prado, Flores da Cunha e tantas outras.

7.5.4 Os Poloneses

Os poloneses também se fixaram no Rio Grande do Sul, principalmente em Guarani das Missões, Porto Alegre, Ijuí e São Marcos.

7.6 REVOLUÇÕES NO RIO GRANDE DO SUL

7.6.1 A Revolução Farroupilha

Iniciou pelas idéias republicanas emanadas dos países vizinhos, que vieram dar um clima propício a movimentos silenciosos. O descaso da Regência para com a Província e o estado de abandono a ela dada, os pesados impostos na economia gaúcha, cada vez mais sacrificada, e a falta de habilidade das autoridades que a governavam, levaram essa Província á mais cruel e longa luta: a Revolução Farroupilha (1835 – 1845). As constantes rivalidades existentes entre os dois partidos políticos, os Liberais e os Conservadores, e a fundação de uma “sociedade militar”, acabaram por desencadear o “Decênio Heróico”. A 19 de setembro de 1835, por volta da meia-noite, nas proximidades da antiga Ponte da Azenha, uma força revolucionária com aproximadamente 200 cavaleiros, comandada por José Vasconcelos Jardim e Onofre Pires da Silva, vindo de Pedras Brancas (atual cidade de Guaíba), iniciou marcha em direção ao centro da capital, ao seu encontro o Presidente Braga mandou uma pequena força, sob o comando de Visconde de Camamu, que aos primeiros choques com a vanguarda revolucionária entrou em pânico, levando o resto das tropas aderirem aos sediosos. No dia seguinte, 20 de setembro, Bento Gonçalves,

vindo de Pedras Brancas, entra triunfalmente em Porto Alegre. O Presidente Fernandes Braga foge para a cidade de Rio Grande e Bento Gonçalves estabelece novo governo na Província.

As principais batalhas da Revolução Farroupilha foram: Do Seival (10 de setembro de 1836); do Fanfa (04 de outubro de 1836); da Fazenda Porongos (31 de julho de 1837); do Rio Pardo (30 de abril de 1838); do Poncho Verde (26 de maio de 1843) e de Porongos (14 de novembro de 1844).

As 3 Capitais Farroupilhas foram: Piratini (de 10 de Novembro de 1836 à 14 de Fevereiro de 1839), Caçapava (de 14 de Fevereiro de 1839 à 22 de Março de 1842) e Alegrete (de 22 de Março de 1842 à 28 de Fevereiro de 1845).

Os principais Vultos da Revolução Farroupilha foram: Bento Gonçalves, Davi Canabarro, Anita Garibaldi, Guiseppe Garibaldi, José Vasconcelos Jardim, Onofre Pires da Silva, Bento Manuel Ribeiro, Antônio de Souza Neto.

O fim da Revolução Farroupilha veio através do Barão de Caxias, homem de extraordinária inteligência. Não foi difícil estabelecer a paz nos pampas gaúchos, que após dez anos de sangrentas lutas entre irmãos brasileiros, encontra o seu fim no dia 28 de fevereiro de 1845, com a assinatura do acordo de Poncho Verde, onde ninguém saiu vencido, nem vencedor.

* mais informações na página 31

7.6.2 A Guerra do Paraguai para o Rio Grande do Sul

Quando Solano Lopes assumiu a presidência do Paraguai em 1862, o Paraguai tinha um bom desenvolvimento. Mas alguns países tinham uma opinião bastante desfavorável sobre a situação do Paraguai: a Inglaterra defendia a liberdade do comércio sem pagar taxas alfandegárias como às cobradas pelo governo do Paraguai. O Brasil estava interessado em navegar pelos seus rios, o que não era permitido por aquele governo. Os conflitos aumentaram durante a luta do Brasil contra o governo de Aguirre, no Uruguai. Lopes rompeu relações com o Brasil e atacou a Argentina. A agressão Paraguaia fez com que esses dois países se unissem contra Solano Lopes. Tiveram o apoio do Uruguai, Brasil e Argentina, formaram então a “Tríplice Aliança”. O comando das forças Aliadas ficou com o general Mitre, presidente da Aliança. Em 1865 começou a luta. A esquadra aliada destruiu a esquadra paraguaia na Batalha do Riachuelo em 1865. Em 1869, o Paraguai estava derrotado. Saiu arrasado do conflito. No Rio Grande do Sul em 1864, David Canabarro colocou acampamento entre Itaqui e São Borja. Em maio de 1865, os paraguaios invadiram Santo Tomé. Quando os paraguaios chegaram ao meio do Rio Uruguai, os brasileiros abriram o fogo contra o inimigo que recuou. Em agosto os paraguaios chegaram a Uruguaiana acampando nos arredores. Em 18 de setembro chega a comitiva imperial a Uruguaiana. Dom Pedro II intimou os invasores comandados por Estigarriba a se renderem.

* mais informações na página 34

7.6.3 A Revolução Federalista

Iniciou em fevereiro de 1893. Acampado em Carpintaria, na linha divisória com o Uruguai, o general Honório João Nunes da Silva Tavares fez uma proclamação aos Rio-Grandenses, concitando-os à luta “pela reconquista da Liberdade”. Na verdade, essa revolução, tinha um caráter inteiramente político e foi a mais sangrenta e desumana que o Rio Grande já conheceu. Foi adotada a degola dos inimigos aprisionados numa escala surpreendente. O presidente do Estado era o Dr. Júlio de Castilhos.

Os principais Chefes e Caudilhos Federalistas foram: Gumercindo Saraiva, José Serafim de Castilhos (Juca Tigre), Dinarte Dornelles, Marcelino Pina e outros. O chefe civil da revolução era o Dr. Silveira Martins.

Os principais chefes Legalistas foram: General João Telles, Coronel Pinheiro Machado, Coronel Menna Barreto, General Francisco Soares e outros.

As principais batalhas foram: Alegrete, (Mangueira, Jararaca); Inhanduí (afluente do rio Ibirapuitã), sendo essa a mais importante sob o aspecto tático; Cerro do Ouro; Coxilha Grande e Rio Negro.

O fim da Revolução Federalista ocorreu no Capão do Carovi, quando os federalistas se preparavam para um grande combate, o caudilho maragato Gumercindo Saraiva fora mortalmente ferido com um tiro que veio do mato. O desânimo da tropa de 4.000 homens, que ali estavam reunidos, foi imediato e bateram em retirada. O corpo do famoso caudilho está sepultado no cemitério Santo Antônio, em Santiago do Boqueirão. Em 24 de julho de 1895 travou-se o último combate, onde morreu o almirante Saldanha, tendo assumido a presidência da República, Prudente de Moraes, tratou de pacificar o Rio Grande do Sul. A paz foi assinada em 23 de agosto de 1893, na cidade de Pelotas.

*mais informações nas páginas 35 e 54

7.6.4 A Revolução de 1923

Esta revolução inicia quando Borges de Medeiros fora eleito pela quarta vez, numa apuração considerada fraudulenta. Os opositoristas, formados por antigos federalistas de 93 e os chamados democratas de Fernando Abbott, que havia lançado a ditadura do Dr. Assis Brasil, encararam o movimento de rebeldia.

Os principais chefes Revolucionários foram: Leonel Rocha (região de Palmeiras); Felipe Portinho (planalto do nordeste); Estácio Azambuja (centro-sul); José Antônio Neto (Zeca Neto), no Sul. Todos tinham o posto de general.

Os principais chefes Legalistas foram: General Firmino de Paula, Firmino Paim Filho, Coronel Flores da Cunha, Claudino Flores pereira (Comandante do 1º Regimento de Cavalaria da Brigada Militar de Santa Maria). Os legalistas obedeciam ao comando único, centralizado no Palácio do Governo, com assistência do Comando Geral da Brigada Militar, Cel. Emílio Massot, além de alguns oficiais do Exército, inclusive generais.

Os principais Combates foram: Passo da Cruz, Santa Maria Chico (Dom Pedrito), em cujo combate o famigerado negro Latorre, o degolador de 93 “foi morto”. O maior combate travou-se na ponte do Ibirapuitã, em Alegrete, que ficou banhada em sangue.

O fim da Revolução ocorre após dez meses de duração, essa revolução foi a mais fraca de todas, não apresentando grandes combates decisivos. Entretanto, as duas facções se portaram como homens civilizados e humanos. A paz foi assinada, com o Tratado de Pedras Altas, em novembro de 1923.

*mais informações na página 37

8. GEOGRAFIA DO BRASIL

A Área do território brasileiro é de 8.515.767,049 km² (5º maior do mundo). Localiza-se na América do Sul.

8.1 Os Limites do território brasileiro

Norte – Guiana Francesa, Suriname, Guiana, Venezuela

Noroeste – Colômbia, Peru

Oeste - Bolívia

Sudoeste - Paraguai e Argentina

Leste – Oceano Atlântico

Sul – Uruguai

Dos países da América do Sul, o Brasil só não faz divisa com o Equador e com o Chile.



8.2 Principais Biomas

O território brasileiro é cortado pela Linha do Equador e pelo Trópico de Capricórnio. Os **principais biomas** do território brasileiro são a Amazônia, Mata Atlântica, Pantanal, Cerrado, Caatinga, Mangue e Pampa.

8.3 Pontos Culminantes do Brasil

Pico	Serra	Altitude (m)
da Neblina	Imeri (Amazonas)	3.014
31 de Março	Imeri (Amazonas)	2.992
da Bandeira	do Caparaó (Espírito Santo/Minas Gerais)	2.890
Roraima	Pacaraima (Roraima)	2.875
Cruzeiro	do Caparaó (Espírito Santo)	2.861

O pico **Paraná**, com 1877,392m de altitude, é a montanha mais alta da Região Sul do Brasil. É uma formação rochosa de granito e gnaiss, entre o município de Antonina e Campina Grande do Sul, no conjunto de serra chamado Ibitiraquire, que na língua tupi significa "serra Verde".

8.4 Divisão Administrativa do Brasil

O Brasil está **dividido administrativamente em 26 estados e 1 distrito federal**. E regionalmente é dividido em regiões: Norte (cerca de 45% da área), Nordeste (cerca de 18% da área), Centro-Oeste (cerca de 18% da área), Sul (cerca de 7% da área) e Sudeste (cerca de 10% da área).



8.5 O relevo brasileiro

Nosso relevo tem formação muito antiga e resulta principalmente de atividades internas do planeta Terra e de vários ciclos climáticos. A erosão, por exemplo, foi provocada pela mudança constante de climas úmido, quente, semi-árido e árido. Outros fenômenos da natureza (ventos e chuvas) também contribuíram no processo de erosão.

Climaticamente o Brasil está localizado na Zona Tropical.

8.6 Os principais rios e portos

Os principais rios do território brasileiro são: Amazonas, São Francisco, Parnaíba, Paraná, Madeira, Tietê, Iguaçu, Xingu, Purus, Juruá, Tocantins, Araguaia, Japurá, Pardo, Negro, Solimões e Uruguai.

Os principais portos do Brasil são: de Santos, de Paranaguá, Rio de Janeiro, Itajaí, Vitória, Rio Grande, São Francisco do Sul, Itapoá, Salvador, Manaus.

8.7 Principais aeroportos do sul do Brasil

- Afonso Pena (Curitiba)
- Catarata (Foz do Iguaçu-PR)
- Hercílio Luz (Florianópolis)
- Salgado Filho (Porto Alegre)

8.8 Principais rodovias do sul do Brasil

8.8.1 As principais rodovias do Paraná

- BR-116: liga a divisa PR/SP, passando por Curitiba.
- BR-376: 376 liga o norte do Estado até a divisa PR/SP, passando por Paranavaí, Maringá, Apucarana, Ponta Grossa e Curitiba.
- BR-277: principal ligação com o porto de Paranaguá, corta o estado no sentido Leste-Oeste passando por Paranaguá, Curitiba, Guarapuava, Cascavel e Foz do Iguaçu. Esta rodovia é, ainda, a principal via de transporte dos grãos produzidos no Oeste do estado e da soja paraguaia com destino ao porto de Paranaguá.
- BR-369: liga as cidades de Ourinhos (SP) até Cascavel, passando por Cornélio Procópio, Londrina, Apucarana e Campo Mourão.
- BR-476: liga Curitiba até a divisa PR/SC passando por Lapa, São Mateus do Sul e União da Vitória.

8.8.2 As principais rodovias de Santa Catarina

- BR-101: rodovia litorânea, corta o estado de norte a sul ligando a divisa PR/SC à divisa SC/RS, passando por Joinville, Itajaí, a capital Florianópolis e o porto de Imbituba.
- BR-116: corta o centro do estado iniciando em Mafra (divisa com o Paraná), passando por Lages, indo até a divisa com o Rio Grande do Sul.
- BR-153: atravessa o estado de norte a sul, ligando a divisa do Paraná à divisa do Rio Grande do Sul, passando por Concórdia.
- BR-280: principal ligação do porto de São Francisco do Sul, desenvolve-se de oeste para leste, no norte do estado, ligando as cidades de Porto União (divisa com o Paraná), Canoinhas, Mafra, Jaraguá do Sul e São Francisco do Sul.

- BR-282: também desenvolve-se de leste a oeste, na parte central do estado, ligando as cidades de São Miguel D'Oeste, Xanxerê, Joaçaba, Herval D'Oeste, Campos Novos, Lages e Florianópolis.
- BR-470: corta o estado no sentido oeste-leste, desde a divisa do Rio Grande do Sul passando por Campos Novos, Curitiba, Rio do Sul, Blumenau o porto de Itajaí.

8.8.3 As principais rodovias do Rio Grande do Sul

- BR-101: liga a divisa PR/SC à divisa SC/RS, passando por parte do litoral gaúcho, desde a principal praia do estado, Torres, chegando ao sul do estado nos municípios de Mostardas e Tavares.
- BR-116: liga o Uruguai com o Brasil, passando por Jaguarão, Pelotas, Porto Alegre e através do município de Canoas, passando por Novo Hamburgo, Caxias do Sul, Vacaria chega a divisa RS/SC.
- BR-285: corta o norte e noroeste do estado, cruzando com a BR-116 e formando uma ligação entre as regiões serrana e missões.
- BR-153: vai da divisa do Rio Grande do Sul com Santa Catarina, no Rio Uruguai até o acesso leste à Bagé na fronteira do Brasil com o Uruguai.
- BR-158: da divisa do Rio Grande do Sul com Santa Catarina, no Rio Uruguai até Santana do Livramento na fronteira do Brasil com o Uruguai.
- BR-285: da divisa do Rio Grande do Sul com Santa Catarina até o acesso à fronteira do Brasil com a Argentina em São Borja.
- BR-290: de Osório até Uruguaiana na fronteira Brasil Argentina.
- BR-470: Divisa RS/SC no Rio Pelotas até Camaquã.

8.9 Os principais recursos minerais do Brasil

Os principais recursos minerais do Brasil são o minério de ferro, bauxita, carvão mineral, manganês, ouro, estanho, petróleo, diamante, nióbio e níquel.

8.10 Principais símbolos do Brasil

Nos principais símbolos nacionais são a Árvore: Pau-brasil; Flor: Ipê Amarelo; Ave: Sabiá laranja. **Os Símbolos oficiais** do Brasil são o Hino Nacional, o Brasão das Armas, o Selo e a Bandeira.

8.10.1 O Brasão das Armas e o Selo Nacional

As Armas Nacionais foram idealizadas pelo engenheiro Artur Zauer e desenhadas por Luís Gruder sob encomenda própria do presidente Manuel Deodoro da Fonseca. As Armas Nacionais compõem também a Faixa Presidencial, na parte frontal da mesma.

O Selo Nacional é formado por um círculo representando uma esfera celeste, idêntica à da bandeira nacional, tendo em volta as palavras "República Federativa do Brasil". É usado para autenticar os atos de governo, os diplomas e certificados expedidos por escolas oficiais ou reconhecidas.



8.10.2 Hino Nacional Brasileiro

O Hino Nacional Brasileiro foi composto em 1822. Tem letra de Joaquim Osório Duque Estrada e música de Francisco Manuel da Silva.

Ouviram do Ipiranga as margens plácidas
De um povo heroico o brado retumbante,
E o sol da Liberdade, em raios fúlgidos,
Brilhou no céu da Pátria nesse instante.

Se o penhor dessa igualdade
Conseguimos conquistar com braço forte,
Em teu seio, ó Liberdade,
Desafia o nosso peito a própria morte!

Ó Pátria amada,
Idolatrada,
Salve! Salve!

Brasil, um sonho intenso, um raio vívido,
De amor e de esperança à terra desce,
Se em teu formoso céu, risonho e límpido,
A imagem do Cruzeiro resplandece.

Gigante pela própria natureza,
És belo, és forte, impávido colosso,
E o teu futuro espelha essa grandeza.

Terra adorada
Entre outras mil
És tu, Brasil,
Ó Pátria amada!

Dos filhos deste solo
És mãe gentil,
Pátria amada,
Brasil!

A parte instrumental da introdução do Hino Nacional Brasileiro possuía uma letra, que acabou excluída da sua versão oficial do hino. Essa letra é atribuída a Américo de Moura, natural de Pindamonhangaba, presidente da província do Rio de Janeiro nos anos de 1879 e 1880.

Espera o Brasil que todos cumprais com o vosso dever
Eia! Avante, brasileiros! Sempre avante
Gravai com Butil nos pátrios anais o vosso poder
Eia! Avante, brasileiros! Sempre avante

Servi o Brasil sem esmorecer, com ânimo audaz
Cumprí o dever na guerra e na paz
À sombra da lei, à brisa gentil
O lábaro erguei do belo Brasil,
Eia! sus, oh, sus!

Deitado eternamente em berço esplêndido,
Ao som do mar e à luz do céu profundo,
Fulguras, ó Brasil, florão da América,
Iluminado ao sol do Novo Mundo!

Do que a terra mais garrida
Teus risonhos, lindos campos têm mais flores,
"Nossos bosques têm mais vida",
"Nossa vida" no teu seio "mais amores".

Ó Pátria amada,
Idolatrada,
Salve! Salve!

Brasil, de amor eterno seja símbolo
O lábaro que ostentas estrelado,
E diga o verde-louro dessa flâmula
- Paz no futuro e glória no passado.

Mas se ergues da justiça a clava forte,
Verás que um filho teu não foge à luta,
Nem teme, quem te adora, a própria morte.

Terra adorada
Entre outras mil
És tu, Brasil,
Ó Pátria amada!

Dos filhos deste solo
És mãe gentil,
Pátria amada,
Brasil!

8.10.3 Bandeira Nacional

A Bandeira Nacional é composta por uma base verde em forma de retângulo, sobreposta por um losango amarelo e um círculo azul, no meio do qual está atravessada uma faixa branca com o lema nacional, em letras maiúsculas verdes. O Brasil adotou oficialmente este projeto para sua bandeira nacional em 19 de novembro de 1889, substituindo a bandeira do Império do Brasil.

O conceito foi criado por Raimundo Teixeira Mendes, com a colaboração de Miguel Lemos, Manuel Pereira Reis e Décio Villares. É um dos símbolos nacionais brasileiros, ao lado do Laço Nacional, do Selo Nacional, do Brasão de Armas e do Hino Nacional.

O campo verde e o losango dourado da bandeira imperial anterior foram preservados – o verde representava a Casa de Bragança de Pedro I, o primeiro imperador do Brasil, enquanto o ouro representava a Casa de Habsburgo de sua esposa, a imperatriz Maria Leopoldina. O círculo azul com 27 estrelas brancas de cinco pontas substituiu o brasão de armas do Império. As estrelas, cuja posição na bandeira refletem o céu visto no Rio de Janeiro em 15 de novembro de 1889, representam as unidades federativas - cada estrela representa um estado específico, além do Distrito Federal.

O lema "*Ordem e Progresso*" é inspirado pelo lema do positivismo de Auguste Comte: "*L'amour pour principe et l'ordre pour base; le progrès pour but*" ("O amor como princípio e a ordem como base; o progresso como meta").



9. GEOGRAFIA DO PARANÁ

9.1 Limites do Paraná

Os limites do território Paranaense são:

Norte – São Paulo

Sul – Santa Catarina

Leste – Oceano Atlântico

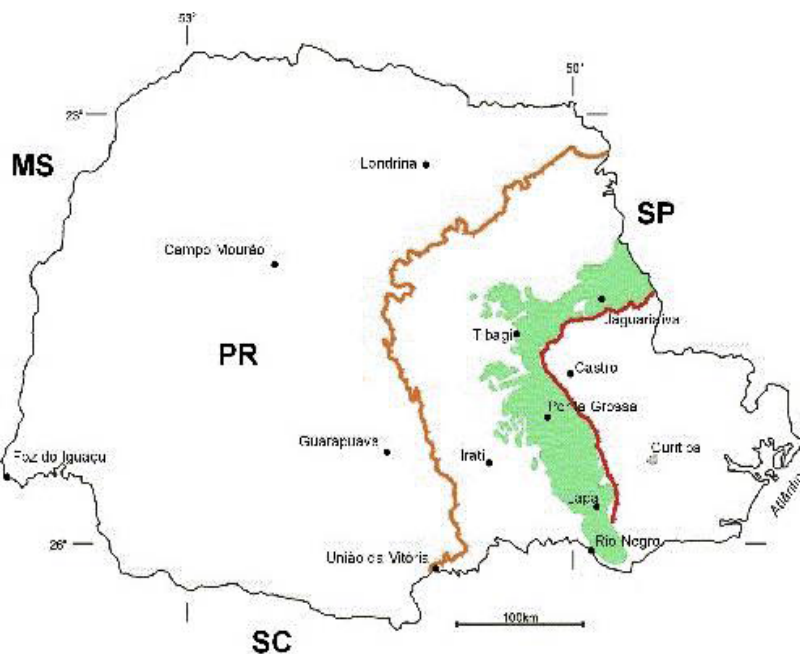
Oeste – Mato Grosso do Sul, Paraguai e Argentina



9.2 Clima e Relevo

O clima predominante do território paranaense é o Subtropical.

O Paraná apresenta como seus relevos o Litoral, Serra do Mar, 1º Planalto ou Planalto de Curitiba, 2º Planalto ou Planalto de Ponta Grossa e 3º Planalto ou Planalto de Guarapuava.



9.3 Principais rios, usinas hidrelétricas e portos

Os principais rios do Paraná são o Iguaçu, Tibagi, Negro, Potinga, Jangada, Ivaí, Paranapanema, Pirapó. **A maior usina hidrelétrica do mundo está localizada no Paraná:** Usina de Itaipu, também chamada de BiNacional e está localizada no Rio Paraná, na fronteira entre o Brasil e o Paraguai.

Os principais portos são: Paranaguá - D. Pedro II e em Antonina - Barão de Tefé.

9.4 Biomas do Paraná

Quanto a vegetação, no Paraná encontramos: Mata de Araucária, Campos, Mata Atlântica e vegetação litorânea. Assim como a vegetação, a fauna do Paraná é muito rica. Temos animais:

- **Terrestres:** Merecem destaque os animais silvestres e campestres que podem ser citados: anta ou tapir, guará, guaraxaim, caititu, bugio, onça, gato-do-mato, jaguatirica, tatu, paca, veado, quati, cobras (jararaca, cascavel, jararacuçu e urutu), etc. Merecem destaque algumas aves pelas suas belas plumas: papagaio, tucano, gralha, pica-pau, bem-te-vi, etc. As demais que os ornitólogos conhecem pelo fato de as aves cantarem: canário-da-terra, pintassilgo e sabiá. As demais, ainda merecem ser destacadas pelo tamanho: jacu, jacutinga, pomba silvestre, perdiz, codorna, inhambu, curucaca, socó, garça, entre outras. A gralha-azul, que a maioria da população do Paraná desconhece, o governo local declarou o animal como ave-símbolo do estado, por força da Lei Estadual nº 7.957, de 21 de novembro de 1984.
- **Anfíbios:** A maioria dos animais tanto terrestres quanto aquáticos são: capivara, cágado, tartaruga-marinha, lontra, ariranha e o próprio jacaré, este que se encontra no rio Paraná e certos rios litorâneos.
- **Aquáticos:** Merecem ser destacados os peixes que vivem nos rios: jaú, dourado, pintado e o surubim, que se encontram no Rio Paraná e seus afluentes. Os peixes que vivem no mar são a pescada, a tainha, o robalo, o linguado, etc, assim como o boto, que pertence à classes dos mamíferos.

9.5 Pontos Turísticos

Os principais pontos turísticos do Paraná são a Vila Velha, Parque Iguaçu, Usina de Itaipu, Jardim Botânico, Ópera de Arame, Museu Oscar Niemeyer, Catedral de Maringá, Pico Paraná, Paranaguá, Lapa, entre outros.

9.6 Setores da economia paranaense

A economia do Paraná baseia-se na agricultura (cana-de-açúcar, milho, soja, trigo, café, mandioca), na indústria (agroindústria, indústria automobilística, papel e celulose) e no extrativismo vegetal (madeira e erva-mate). Entre as atividades econômicas desenvolvidas no Paraná, destacam-se a agricultura e a pecuária, além de um setor industrial em franca expansão. O rebanho bovino soma 9,5 milhões de cabeças; o suíno, 4,2 milhões; e o ovino, 570 mil. A avicultura conta 125 milhões de galináceos.

9.7 Principais grupos étnicos

No Paraná temos as etnias Portuguesa, índios, espanhóis, italianos, alemães, eslavos (poloneses e ucranianos), sírios-libaneses, japoneses. (Veja mais na página 50)

9.8 Principais símbolos

No Paraná temos: Árvore símbolo do Paraná: Pinheiro Araucária; Ave símbolo do Paraná: Galinha Azul.

9.8.1 Brasão do Paraná

O Brasão de Armas foi instituído pela Lei nº 904, de 21 de março de 1910. Sua última modificação ocorreu em setembro de 1990. O atual Brasão de Armas do Estado do Paraná é o estabelecido pelo Decreto-Lei nº 2.457, de 31 de março de 1947.



9.8.2 Hino do Paraná

Tem letra de Domingos Nascimento e música de Bento Mossurunga.

Refrão

*Entre os astros do Cruzeiro,
És o mais belo a fulgir
Paraná! Serás luzeiro!
Avante! Para o porvir!*

O teu fulgor de mocidade,
Terra! Tem brilhos de alvorada
Rumores de felicidade!
Canções e flores pela estrada.

Refrão

Outrora apenas panorama
De campos ermos e florestas
Vibras agora a tua fama
Pelos clarins das grandes festas!

Refrão

A glória... A glória... Santuário!
Que o povo aspire e que idolatre-a
E brilharás com brilho vário,
Estrela rútila da Pátria!

Refrão

Pela vitória do mais forte,
Lutar! Lutar! Chegada é a hora.
Para o Zenith! Eis o teu norte!
Terra! Já vem rompendo a aurora!

9.8.3 Bandeira do Paraná

A primeira bandeira oficial do Paraná foi criada por Manuel Correia de Freitas, em 1892. Em 1990 passou a ser elaborada: verde e branco são as cores predominantes na bandeira. A faixa branca contém uma esfera azul com a constelação do Cruzeiro do Sul, uma representação idêntica a do céu do dia 29 de agosto de 1853, data em que Dom Pedro II assinou a Lei Imperial nº 704, criando a província do Paraná. Também nessa faixa tem ramos de erva-mate e do pinheiro do Paraná, principais árvores nativas do nosso estado.



10. GEOGRAFIA DO RIO GRANDE DO SUL

O Rio Grande do Sul é o estado mais ao sul do Brasil. Possui uma área de 282.480Km² (3,3% da área do país). Sua capital, Porto Alegre está situada num ponto que a coloca em igual distância dos grandes centros meridionais da América do Sul (Buenos Aires, Santiago do Chile, São Paulo e Rio de Janeiro).

10.1 Limites do território do Rio Grande do Sul

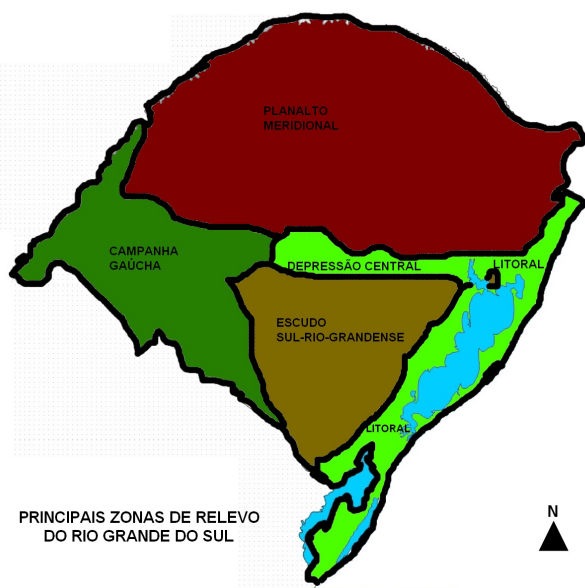


Ao Norte – Santa Catarina;
Ao Sul – República Oriental do Uruguai;
Ao Leste – Oceano Atlântico;
À Oeste – República Argentina.

Os pontos extremos do estado são:
Ao Norte: confluência do Rio Pipiri-guaçu com o Rio Uruguai;
Ao Sul: Barra do Chuí;
Ao Leste: Foz do rio Mampituba com o Oceano Atlântico;
À Oeste: Barra do Quaraí.

10.2 Formas de Relevo e vegetação

O Rio Grande do Sul apresenta uma síntese de acidentes geográficos: Planalto meridional, Planícies, Montanhas, Cerros, “Canyons”, Rios, Lagoas e Praias extensas.



Planalto Rio-Grandense ou Serrano: ocupando mais da metade do estado, o planalto serrano está localizado na região nordeste do estado. O ponto mais alto do Rio Grande do Sul, o Pico do Monte Negro, tem 1410 metros de altitude. A vegetação varia entre campos limpos e vegetação de Araucárias. Possui terras férteis, onde se desenvolve a agricultura. Próximo à divisa com Santa Catarina, encontra-se o desfiladeiro do Itaimbezinho, com uma extensão de 5,8 km, altura máxima de 700 metros e largura de, no máximo, 2 km. Localiza-se ao norte do Estado;

Escudo Sul-Rio-Grandense ou Encosta: Localiza-se no fim do Planalto Rio-Grandense; é uma das regiões mais frias do Estado

Depressão Central: Centro do Estado; é atravessado pelo Rio Jacuí

Litoral ou Planície Litorânea: localizada na costa do estado, a principal característica desse relevo são as lagoas (lagos de água salgada) encontradas em grande quantidade. As maiores lagoas são: Lagoa dos Patos (uma das maiores do mundo), Lagoa Mirim e Lagoa da Mangueira. A paisagem conta ainda com dunas e praias.

Campanha Gaúcha (Pampas): localizado nas proximidades das fronteiras do estado com o Uruguai e com a Argentina, ao sul e oeste, os pampas tem como principal característica, a vegetação rasteira formada por gramíneas, com alguns arbustos e árvores (de pequeno porte). Região propícia à criação de gado. Esse tipo de vegetação tem boa resistência a escassez de chuvas. Seu relevo é levemente ondulado, sendo suas altitudes sempre inferiores a 500 metros.

10.3 O Clima

O clima predominante no Rio Grande do Sul é sub-tropical.

Na região dos Pampas a temperatura média é inferior a 18° C, sendo que as chuvas são bem escassas.

No Planalto Serrano as chuvas são distribuídas com regularidade e abundância. A média de temperatura no Planalto Serrano é inferior a 20° C.

Ocasionalmente neva a nordeste do estado, em regiões com altitude superior a 900 metros.

Na região Lagunar, as chuvas são escassas.

10.4 Os principais rios e portos do estado

O principal rio que banha o estado é o rio Uruguai, que assim como os demais rios do estado, faz parte da bacia do Prata. Outros rios importantes são o rio Guaíba, Taquari, Pelotas, Ijuí, entre outros.

Os principais portos são: de Rio Grande, Pelotas e de Porto Alegre.

10.5 Os principais Pontos Turísticos

Na região da serra gaúcha existem muitos atrativos: Cascata do Caracol, Catedral de pedra de Canela, Lago Negro, Vale dos Vinhedos, Parque Knor,.. Em Porto Alegre: Usina do Gasômetro, Rio Guaíba,... Na Região das Missões: Ruínas de São Miguel,... à leste do estado: Cânion do Itaimbezinho,... entre outros.

10.6 Os principais setores da economia gaúcha

A economia rio grandense é baseada na agricultura (soja, trigo, arroz e milho), na pecuária e na indústria (de couro e calçados, alimentícia, têxtil, madeireira, metalúrgica e química).

Há que ressaltar o surgimento de pólos tecnológicos importantes no Estado na década de 1990 e no início do século XXI, nas áreas petroquímica e de tecnologia da informação.

10.7 Principais grupos étnicos

O Rio Grande do Sul foi formado principalmente por índios, espanhóis, açorianos, italianos, alemães. (Ver mais na página 70)

10.8 Principais símbolos

Os símbolos oficiais do Rio Grande do Sul são o Hino, o Brasão das Armas e a Bandeira.

Outros símbolos são a Erva Mate: Árvore símbolo do Rio Grande do Sul (Lei nº. 77.439 de 08/12/1980); Ave símbolo do Rio Grande do Sul: Quero-Quero (Lei nº. 7.418 de 01/12/1980); O Umbú é considerada a árvore símbolo da Hospitalidade.

10.8.1 O Brasão das Armas

Foi adotado pelo mesmo decreto que instituiu o Hino e a Bandeira do Estado. Acredita-se que foi desenhado originalmente pelo padre Hildebrando e em arte final pelo Major Bernardo Pires, sendo muito semelhante ao usado na época dos farrapos. O brasão é o mesmo que aparece no centro da bandeira estadual.



10.8.2 Bandeira do Rio Grande do Sul

A bandeira, compõe-se de três panos: verde (acima); vermelho (no meio); amarelo (em baixo). Possui um eclipse vertical em pano branco onde está inserido o brasão.

Num lenço, ao centro do brasão, lê-se a inscrição “República Rio-Grandense” e sob o brasão, o lema “Liberdade, Igualdade, Humanidade”.



10.8.3 Hino

O hino do Rio Grande do Sul tem letra de Francisco Pinto da Fontoura, música de Comendador Maestro Joaquim José Medanha e harmonização de Antônio Corte Real.

Oficialmente existe o registro de três letras diferentes para o hino, desde os tempos da Revolução Farroupilha até aos nossos dias, até que finalmente foi resolvido por uma comissão abalizada qual seria a versão oficial, pouco antes dos festejos do *Centenário da Revolução Farroupilha*.

Como a aurora precursora
Do farol da divindade
Foi o Vinte de Setembro
O precursor da liberdade.

Refrão

*Mostremos valor, constância
Nesta ímpia e injusta guerra.
Sirvam nossas façanhas
De modelo a toda terra*

Mas não basta pra ser livre
Ser forte aguerrido e bravo
Povo que não tem virtude
Acaba por ser escravo.

Refrão

*Mostremos valor, constância
Nesta ímpia e injusta guerra.
Sirvam nossas façanhas
De modelo a toda terra*

Em 1966, durante o Regime Militar a segunda estrofe foi retirada oficialmente.

Entre nós reviva Atenas
para assombro dos tiranos
Sejamos gregos na glória
e na virtude, romanos

11. INDUMENTÁRIA GAÚCHA

A indumentária tradicional da cultura gaúcha é conhecida como Pilcha e é utilizada por homens e mulheres de todas as idades. Tanto no Rio Grande do Sul quanto em Santa Catarina e Paraná, é considerada por lei, traje de honra e de uso preferencial inclusive em atos oficiais públicos, desde que se observe as recomendações ditadas pelo Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG). É a expressão da tradição, da cultura e da identidade própria do gaúcho, motivo de grande alegria e celebração em memória do pago.

A origem da indumentária gaúcha data dos primórdios da colonização dos pampas e é resultado da união de influências históricas, sociais e culturais adaptadas à realidade, ocupação e trabalho campeiro. Historicamente a indumentária gaúcha pode ser dividida em quatro fases, existindo para cada uma a peça feminina correspondente.

11.1 O Traje dos Índios Gaúchos

Traje Indígena - 1620 à 1730. Quando o homem que veio fazer a América - e se vestia à europeia - aqui chegou encontrou, nos campos, índios missioneiros e índios cavaleiros. Índios Missioneiros: (Tapes, Gês-guaranizados) - constituíam a matéria-prima trabalhada pelos padres jesuítas dos Sete Povos. Os Missioneiros se vestiam, conforme severa moral jesuítica. Passaram a usar os calções europeus e em seguida a camisa, introduzida nas missões pelo Padre Antônio Sepp. Usavam, ainda, uma peça de indumentária não europeia, proximamente indígena - "el poncho" - isto é, o pala bichará. Essa peça de indumentária não existia no Rio Grande do Sul antes da chegada do branco, pois os nossos índios pré-missioneiros não teciam e nem fiavam. Os Padres descobriram a atração que as vestes religiosas e as fardas militares exerciam sobre os índios e distribuíram essas roupas entre eles. Assim, figurar o Alferes Real Sepé Tiarayu, desnudo ou vestindo chiripá, é erro grosseiro. Ele usaria a farda correspondente ao seu alto grau militar, ou vestir-se-ia civilmente, com bragas, camisa e poncho. A mulher missioneira, usava o "tipoy", que era um longo vestido formado por dois panos costurados entre si, deixando sem costurar, apenas duas aberturas para os braços e uma para o pescoço. Na cintura, usavam uma espécie de cordão, chamado "chumbé". O "tipoy" era feito de algodão esbranquiçado, mas em seguida se tornava avermelhado com o pó das Missões. Em ocasiões festivas, a índia missioneira gostava de usar um alvo "tipoy" de linho sobre o de uso diário. Apenas nas vestes religiosas, sobretudo nas procissões, as índias usavam mantos de cores dramáticas, como o roxo e o negro. Índios cavaleiros: (Mbaias: Charruas, Minuanos, Yarós, etc): eram assim chamados porque prontamente se adonaram do cavalo trazido pelo branco, desenvolvendo uma surpreendente técnica de amestramento e equitação.

Usavam duas peças de indumentária absolutamente originais: o "chiripá" e o "cayapi". O chiripá era uma espécie de saia, constituída por um retângulo de pano enrolado na cintura, até os joelhos. O cayapi dos minuanos era um couro de boi, inteiro e bem sovado (que se usava às costas) com o pelo para dentro e carnal para fora, pintado de listras verticais e horizontais, em cinza e ocre. À noite, servia de cama, estirado no chão. Os charruas o chamavam de "quillapi" e "toropi". A mulher, entre os índios cavaleiros, usava apenas o chiripá. No rosto, pintura ritual de passagem, assinalando a entrada na puberdade. No pescoço, colares de contas ou dentes de feras. De peças da indumentária ibérica, de peças da indumentária indígena e tantas outras, o gaúcho foi constituindo sua própria indumentária.



11.2 Os 4 Trajes fundamentais da Indumentária Gaúcha

Chiripá Primitivo; Bragas (Estancieiro), Chiripá Farroupilha e Traje Atual (Bombacha).

11.2.1 O Traje do Chiripá Primitivo

Peão das Vacarias e China das Vacarias. Traje Gaúcho - 1730 à 1820. O traje do peão das vacarias destinava-se a proteger o usuário e a não atrapalhar a sua atividade - caçar o gado e cavalgar. Normalmente, este gaúcho só usava o chiripá primitivo (pano enrolado como saia, até os joelhos, meio aberto na frente, para facilitar a equitação e mesmo o caminhar do homem) e um pala enfiado na cabeça. O chiripá, em pouco tempo, assumia uma cor indistinta de múgria - cor de esfregão. À cintura, faixa larga, negra, ou cinturão de bolsas, tipo guaiaca, adaptado para levar moedas, palhas e fumo e, mais tarde, cédulas, relógio e até pistola. Ainda à cintura, as imprescindíveis armas desse homem: as boleadeiras, a faca flamenga ou a adaga e, mais raramente, o facão. E sempre à mão, a lança - de peleia ou de trabalho. Camisa, quando contava com uma, era de algodão branco ou riscado, sem botões, apenas com cadarços nos punhos, com gola imensa e mangas largas. Pala, não faltava, comumente, o de lã - chamado "bichará"- em cores naturais, e mais raramente o de algodão e o de seda que aos poucos vão aparecendo. Logo, também surge o poncho redondo, de cor azul e forrado de baeta vermelha. Pala: tem origem indígena. Pode ser de lã ou algodão, quando protege contra o frio, ou de seda, quando protege contra o calor. É sempre retangular com franjas nos quatro lados. A gola do pala é um simples talho, por onde o homem enfia o pescoço. Poncho: Tem origem inteiramente gauchesca. É feito, invariavelmente, de lã grossa. Quase sempre é azul escuro, forrado de baeta vermelha, mas também existem de outras combinações de cores. O poncho tem a forma circular ou ovalada. Só protege contra o frio e a chuva. A gola é alta, abotoada e há um peitilho na frente do poncho. As botas mais comuns eram as de garrão-de-potro, que eram retiradas de vacas, burros e éguas (raramente era usado o couro de potro, que lhe deu o nome). Essas botas eram lonqueadas ou perdiam o pêlo com o uso. Em uso, as botas não duravam mais de 2 meses. Normalmente, eram feitas com o couro das pernas traseiras do animal que dão botas maiores. As que eram tiradas das patas dianteiras, muitas vezes eram cortadas na ponta e no calcanhar, ficando o usuário com os dedos do pé e o calcanhar de fora. Acima da barriga da perna, era ajustada por meio de tranças ou tentos. As esporas mais comuns nessa época eram as nazarenas (europeias) e as chilenas (americanas). As nazarenas têm esse nome devido aos seus espinhos pontudos, que lembram os cravos que martirizaram Nosso Senhor. As chilenas, devem seu nome à semelhança com as esporas do "huaso", do Chile. Aos poucos, os ferreiros da época começaram a criar novos tipos de esporas. O peão das vacarias não era de muito luxo. Só usava ceroulas de crivo nas aglomerações urbanas. Ademais, andava de pernas nuas como os índios. À cabeça, usava a fita dos índios, prendendo os cabelos - que os platinos chamam "vincha" - e



também o lenço, como touca, atado à nuca. O chapéu, quando usava, era de palha (mais comum), e de feltro, (mais raro), e talvez o de couro cru, chamado de "pança-de-burro", feito com um retalho circular da barriga do muar, moldado na cabeça de um palanque. O chapéu, qualquer que fosse o feitiço, era preso com barbicacho sob o queixo ou nariz. Esse barbicacho era normalmente trançado em delicados tentos de couro cru, tirados de lonca, ou então, eram simples cordões de seda, torcidas, terminando em borlas que caía para o lado direito. Mais raramente, era feito de sola e fivela. Ainda nesta época, aparece o "cingidor", que é o nosso tirador. A mulher vestia-se pobremente: nada mais que uma saia comprida,

rodada, de cor escura e blusa clara ou desbotada com o tempo. Pés e pernas descobertas, na maioria das vezes. Por baixo, apenas usava bombachinhas, que eram as calças femininas da época.

11.2.2 Traje do Patrão e do Estancieiro

Traje Gaúcho - 1730 à 1820. Patrão das Vacarias e Estancieira Gaúcha: O primeiro caudilho riograndense, tinha mais dinheiro e se vestia melhor. Foi o primeiro estancieiro. Trajava-se basicamente à europeia, com a braga e as ceroulas de crivo. Passou a usar também a BOTA de garrão de potro, invenção gauchesca típica. Igualmente o cinturão-guaiaca, o lenço de pescoço, o pala indígena, a tira de pano prendendo os cabelos, o chapéu de pança de burro, etc. A mulher desse rico estancieiro, usava botinhas fechadas, meias brancas ou de cor, longos VESTIDOS de seda ou veludo, botinhas fechadas, mantilha, chale ou sobrepeliz, grande travessa prendendo os cabelos enrolados e o imprescindível leque.



11.2.3 Traje do Chiripá Farroupilha

Traje Gaúcho - 1820 – 1865. Este período é dominado por um chiripá que substituiu o anterior, que não é adequado à equitação, mas para o homem que anda a pé. O chiripá dessa nova fase é em forma de grande fralda, passada por entre as pernas. Este se adapta bem ao ato de cavalgar e essa é certamente a explicação para o seu aparecimento. Com isto, fica claro que o Chiripá Primitivo era de origem indígena. Já o Chiripá Farroupilha é inteiramente gaúcho. Esse é um traje muito funcional, nem muito curto, nem muito comprido, tendo o joelho por limite, ao cobri-lo. As esporas deste período são as chilenas, as nazarenas e os novos tipos inventados pelos ferreiros da campanha. As botas são, ainda, a bota forte, comum, a bota russilhona e a bota de garrão, inteira ou de meio pé. As ceroulas são enfiadas no cano da bota ou, quando por fora, mostram nas extremidades, crivos, rendas e franjas. À cintura, faixa preta e guaiaca, de uma ou duas fivelas. CAMISA sem botões, de gola, e mangas largas. Usavam jaleco, de lã ou mesmo veludo, e às vezes, a jaqueta, com gola e manga de casaco, terminando na cintura, fechado à frente por grandes botões ou moedas. No pescoço, lenço de seda, nas cores mais populares, vermelho ou branco. Porém, muitas vezes, o lenço adotado tinha outras cores e padronagens. Em caso de luto, usava-se o lenço preto. Com luto aliviado,



preto com "petit-pois", carijó ou xadrez de preto e branco. Aos ombros, pala, bichará ou poncho. Na cabeça usavam a fita dos índios ou o lenço amarrado à pirata e, se for o caso, chapéu de feltro, com aba estreita e copa alta ou chapéu de palha, sempre preso com barbicacho. A mulher, nesta época, usava SAIA e casaquinho com discretas rendas e enfeites. Tinham as pernas cobertas com meias, salvo na intimidade do lar. Usavam cabelo solto ou trançado, para as solteiras e em coque para as senhoras. Os sapatos eram fechados e discretos. Como jóias apenas um camafeu ou broche. Ao pescoço vinha muitas vezes o fichú (triângulo de seda ou crochê, com as pontas fechados por um broche). Este foi o traje usado pelas ricas e pobres desta época.

11.2.4 Traje Atual do Gaúcho

Traje gaúcho - 1865 até nossos dias. Bombacha e Vestido de Prenda. A bombacha surgiu com os turcos e veio para o Brasil usada pelos pobres na Guerra do Paraguai. Até o começo do século, usar bombachas em um baile, seria um desrespeito. O gaúcho viajava à cavalo, trajando bombachas e trazia as calças "cola fina", dobradas em baixo dos pelegos, para frisar. As bombachas são largas na Fronteira, estreitas na Serra e médias no Planalto, abotoadas no tornozelo, e quase sempre com favos de mel. A correta bombacha é a de cós largo, sem alças para a cinta e com dois bolsos grandes nas laterais, de cores claras para ocasiões festivas, sóbrias e escuras para viagens ou trabalho. À cintura o fronteira usa faixa; o serrano e planaltense dispensam a mesma e a guaiaca da Fronteira é diferente da serrana, por esta ser geralmente peluda e com coldre inteiriço. A camisa é de um pano só, no máximo de pano riscado. Em ambiente de maior respeito usa-se o colete, a blusa campeira ou o casaco. O lenço do pescoço é atado por um nó de oito maneiras diferentes e as cores branco e vermelho são as mais tradicionais. Usa-se mais frequentemente o chapéu de copa baixa e abas largas, podendo variar com o gosto individual do usuário, evitando sempre enfeites indiscretos no barbicacho. Por convenção social o peão não usa chapéu em locais cobertos, como por exemplo no interior de um galpão. As esporas mais utilizadas são as "chilenas", destacando-se ainda as "nazarenas". Botas, de sapataria preferencialmente pretas ou marrons. Para proteger-se da chuva e do frio usa-se o poncho ou a capa campeira e do calor o poncho-pala. Cita-se ainda o bichará como proteção contra o frio do inverno. Obs.: O preto é somente usado em SINAL de luto. O tirador deve ser simples, sem enfeites, curtos e com flecos compridos na Serra, de pontas arredondadas no Planalto, comprido com ou sem flecos na Campanha e de bordas retas com flecos de meio palmo na Fronteira. É vedado o uso de bombacha com túnica tipo militar, bem como chiripás por prendas por ser um traje masculino. A indumentária da prenda é regulamentada por uma tese de autoria de Luiz Celso Gomes Yarp, que foi aprovada no 34º. Congresso Tradicionalista Gaúcho, em Caçapava do Sul.



11.3 Momento em que se usa o Chapéu

Somente durante as lidas de campo, ou em lugar aberto. Jamais se usa chapéu em fandangos e baile, pois é falta de respeito e educação. Usa-se somente em apresentações artísticas.

11.4 Quando se usam as esporas

A espera foi feita para uso em atividades campeiras, porém pode ser utilizada em apresentações artísticas como na dança da chula.

11.5 Quando se usa a Faixa de Prenda e o Boton de Peão

A faixa de Prenda e o bóton de peão Biriva deve ser usado em eventos oficiais das entidades tradicionalistas (CTG, RT, MTG, CBTG, CITG) como rodeios, bailes, jantares ou almoços, congressos, convenções, reuniões.

Acredito que quem faz parte do Prendado deve sempre representar com respeito e cordialidade sua instituição, trajando-se adequadamente, organizando e auxiliando em eventos, estimulando a participação ativa dos demais nas lidas tradicionalistas, estando sempre preparados culturalmente e emocionalmente para os eventos com pró-atividade, projetos e atitudes.

Posso afirmar que as Prendas são as representantes da mulher gaúcha, delicadas mas de pulso firme, são a personagem de principal destaque dentro da entidade que representa no Movimento, depois do Patrão.

Já o Peão Biriva, nome dado aos tropeiros que moravam em cima da serra e que, no decorrer de suas viagens, procuravam se descontraír esquecendo a dura lida, mostravam sua habilidade e criatividade em prazerosos momentos de divertimento. Hoje, este homem valente é representado pelo Peão Biriva do Movimento Paranaense como o gaúcho habilidoso, bravo e cortês.

É também dever do Prendado ter respeito, cordialidade, humildade, carinho, habilidade e amor ao próximo. É necessário divulgar o tradicionalismo com respeito, compreendendo os conhecimentos culturais e seus usos e costumes.

12. CAMPEIRA

12.1 A chegada do cavalo na América e no pampa

Antes do ano 1500 não havia cavalos nas Américas e não existe, nas línguas originais do Continente Americano, nenhum termo que signifique cavalo. Todos os vocábulos que atualmente existem são derivações da palavra caballo do espanhol: cavayú em guarani, caavarú em tupi, cahuellu ou cahuallo em araucano, cahualk em gennaken, cahuel em tehuelche, cavallo nos acomas, cavaio nos moquis, cavayo em paiute, cahuay nos kansas, cahua nos osages, kaviyo nos pimas.

Cristóvão Colombo, em 1493, quando em sua segunda viagem à Ilha La Española, hoje República Dominicana, no porto de Santo Domingo, na América Central, foi o responsável pela introdução do cavalo na América. Vieram dezessete veleiros com 25 a 30 cavalos que, em 1509, foram introduzidos sete animais ao continente através do Panamá e 12 animais através da Colômbia.

Os exploradores necessitavam dos animais para carregar os seus pertences nas incursões realizadas. Descendo pela Cordilheira dos Andes em direção ao sul da América os exploradores iam abandonando os cavalos que se machucavam ou que adoeciam. Nem todos os animais abandonados morreram e com isso os mesmos, sem um predador natural, foram se reproduzindo.

Os Índigenas, ao encontrarem os primeiros cavalos, achavam que eram monstros e tentavam matá-los, até perceberem que os exploradores os utilizavam como meio de transporte e carga. A partir daí, com exímia técnica aprenderam a domar o cavalo e assim utilizá-lo como companheiro no transporte e caça, além de auxiliá-los na batalha contra os europeus que tentavam invadir sua região pampeana. Com o passar do tempo os indígenas se tornaram excelentes cavaleiros.

Por volta de 1580, os cavalos abandonados na região do Prata em 1536, tinham se multiplicado aos milhares. Tanto que em 1600 não podiam mais ser contados em suas gigantescas manadas. Os Pampas do Rio Grande do Sul, Uruguai e Argentina estavam povoados de cavalos chimarrões (cimarrones) e o povo que vivia nessa região, unida pela semelhança ambiental, se tornou um povo cavaleiro.

O Cavalo foi introduzido no atual território rio-grandense, em 1634, pelos padres jesuítas, nas Missões. Molhado pelas águas do rio Uruguai, pisou em solo, selando a convivência campeira das três pátrias irmãs: Uruguai, Argentina e Brasil.

O cavalo era desconhecido dos nativos e em pouco tempo tornou-se o maior patrimônio guerreiro dos índios Charruas, Jarros, Guaranis, Minuanos, que habitavam a região do tape. Os Charruas foram os mais hábeis cavaleiros de nossa história. Muitas reduções jesuíticas receberam o cavalo pelos índios Jarros, nas investidas contra os Charruas.

12.2 O Cavalo Crioulo

O crioulo é uma raça de cavalo originário dos animais de sangue andaluz e berbere, introduzidos no continente americano pelo aventureiro espanhol Álvar Núñez Cabeza de Vaca nos primeiros anos após o descobrimento do Brasil, e também os padres jesuítas Cristóvão de Mendonça e Pedro Romero, em localidades que hoje é o Rio Grande do Sul, em 1634. Paralelamente, as criações foram se perdendo da comitiva de Cabeza de Vaca durante as suas campanhas, na região, e passaram a se criar livremente nas planícies da Argentina, Chile, Uruguai, Paraguai, Peru e sul do Brasil, vivendo em estado selvagem, formando manadas selvagens que, durante cerca de quatro séculos, enfrentaram temperaturas extremas e condições adversas de alimentação. Essas adversidades imprimiram nestes animais algumas de suas características mais

marcantes: rusticidade e resistência. Nesse período, as duras condições do clima acabaram criando, através da seleção natural, uma raça extremamente resistente tanto à alta amplitude térmica, quanto à seca e à falta de alimento. Normalmente são criados livres, em grandes pastos, e quando chegam à idade adulta são laçados e domados.

Em meados do século XIX, fazendeiros do sul do continente começaram a tomar consciência da importância e da qualidade dos cavalos que vagavam por suas terras. Esta nova raça, bem definida e com características próprias, passou a ser preservada, vindo a ganhar notoriedade mundial a partir do século XX, quando a seleção técnica exaltou o seu valor e comprovou suas virtudes

Dentro de sua origem Andaluz, provém de cruzamentos entre exemplares de perfil de cabeça convexa e semi-convexa (libicos e garranos). Assim como os mustangues norte-americanos, os animais que deram origem à raça crioula eram caçados e domados tanto pelos índios cavaleiros, os charruas, quanto pelos estancieiros.

A principal característica da raça é a tranquilidade para uso da sela. Também são animais fortes, ágeis e muito resistentes. Por possuir estas características marcantes, são amplamente utilizados na lida com o gado. Os animais têm tamanho que varia de 1,38 a 1,50 metros e pesam cerca de 300 a 400 quilos.

12.3 A pelagem do cavalo

A cor do pelo é uma grande referência do cavalo. A pelagem é o conjunto de pêlos, de uma ou de diversas cores, espalhados pela superfície do corpo e extremidades, em distribuição e disposição variadas, cujo todo determina a cor do animal. Apesar de haver muitos matizes diferentes, todas as pelagens agrupam-se inicialmente em três modalidades ou categorias – simples, compostas e conjugadas ou justapostas, cada uma delas com suas divisões.

De acordo com o padrão, o cavalo da raça Crioula pode apresentar uma infinidade de pelagens, com exceção da pintada e albina total.

1) Baia – É a pelagem creme amarelada, com brilho e muitos matizes diferentes sobre a original. Se diz que tem a cor do trigo maduro.

Baio branco ou claro: É uma tonalidade de creme desmaiado.

Branco mosqueado: O que leva pelo corpo, em forma irregular, pontos pretos do tamanho de uma mosca.

Baio achamalotado ou apatacado: Quando apresenta manchas redondas e mais claras do que o resto do corpo.

Baio amarelo: É como uma gema de ovo, quando estendida numa porcelana branca.

Baio encerado: Quando tem a cor mais escura, parecendo-se com a cera virgem.

Baio cabos negros: Quando tem as extremidades dos membros, da cauda e a crina escuras.

Baio cebruno: Também escura, levando no corpo manchas mais escuras do que o baio encerado.

Baio dourado: quando tem reflexos do ouro.

Baio ovo de pato: Quando tem uma cor amarelado creme. Sua crina, cauda e cascos também são cremes.

Baio ruano: é um baio com a cauda e crina claras.

Cebruno ou barroso: Com a tonalidade mais escura do que a do baio cebruno, parecendo-se com a cor do elefante.

2) Bragada - Pequena mancha branca, normalmente próxima ao ventre. Varia sobre todas as pelagens, preta, zaina, gateada, baia, moura, etc

3) Colorada – Pelagem de capa e pelos vermelhos , podendo ter um pouco de matiz amarelo e alguns pelos pretos.

Colorado típico: É avermelhado com o tom claro.

Colorado pinhão: Tem a cor do pinhão.

Douradilho: É um colorado desmaiado com reflexos dourados.

Douradilho pangaré: É o que tem o focinho, axilas e ventre mais claros.

4) Gateada – Capa com predominância do amarelo, com tonalidade mais escura que o baio. O gateado típico apresenta uma linha escura que vai da cernelha à garupa. Pelagem com muitas variações. Gateado típico: É um baio escuro acebrunado nas quatro patas e com uma linha escura, que vai da cernelha à garupa, com aproximadamente dois dedos de largura.

Gateado osco ou pardo: É mais escuro que o típico, assemelhando-se ao gato pardo.

Gateado pangaré: O que tem o focinho, as axilas e o ventre com a pelagem mais clara.

Gateado ruivo: O que tem a cauda e a crina aproximada a cor do fogo.

5) Lobuna – Variação do gateado, com o pigmento preto modificando a cor do pelo pardo amarelado para o cinza chumbo do lobuno. Também apresenta uma linha escura da cernelha até a cola.

Lobuno claro: Quando se parece com a plumagem de uma pomba.

Lobuno escuro: Quando mais escuro do que o lobuno claro.

6) Moura – Pelagem de capa preta com difusão de pelos brancos , deve ter a cabeça, patas, crinas e cola negras, mostrando sua base preta.

Mouro negro: Se parece com o tordilho negro, com tonalidade azulada.

Mouro claro: É um gris azulado.

7) Oveira – Pelagem básica com manchas brancas assimétricas, espalhadas por todo o corpo do animal.

Oveiro bragado: Quando em qualquer pelagem portam manchas isoladas no baixo ventre.

Oveiro chita: É overo com manchas brancas salpicadas num fundo rosilho.

Oveiro de índio: Qualquer pelagem com manchas de tamanho médio.

Oveiro chita: É overo com manchas brancas salpicadas num fundo rosilho.

Oveiro azulego: É um mouro claro com manchas brancas.

Outros detalhes de pelagens:

- Melado – São animais albinos. Albinismo não é uma pelagem, mas sim a ausência dela, ou seja, o organismo tem a incapacidade de produção de pigmentos melânicos.
- Salgo – olhos azuis, que quando presentes, um ou os dois, aparecem na descrição da pelagem dos animais.
- Entrepelado: O que tem uma mescla de pelagens diferentes, formando assim um total indefinido.
- Pangaré: Quando descolorido em algumas regiões do corpo, sobretudo nas partes inferiores, destacando-se nas axilas, focinho e ventre, seu descolorido se assemelha a cana da Índia.
- Rabicano: Quando nas caudas escuras tem pelos brancos na sua base.

PELAGENS CRIOULAS



Preto



Picaço



Zaino



Colorado Requeimado



Colorado



Rosilho



Mouro



Lobuno



Cebruno



Baio Encerado



Baio Ovo de Pato



Baio Ruano



Baio Cabos Negros



Gateado



Gateado Pangaré



Gateado Brasino



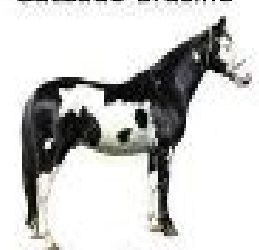
Gateado Ruivo



Tordilho Negro



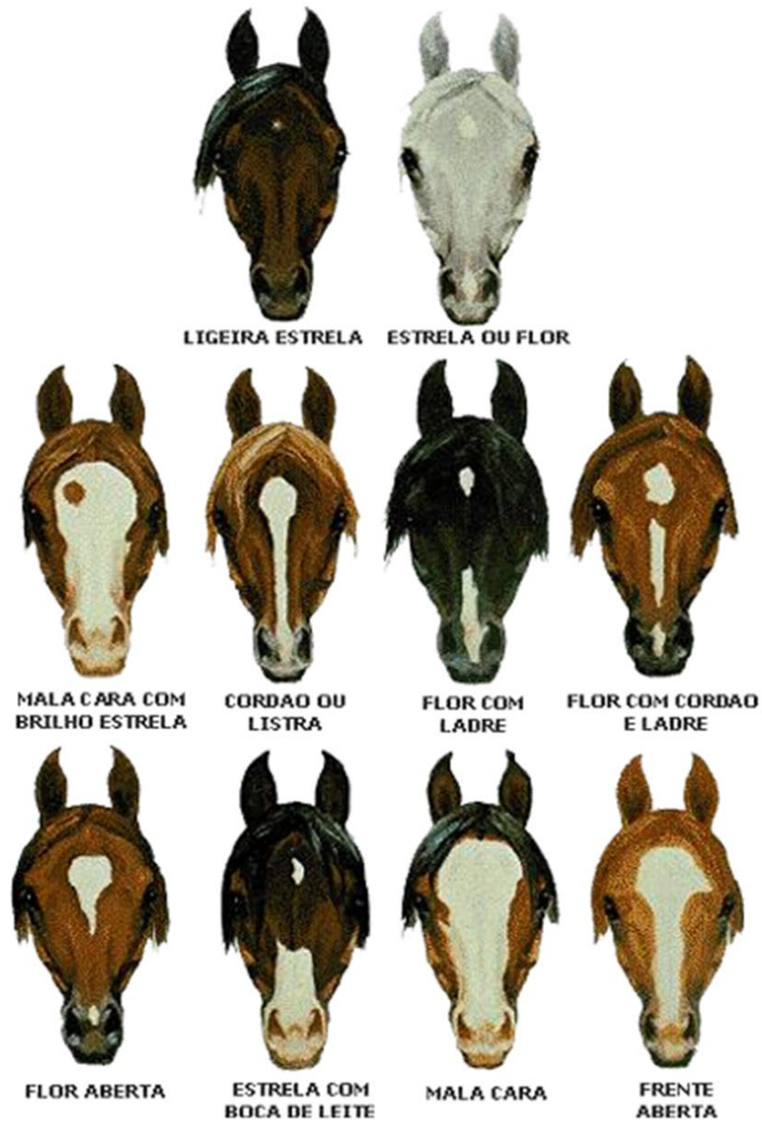
Tordilho Branco



Oveiro Negro

12.4 Identificação Morfológica da Cabeça

Identificar os principais sinais e marcas exteriores da região frontal do animal serve como sua “digital”.



12.5 Encilhando o Cavalo

Pode-se encilhar um cavalo para tropeada, para o trabalho de campo, para uma festa (carreiras, rodeio).

Algumas peças da encilha variam de região para região e às vezes até dentro da mesma querência, ao sabor do gosto pessoal do campeiro.

Vamos, então, encilhar um cavalo para o desfile tradicionalista do dia 20 de Setembro, o Dia do Gaúcho. É inverno, ainda. Faz frio e pode chover, mas antes de mais nada é uma festa, a maior de todas as festas.

O gaúcho se achega ao cavalo trazendo na mão esquerda o buçal e na direita o cabresto, que é o seu complemento. Cavalo manso deixa pegar sem problemas, mas há os *gaviões*, ou *passarinheiros*, ou *harpistas*, que refugam o buçal e fogem a galope.

Escova-se bem o cavalo para ficar limpo e com o pêlo brilhante, revisa-se o toso (cola e crina) e os cascos. Então começa a encilha.

12.5.1 Peças da encilha

- **XERGÃO ou BAIXEIRO:** É a primeira peça dos arreios que vai para o lombo do pingo. É um retângulo de um metro por 80 cm, de lã crua, que serve como forro da encilha. Não se deve usar xergão de lã sintética, porque queima o lombo do animal.
- **CARONA:** É uma peça retangular irregular, com duas abas, que vai sobre o xergão. As caronas antigas eram de sola lavrada, com as duas abas costuradas no fio do lombo, com tentos de couro. A carona se destinava a proteger o lombo do cavalo das partes salientes da encilha.
- **BASTOS:** É “sela” gauchesca. Antes da chegada do bastos, usava-se
 - a) *o lombilho*: o mais antigo, com cabeça das baixas em forma de meia-lua.
 - b) *o serigote*: espécie de lombilho mais aperfeiçoado, popularizado pelos seleiros alemães, com as cabeçadas em forma de V.
 - c) *o socado*: serigote grosseiro, para doma de burro ou para arrastar peso na cincha.
 - d) *o serigote serrano*: também chamado de “*orelhudo*”, porque tem as cabeçadas alta e com “orelhas”, quase sempre chapeadas em prata.
 - e) *o serrigote senador, ou rabo de pato*: que não tem a cabeçada de trás, só um jeito de sela inglesa.
 - f) *o selim*: de um só estribo, forrado de veludo, para uso da mulher que monta sentada. Sentado os bastos é hora de apertar a cincha.
- **CINCHA:** É quem aperta e fixa os arreios. Consta de um de um travessão de sola com duas argola; na argola direita vai o *sobrelátego*, tira de couro flexível que une o travessão com a extremidade direita da *barrigueira*, peça pouco maior que o travessão mas feita inteiramente de fios de algodão, paralelos. A barrigueira também tem argolas nas extremidades. Na argola esquerda do travessão esta fixo o *látego*, que vai se enfiar na argola esquerda da barrigueira para “apertar a cincha”. A cincha tem-se que apertar meio para a frente, quase sobre os ossos do peito do animal, para não pressionar muito os pulmões tirando o fôlego do animal. Na argola direita do travessão vai também o *cinchador* (de ferro, de arame, de couro), onde se prende o laço pela presilha. Apertada a cincha, tem-se que apresilhar.

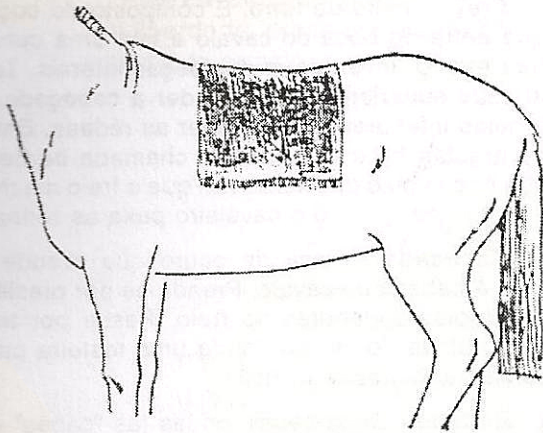
- **PEITEIRA:** Esta peça, que os gaúchos serranos chamam de peitoral (como chamam o cabresto de cabo) normalmente faz conjunto com o “aparelho de cabeça” e serve para impedir que os arreios corram para trás, que a cincha vá para as virilhas, o que é um perigo. A peiteira normalmente tem presilhas que se abotoam nas argolas do travessão.
- **RABICHO:** É uma alça que passa por baixo da cola do cavalo e esta fixada na parte de trás dos bastos. Atualmente está em desuso, mas o rabicho impede que nos campos dobrados os arreios corram para a frente. A parte do rabicho que fixa exatamente embaixo da cola é acolchoada e se chama *choriço*.
- **PELEGOS:** Os pelegos (2 ou 3, não mais) são peles de ovelha, sovados pelo uso, para amaciar a encilha.
- **COCHONILHO:** ou cochonilho é um falso pelego tecido em tear com fios de algodão ou lã, brancos ou pretos.
- **BADANA:** A badana vai por cima dos pelegos ou do cochonilho, conforme o caso. É uma peça retangular irregular, de pele curtida, muito macia, com ou sem enfeites nas pontas.
- **SOBRE-CINCHA:** Serve para apertar a pelegama e a badana. Quase sempre é do mesmo couro que a badana, fazendo par com ela. Tem apenas travessão e, ao invés da barrigueira, uma tira de couro curtido, que substitui ao mesmo tempo o látego e o sobre-látego. Está diminuindo seu uso e em seu lugar aparecendo o cinchão.
- **CINCHÃO:** Este é uma cincha de tamanho menor, mas muito forte e é o predileto dos laçadores. Tem sempre cinchador na argola direita do travessão e, ao contrário da sobre-cincha, vai bem apertado por cima da barrigueira da cincha.

A mala de poncho vai presa aos tentos de trás dos bastos e se equilibra entre a anca do cavalo.

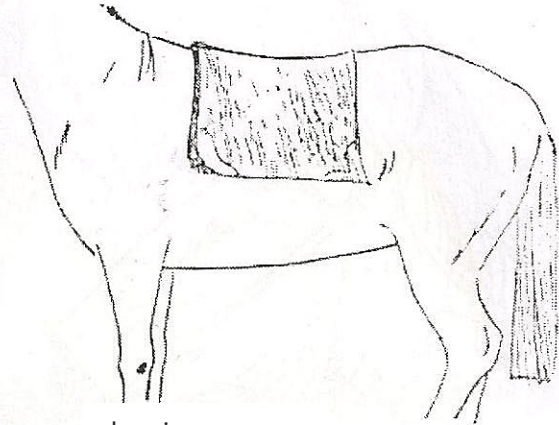
Agora é hora de enfrenar, colocar o “aparelho de cabeça” no cavalo. Sem soltar o cabresto, com a mão esquerda enfrena-se de lado, segurando a cabeçada no alto, forçando o *bocal* do freio no canto esquerdo da boca do pingo. Enfrenando este, fecha-se a barbela (normalmente uma correntinha que fecha as extremidades inferiores das *câimbas* ou pernas do freio) e atiram-se as canas das rédeas por cima do pescoço do cavalo.

O “aparelho de cabeça” compõe-se do *freio* (câimbas ou pernas, bocal e barbela) da *cabeçada* (com testeira, às vezes focinheira), e das *rédeas*, que normalmente tem maçanetas (partes que se prendem ao freio), *cana* (o corpo da rédea) e espiga (com a extremidade das rédeas, que serve como *tarca*, para contar o gado).

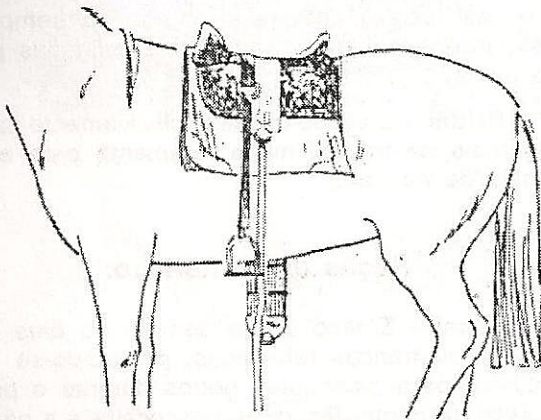
Encilha



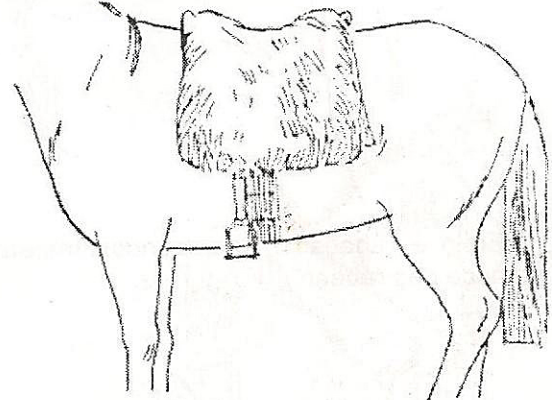
Primeiro se coloca o xergão...



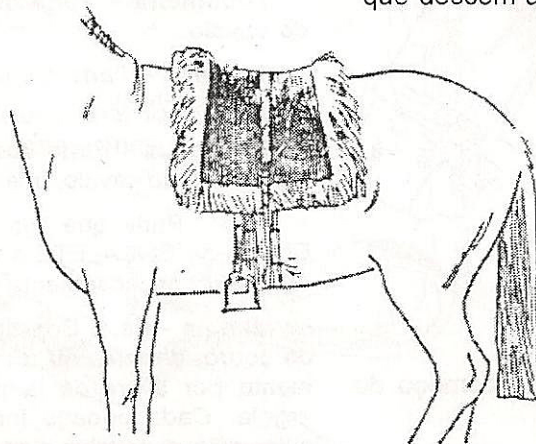
... depois a carona



...depois o lombilho e a cincha.



Aperta-se a cincha e põe-se um pelego ou dois. São pequenos pelegos que bastam para cobrir o lombilho, na região da campanha; mas em Cima da Serra se usam compridos pelegos, que descem até a altura dos estribos.



Depois vem a badana, aperta-se a sobre-cincha e... Está pronto o cavalo para ser montado.

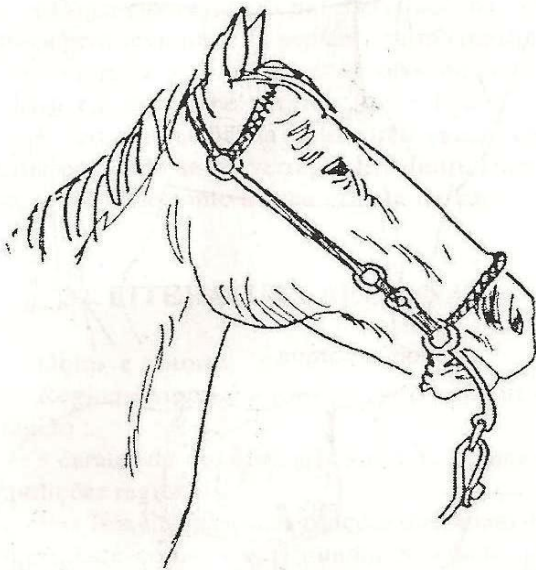
Peças de direção:

Freio - Feito de ferro. É composto do boçal, que entra na boca do cavalo e tem uma curvatura em "U" invertido, e das peças laterais. Tem argolas superiores para prender a cabeçada, e argolas inferiores para prender as rédeas. Entre as argolas há uma corrente, chamada barbela, que passa pelo queixo e evita que o freio machuque a boca quando o cavaleiro puxa as rédeas.

Cabeçada - Peça de couro que prende o freio à cabeça do cavalo. Prende-se por presilha às argolas superiores do freio. Passa por traz das orelhas do cavalo, tendo uma testeira para conservá-lo nessa posição.

Rédeas - Duas peças longas (as "canas" da rédea) que se prendem por presilhas às argolas inferiores do freio, distendendo-se uma em cada lado do pescoço e indo até as mãos do cavaleiro. As rédeas antigas eram, quase sempre, separadas em três secções e interligadas por argolas.

Bridão - É usado quase exclusivamente para animais de tração, muito raramente para animais de montaria.



Freio e cabeçada, aparecendo também o começo das rédeas.

Peças de contenção:

Bocal - É feito quase sempre de tiras de couro ou tranças reforçadas, prestando-se inclusive para palanquear potros durante o processo da doma. Fiador ou pescoceira é a parte do boçal que, passando pela região jugular do cavalo, cinge o pescoço; é preso por um botão na face esquerda, unindo desta maneira a cedeira à testeira.

Focinheira - Parte que circunda o focinho do cavalo.

Testeira - Parte da cabeçada que cinge a testa do animal.

Cabeçada - Parte que, ao longo dos lados da cabeça do cavalo, une a focinheira à testeira.

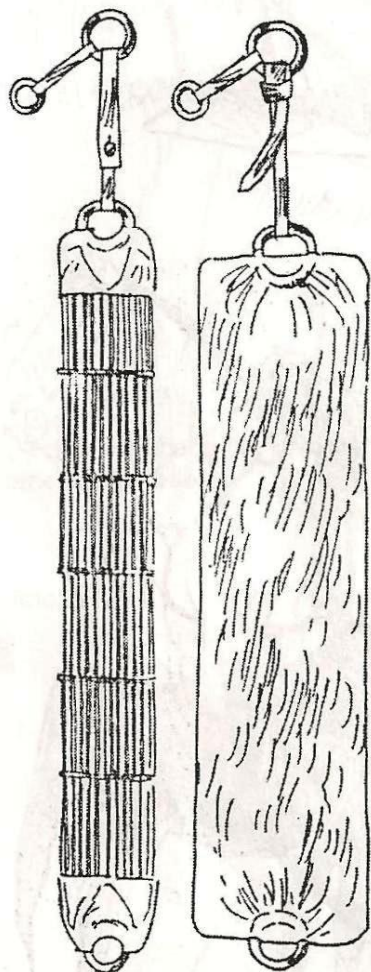
Tiro - Parte que liga o fiador à focinheira. Chama-se BOÇALETE a um boçal menos forte e mais caprichosamente trabalhado.

Maneia - Peia. Constituída de dois pedaços de couro, de mais ou menos 30 cm de comprimento por 5 cm de largura, ligados por uma argola. Cada pedaço forma uma espécie de pulseira que envolve a canela do cavalo.

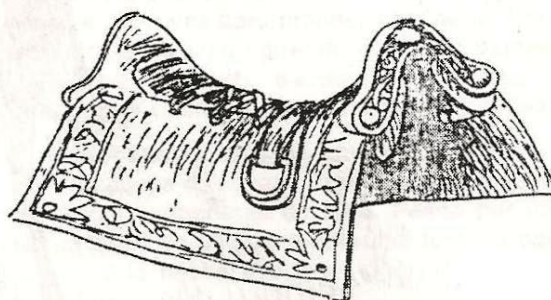
Maneador - Longa tira de couro cru, bem sovada, de uns 6 a 8 metros de comprimento por 2 a 3 cm de largura, que serve para amarrar o cavalo ao pasto, preso à estaca ou a um pau-de-arrasto. (Serve também para enlaçar firmemente o cavalo por todas as partes, durante o processo da doma)



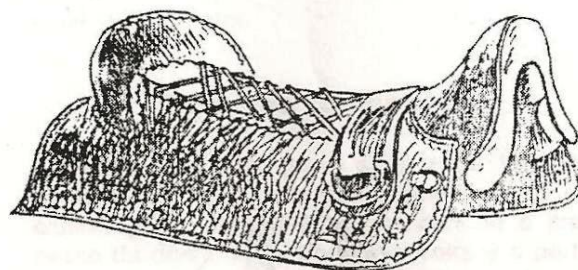
Boçal, aparecendo também o começo do cabresto.



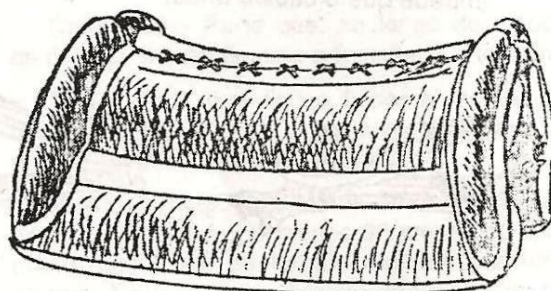
Barrigueira (à esquerda) e travesão fazem parte da cincha.



Lombilho, propriamente dito.



Serigote.

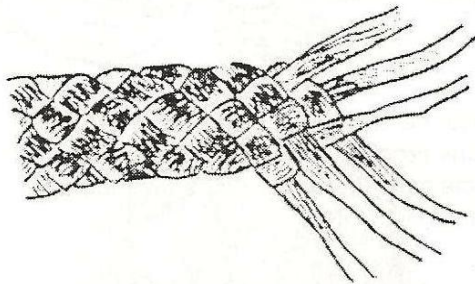


Bastos, usados na fronteira uruguaia.

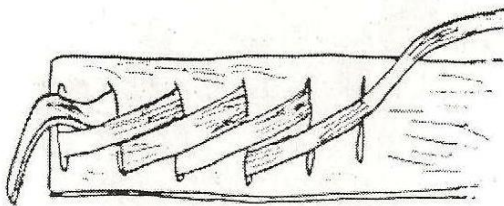
Os tentos

Para trançados e costuras, usam-se fios de couro bem finos, resultantes de couro de eqüino ou muar (lonca). São cortados com faca afiadíssima, e desquinados com a mesma faca. Têm a espessura média de dois milímetros.

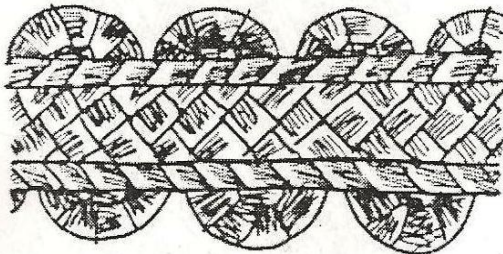
Esses fios são costurados com auxílio de um cavador, que consiste em um ferro pontiagudo com cabo de madeira.



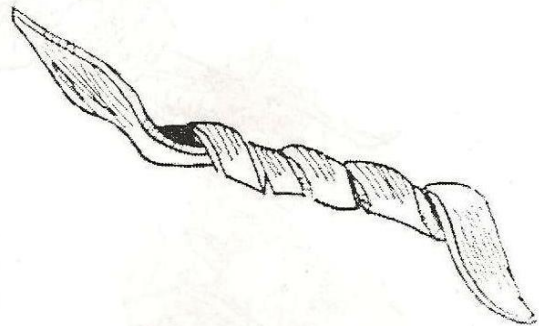
A trança de seis resulta geralmente redonda, mas há hábeis trançadores que também a fazem chata.



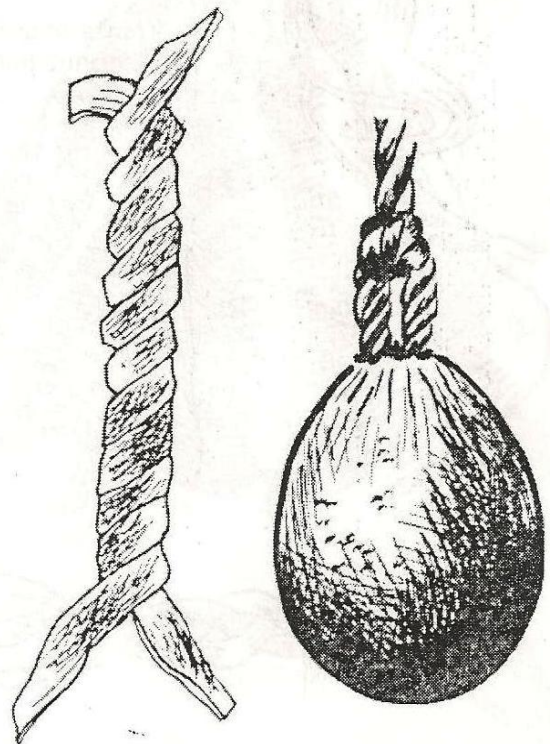
Os tentos se prestam não só ao trançado como também (figura) à costura em couro.



Menos usuais são as tranças de 7, 8, 9 até 21 tentos. Aperos de luxo apresentam caprichosas combinações, principalmente nos "preparos de cabeça". Aqui alternam-se três tranças de 13 tentos, intercaladas por duas de 4 tentos em zigue-zague. A união se faz por costura simples.



Tento torcido: o tento é umedecido e preso por uma das extremidades, passa a ser torcido por um movimento de rotação, ajustando-se a cada três ou quatro espirais.



Dois tentos torcidos: utilizados principalmente nas "sogas" das boleadeiras.

12.6 Provas Campeiras Regulamentadas do MTG-PR

- a) Laço Individual
- b) Laço Em Dupla
- c) Laço Em Equipe
- d) Prova de Rédeas
- e) Prova do Chasque
- f) Prova do Cepo
- g) Gineteada
- h) Vaca Parada

* A prova de pealo foi retirada das Provas Campeiras oficiais do MTG-PR

Categorias e faixa etária respectiva:

- a) Piazinho/bonequinha: Até 7 anos no ano do evento.
- b) Piaxito/prendinha: De 8 a 11 anos no ano do evento.
- c) Piá e Prenda Mirim: Até 12 anos no ano do evento.
- d) Guri e Prenda Juvenil: Até 15 anos no ano do evento.
- e) Capataz de Quinteto: Acima de 16 anos.
- f) Capataz de Piquete: 18 anos ou mais.
- g) Patrão, Coordenador, Conselheiro e Executiva do MTG PR: serem maiores de 18 anos
- h) Peão e Prenda Adultos: 16 anos no ano do evento ou mais.
- i) Irmãos (ãs): idade livre.
- j) Laço Três Gerações: Avô (ó), Pai/Mãe, Neto (a) idade livre.
- k) Xirú: De 50 a 59 anos no ano do evento.
- l) Veterano: De 60 a 69 anos no ano do evento.
- m) Vaqueano: 70 anos no ano do evento.

Modalidade laço individual compreende as seguintes provas:

- a) Piazinho/bonequinha - Vaca Parada
- b) Piaxito/prendinha - Vaca Parada
- c) Prenda Mirim
- d) Piá
- e) Prenda Juvenil
- f) Guri
- g) Prenda Adulta
- h) Peão
- i) Patrão
- j) Veterano
- k) Vaqueano
- l) Capataz de Quinteto
- m) Capataz de Piquete
- n) Braço de Ouro
- o) Braço de Diamante
- p) Autoridade

13. LENDAS

13.1 Gralha Azul

Original do estado do Paraná, na Região Sul do Brasil, a história da lenda da gralha-azul possui diferentes versões.

Segundo uma das versões mais difundidas da lenda, a gralha-azul era uma ave totalmente preta, assim como a maior parte dos corvídeos.

Conta-se que, certo dia, a gralha-azul assumiu uma missão divina que a tornaria muito útil e a distinguiria de outros animais da sua espécie no que diz respeito à importância.

Deus havia feito um pedido de ajuda a todas as aves, pois precisava que as sementes de araucária fossem espalhadas de modo a darem origem a novos pinheiros.

A maioria das aves do local ignorou o pedido de Deus. A gralha-azul foi a única a se mostrar disponível para a tarefa. Assim, Deus deu a ela um pinhão.



Ao receber a semente, a ave a colocou no solo e bateu nela com seu bico até que todo o pinhão ficasse enterrado.

Esse ato foi repetido inúmeras vezes, com as diversas sementes que foi recebendo. Com o passar do tempo, as sementes começaram a brotar e posteriormente viraram belas árvores.

Assim, uma grande extensão do território foi sendo coberta por vegetação, dando origem a uma enorme floresta de araucária. Isso só foi possível graças à gralha-azul.

Como retribuição pelo empenho, Deus presenteou a ave com uma espécie de manto de cor azul que cobriu o seu corpo, fazendo dela a única ave a ter penas de tal tonalidade.

Uma segunda versão da lenda conta que, uma vez, a gralha-azul estava dormindo e foi repentinamente acordada pelo barulho de um machado. Tratava-se de um lenhador que tentava derrubar o pinheiro no qual ela estava. Assustada, a ave voou bem alto em direção ao céu. Lá, ouviu uma voz que pedia a ela que voltasse para a árvore e ajudasse a proteger a floresta, plantando cada vez mais pinheiros.

A gralha-azul atendeu prontamente o pedido. Como forma de agradecimento e recompensa pela ajuda, a ave foi contemplada com penas azuis como o céu.

Curiosidades sobre a gralha-azul

A gralha-azul é uma ave de aproximadamente 40 centímetros de comprimento, de corpo azul e cabeça preta. A área de distribuição da ave no território brasileiro vai desde o estado do Rio de Janeiro, na Região Sudeste, até o Rio Grande do Sul. Em 1984, ela foi consagrada como ave-símbolo do estado do Paraná, pela Lei Estadual nº 7957.

13.2 Araucária

Certo dia, ao sair caçar, um índio encontrou uma onça e a curandeira da tribo inimiga, pela qual havia se apaixonado. Após matar a onça ele se aproximou da índia, que se assustou e desmaiou. Índios da tribo inimiga encontraram o caçador com a curandeira nos braços, pensaram mal do que viram e o mataram a flechadas. Diz a lenda que o índio se transformou em uma araucária e a índia em uma gralha azul. As gotas de sangue que pingaram eram os pinhões que a gralha azul enterra. As flechas eram os espinhos e o índio a árvore.

Outra versão:

Descansando em um galho de Araucária, a Gralha-negra acordou com o som dos golpes do machado. Para não presenciar a morte do pinheiro, voou para as nuvens. No céu, uma voz pediu



para ela voltar aos pinheirais, pois seria revestida de azul-celeste e passaria a plantar Araucárias. Conforme o desejo sublime, retornou e começou a espalhar a semente da árvore.

Mais uma versão diz que:

Uma Gralha-parda sempre se lamentava humildemente para Deus dizendo que nada valia, que seu trabalho se restava a estragar plantações. Deus, ouvindo o pedido do pássaro, entregou um pinhão para a ave que o prendeu no bico e martelou contra um galho até lascar. Depois, comeu a melhor parte e depositou o restante do pinhão em uma cova rasteira e mal coberta de terra. Quando a podridão consumiu a haste, o broto já havia germinado e nasceu um lindo pinheirinho. Repetidas vezes a Gralha fez isso com as sementes que Deus lhe dava até cobrir o Paraná de pinheiros. Para premiar a ave, Deus a deu uma plumagem da mesma cor de seu manto celestial.

13.3 Erva Mate

Há muitos e muitos anos, uma grande tribo guarani, por ser nômade, precisava encontrar um outro lugar para morar onde a caça fosse farta e a terra fértil. Lentamente os índios foram deixando a aldeia onde haviam vivido tantos anos.

O povo migrou, mas sem que ninguém soubesse um velho índio que dormira tapado por couros ao acordar se viu só, sem seus descendentes para cuidá-lo. É obrigado a levantar-se e agarrando-se as árvores se põem a caminhar, nisto surge uma bela e jovem índia que se coloca atrás dele.

Ela chamava-se Yari e era sua filha mais nova, que não teve coragem de abandonar seu velho pai, que sozinho iria morrer.

Numa triste tarde de inverno, o velho entretido colhendo algumas frutas, assustou-se quando viu mexer-se uma folhagem próxima. Pensou que fosse uma onça, mas eis que surge um homem branco muito forte, de olhos cor do céu e vestido com roupas coloridas.

Aproximou-se e disse-lhe:

- Venho de muito longe e há dias ando sem parar. Estou cansado e queria repousar um pouco. Poderia arranjar-me uma rede e algo para comer?

- Sim, respondeu o velho índio, mesmo sabendo que sua comida era muito escassa.

Quando chegaram à sua cabana, ele apresentou ao visitante a sua filha.

Yari acendeu o fogo e preparou algo para o moço comer. O estranho comeu com muito apetite. O velho e a filha emprestaram a cabana e foram dormir em uma das outras abandonadas.

Ao amanhecer o velho índio encontrou o homem branco pediu que ele descansasse um pouco mais. Porém, respondeu-lhe que tinha percebido a necessidade dos dois, ninguém o tinha ajudado e acolhido tanto então, embrenhou-se em direção à floresta. Depois de algum tempo retornou com várias caças.

- Vocês merecem muito mais! explicou o homem. Me deram o que não tinham e foram de grande bondade. Tupã está preocupado com a saúde de vocês e por isto me enviou. E em gratidão a tanta bondade lhe concedo um pedido.

O pobre velho queria um amigo que lhe fizesse companhia até o findar de seus dias, para que pudesse deixar de ser um fardo para sua doce e jovem filha. O estranho levou-lhe então até uma erva mais estranha ainda dizendo:

- Esta é a erva-mate. Plante-a e deixa que ela cresça e faça-a multiplicar-se. Deve arrancar-lhe as folhas, fervê-las e tomar como chá. Suas forças se renovarão e poderá voltar a caçar e fazer o que quiser. Sua filha poderá então retornar a sua tribo. Yari resolveu que de qualquer jeito ficaria para fazer companhia ao pai. Pela sua dedicação e zelo, o enviado do tupã sorriu emocionado e disse:

- Por ser tão boa filha, a partir deste momento passará a ser conhecida como Caá-Yari, a deusa protetora dos ervais. Cuidará para que o mate jamais deixe de existir e fará com que os outros o conheçam e bebam a fim de serem fortes e felizes.

Logo depois o estranho partiu, mas deixou na cabeça de Yari uma grande dúvida: como poderia ela, vivendo afastada das demais tribos divulgar o uso da tal erva? E o tempo foi passando...

Em uma tribo não muito distante dali, os índios estavam contentes com a fartura das caçadas. Organizaram uma grande festa para comemorar, não faltava comida e muita bebida. Mas a bebida demais levou dois jovens índios a começaram a discutir e brigar. Tratava-se de Piraúna e Jaguaretê.

No furor da briga Jaguaretê empunha um tacape e bate na cabeça de Piraúna, matando-o. Jaguaretê foi então detido e amarrado ao poste das torturas. Pelas leis da tribo, os parentes do morto deveriam executar o assassino. Trouxeram imediatamente o pai de Piraúna para que ordenasse a execução. Muito consciente que a tragédia só aconteceu por estarem os jovens sob o efeito da bebida, liberou o Jaguaretê, que foi então expulso da tribo e foi buscar sua sorte na floresta e quem sabe nos braços de Anhangá, espírito mau da mata. Conforme caminhava e o efeito do álcool era amenizado, mais se arrependia do mal que fizera.

Passadas muitas décadas, alguns índios daquela tribo, aventuravam-se na mata fechada em busca de caça que já estava rara no local em que viviam. Entrando no sertão, no meio da floresta, encontraram uma cabana e foram aproximando-se com cuidado, mas mesmo assim foram pressentidos e saiu da cabana um homem muito forte e sorridente. Muito embora seus cabelos fossem totalmente brancos, sua fisionomia era de um jovem e ofereceu-lhes uma bebida desconhecida. Identificou-se então como sendo Jaguaretê, o índio expulso de sua tribo e que a bebida desconhecida era o mate.

Contou que quando foi abandonado a sua sorte, muito andou e quando estava apertado de cansaço e remorso, jogou-se ao chão e pediu para morrer. Acordou-se com a visão de uma índia de rara beleza que apiedando-se dele disse-lhe:

- Meu nome é Caá-Yari e sou a deusa dos ervais. Tenho pena de você, pois não matou por gosto e agora arrepende-se amargamente pelo que fez. Para suportar seu exílio, eis aqui uma bebida que o deixará forte e lhe esclarecerá as idéias.

Levou-o até uma estranha planta e voltou a dizer:

- Esta é a erva-mate. Cultive-a e a faça multiplicar. Depois prepare uma infusão com suas folhas e beba o chá. Seu corpo permanecerá forte e sua mente clara por muitos anos. Não deixe de transmitir a quem encontrar o que aprendeu com o mate.

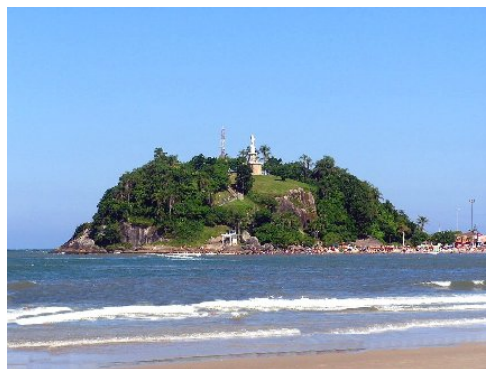
- Portanto, jovens guerreiros, quero que leve alguns pés da erva-mate para a sua tribo e que nunca deixem de transmitir aos outros o que aprenderam.

Aqueles índios voltaram e contaram aos outros o que haviam ouvido. O mate foi plantado e multiplicou-se. Outras tribos apreenderam e foi desta forma que seu uso chegou até nós.



13.4 Itacunhatã e Jurucê

A mais bela história de amor do litoral paranaense teria sido vivida pelos índios Itacunhatã e Jurecê. A lenda diz que a jovem índia teria caído do alto do Morro de Cristo, em Guaratuba, e que o índio guerreiro morreu ao tentar salvá-la. O mar, então, arrependeu-se e tentou devolvê-la à vida. Mas, sem Itacunhatã, foi impossível. A rocha que forma o morro leva o nome de Itacunhatã."



Esta lenda foi contada por um velho pescador, cujos traços permitiam que se percebesse que era um índio carijó:

“Essa pedra chama-se Itacunhatã, é um guerreiro que se transformou. A onda que vai-vem é Jurucê, que brincou com o amor dele. Os meus antepassados diziam, que seus antepassados haviam dito, que em tempos passados, os Tinguís, que habitavam os campos de Curitiba, desceram a serra, na estação das tainhas e dos camarões. Com eles veio Itacunhatã, um jovem guerreiro, que em sua tribo havia conquistado a fama de ser o mais bravo e destro.

Entre os Carijós, existia uma jovem, filha de chefe, que se chamava Jurucê, não que fosse a mais bela, mas era a mais graciosa, seu andar tinha a mansidão da Jaguatirica, seus olhos hipnotizavam, como a jararaca faz com os pássaros, e foi o quanto bastou. Rapidamente Itacunhatã tornou-se um seu ardente admirador, e daí a apaixonar-se, foi uma questão de tempo.

As duas tribos amigas acolheram com entusiasmo a idéia da união que viria beneficiar os dois povos e fortalecer a sua amizade, ainda mais que os feiticeiros previam a dispersão da tribo por “uns estranhos homens que viriam do mar”. E assim marcou-se o cerimonial, que deveria realizar-se na próxima descida dos Tinguís, isto é, quando os camarões e as tainhas proliferassem novamente nas águas de Guaratuba.

Durante um ano, Itacunhatã veio várias vezes visitar Jurucê, mas esta sempre se mostrava esquiva. Julgando que ela não o amasse, consultou um dos conselheiros da tribo e este lhe disse:

- “Jurucê tem um grande amor por você, guerreiro, mas seu sentimento é como a onda do mar: vem com ímpeto, volúpia, acaricia a pedra e quando esta desperta do susto e tenta agarrá-la, ela num balanço feminil retira-se novamente para o mar, para depois, ao distrair-se a estática pedra, vir novamente atormentá-la. E sendo assim, é preciso que Itacunhatã agarre Jurucê com sua força de guerreiro e a conquiste definitivamente.”

-“Eu o farei, disse Itacunhatã, nem que tenha de fazer parar o balanço da onda, nem que tenha de arredar o mar desta terra.”

Convidou então Jurucê para passear e levou-a para o alto do Brejatuba, naquele morro, em que as palmeiras agitadas pelo vento parecem pincéis a dar leves toques de prata num céu virginalmente azul.

Itacunhatã jurou o seu amor à virgem. Enleados pelas fibras do amor trocaram beijos e carícias... Mas quando Itacunhatã já estava certo do seu triunfo, com um salto felino, Jurucê colocou-se à distância e fugiu correndo, perseguida pelo índio. Cansada e esgotada, parou finalmente. Itacunhatã, ébrio de amor, também parou a dois passos da donzela que arfava. E sua respiração violenta, sacudindo-lhe o virginal colo ainda mais atíçou a emoção do guerreiro.

Mas o instante que parou para admirá-la foi fatal, pois Jurucê deu um salto, que parecia o pulo do Jaguamirim, jogou-se ao abismo, a onda tomou-a na mão, agitou-a ainda, como que acenando ao guerreiro e mergulhou-a na profundidade do mar... Louco de dor, Itacunhatã atirou-se atrás, mas o mar, invejoso de sua conquista, não quis recebê-lo e ele ficou deitado na pedra...

Porém, o mar com o tempo arrependeu-se, e quando se lembra daquele amor frustrado, convulsiona-se todo e na grimpada de suas ondas traz Jurucê, para que um dia ela seja agarrada por Itacunhatã, transformado em pedra.

13.5 Boitatá

A lenda do Boitatá é de **origem indígena**, e a palavra *Boitatá*, na língua Tupi-Guarani, significa cobra (*boi*) de fogo (*tata*).

O **Boitatá**, protetor das florestas, é um personagem do folclore brasileiro.

A lenda do Boitatá descreve esse personagem



folclórico como uma **grande serpente de fogo**. Ele protege os animais e as matas das pessoas que lhe fazem mal e principalmente, que realizam queimadas nas florestas.

Numa das versões da lenda, uma grande cobra vivia adormecida num imenso tronco e ao despertar faminta, resolveu comer os olhos dos animais. Cada vez mais ela foi emitindo uma grande e intensa luz, tornando-se uma cobra de fogo. Ao proteger a floresta, ela assusta as pessoas que vão às matas durante à noite.

Na narrativa folclórica, essa serpente pode se transformar num tronco em chamas com o intuito de enganar e queimar os invasores e destruidores das matas. Acredita-se que a pessoa que olhar o Boitatá torna-se cega e louca.

No sul do país, a versão que prevaleceu advém da história bíblica do Dilúvio. Nela, muitos animais morreram e as cobras que sobreviveram tiveram como castigo o fogo.

Nessa versão, o fogo aparece na barriga de cada uma as quais se tornam iluminadas e, ao mesmo tempo, transparentes.

Há ainda uma versão em que o Boitatá não é uma grande cobra, e sim um touro feroz que solta fogo pela boca.

13.6 Negrinho do Pastoreio

O Negrinho do Pastoreio é um personagem do folclore brasileiro muito conhecido na região sul do país. De origem africana e cristã, a lenda do negrinho do pastoreio surgiu provavelmente no século XIX.

Reza a lenda que, ainda no tempo da escravidão no país, essa personagem foi um pequeno escravo que sofreu muito com os maus tratos de um fazendeiro.

Num determinado dia, o senhor pediu-lhe que cuidasse de alguns cavalos, porém um deles acabou fugindo.

Quando retornou, seu dono sentiu falta do cavalo baio e, com isso, resolveu castigar o negrinho.

Após sair em busca do cavalo perdido, o negrinho chega a encontrá-lo, porém, não conseguiu capturá-lo.

Dessa maneira, o senhor resolve castigar o garoto com muitas chibatadas e, além disso, lança-o num formigueiro. Perto da morte, o fazendeiro resolve deixar o garoto ali no formigueiro, certo de que já estava morto.

Entretanto, no dia seguinte, o próprio fazendeiro se depara com o garoto e fica perplexo, pois a criança não apresentava nenhum ferimento no corpo.

Além disso, ele estava montado no cavalo perdido, e ao seu lado, estava a Virgem Maria, padroeira do garoto órfão.



Muito arrependido, o fazendeiro resolve pedir perdão, todavia, o negrinho sai galopando feliz e livre no cavalo baio.

Noutra versão da lenda, o fazendeiro foi avisado por seu filho sádico que o negrinho, responsável por cuidar de 30 cavalos, deixou um deles fugir. Isso porque ele estava muito cansado e decidiu dormir.

Ao acordar, o pequeno escravo sentiu falta do cavalo, porém, o fazendeiro já sabia do ocorrido e resolveu castigar o negrinho.

A Lenda Atualmente

Atualmente, na região sul do país acredita-se que se algum objeto está perdido, o Negrinho do Pastoreio pode ajudar a encontrá-lo. Basta acender uma vela perto de um formigueiro e pedir com muita fé que objeto reaparecerá.

13.7 Salamanca do Jarau

Era uma vez um pobre gaúcho chamado Blau, que só tinha um cavalo gordo, um facão afiado e as estradas reais. Enquanto campeava um boi barroso, pensava no atraso em que andavam suas cousas, desde o dia em que encontrara o Caipora... Mas eis que na volta duma reboleira, avistou um vulto branco: era o santão da Salamanca do Cerro.

– Laus’Sus-Cris’!...

– Para sempre, amém! – respondeu o vulto, que passou a lhe contar sua história.

Eu era sacristão e um dia capturei a Teiniaguá dentro de uma guampa. Com isso, me tornei o homem mais rico do mundo. Mas um dia a Teiniaguá tomou forma de mulher e com ela, seduzido, me deitei. Ao ser descoberto pelos padres, fui sentenciado à morte. Salvo por ela, passei o Rio Uruguai e vim parar aqui no Cerro do Jarau, que ficou sendo o paiol das riquezas das Salamancas de outros lugares. Faz 200 anos que aqui estou; mas nunca mais dormi, nem tive fome, sede, dor... Eu olho para tudo e não posso gozar nada. Tu, que foste o único a me saudar como cristão, podes entrar na caverna e ser servido do que quiseres!

Então Blau apeou-se e foi andando. Meteu o peito por entre espadas afiadas; enfrentou quatro jaguares famintos; passou por esqueletos; enfrentou línguas de fogo; venceu a boicininga venenosa; resistiu à tentação de uma ronda de moças lindas; passou por uma tropa de anões.

Vencidas essas sete provas, Blau topou com uma mulher muito velha, que lhe ofereceu poder e riquezas. Mas o gaúcho, que desejava a Teiniaguá encantada, foi empurrado para fora da furna por força descontrolada. O sacristão deu-lhe uma onça de ouro que se multiplicaria sem fim.

No caminho, Blau foi pensando nas cousas de que carecia: armas, roupas, cavalo, campo, gado. Tudo comprou com a moeda que se multiplicava na guaiaca.

Começou a correr a fama da sua fortuna e correu de ouvido para ouvido que ele tinha parte com o diabo. Por isso, Blau churrasqueava e mateava solito. Então voltou ao Cerro do Jarau, onde saudou o sacristão, como da outra vez:

– Lau’ Sus-Cris’!...

– Para sempre, amém!

Blau atirou-lhe aos pés a onça de ouro, dizendo:

– Prefiro a pobreza dantes à riqueza desta onça amaldiçoada! Adeus! Fica com Deus!

– Seja Deus louvado! Pela terceira vez falaste no Nome Santo, e com ele quebraste o encantamento! – disse o vulto.

Neste mesmo instante o Cerro do Jarau tremeu. Uma língua de fogo com muita fumaça saiu da terra. Eram os tesouros da salamanca que queimavam. Com isso, Blau Nunes voltava a ser pobre como dantes, porém, desfrutaria em paz o seu churrasco, em paz o seu chimarrão, em paz a sua sesta. Em paz a sua vida!...



Esta é uma adaptação da lenda *A Salamanca do Jarau*, publicada por Simões Lopes Neto em *Lendas do Sul*, em 1913.

Outra versão:

No tempo dos padres jesuítas, existia um moço sacristão no Povo de Santo Tomé, na Argentina, do outro lado do rio Uruguai. Ele morava numa cela de pedra nos fundos da própria igreja, na praça principal da aldeia.

Ora, num verão mui forte, com um sol de rachar, ele não conseguiu dormir a sesta. Vai então, levantou-se, assoleado e foi até a beira da lagoa refrescar-se. Levava consigo uma guampa, que usava como copo.

Coisa estranha: a lagoa toda fervia e largava um vapor sufocante e qual não é a surpresa do sacristão ao ver sair d'água a própria Teiniaguá, na forma de uma lagartixa com a cabeça de fogo, colorada como um carbúculo. Ele, homem religioso, sabia que a Teiniaguá - os padres diziam isso!- tinha partes com o Diabo Vermelho, o Anhangá-Pitã, que tentava os homens e arrastava todos para o inferno. Mas sabia também que a Teiniaguá era mulher, uma princesa moura encantada jamais tocada por homem.

Aquele pelo qual se apaixonasse seria feliz para sempre.

Assim, num gesto rápido, aprisionou a Teiniagá na guampa e voltou correndo para a igreja, sem se importar com o calor. Passou o dia inteiro metido na cela, inquieto, louco que chegasse a noite.

Quando as sombras finalmente desceram sobre a aldeia, ele não se sofreu: destampou a guampa para ver a Teiniaguá. Aí, o milagre: a Teiniaguá se transformou na princesa moura, que sorriu para ele e pediu vinho, com os lábios vermelhos. Ora, vinho só o da Santa Missa. Louco de amor, ele não pensou duas vezes: roubou o vinho sagrado e assim, bebendo e amando, eles passaram a noite.

No outro dia, o sacristão não prestava para nada. Mas, quando chegou a noite, tudo se repetiu. E assim foi até que os padres finalmente desconfiaram e numa madrugada invadiram a cela do sacristão. A princesa moura transformou-se em Teiniaguá e fugiu para as barrancas do rio Uruguai, mas o moço, embriagado pelo vinho e de amor foi preso e acorrentado.

Como o crime era horrível - contra Deus e a Igreja! - foi condenado a morrer no garrote vil, na praça, diante da igreja que ele tinha profanado.

No dia da execução, todo o Povo se reuniu diante da igreja de São Tomé. Então, lá das barrancas do rio Uruguai a Teiniaguá sentiu que seu amado corria perigo. Aí, com todo o poder de sua magia, começou a procurar o sacristão abrindo rombos na terra, um valos enormes, rasgando tudo. Por um desses valos ela finalmente chegou à igreja bem na hora em que o carrasco ia garrotear o sacristão. O que se viu foi um estouro muito grande, nessa hora, parecia que o mundo inteiro vinha abaixo, houve fogo, fumaça e enxofre e tudo afundou e tudo desapareceu de vista. E quando as coisas clarearam a Teiniaguá tinha libertado o sacristão e voltado com ele para as barrancas do rio Uruguai.

Vai daí, atravessou o rio para o lado de cá e ficou uns três dias em São Francisco de Borja, procurando um lugar afastado onde os dois apaixonados pudessem viver em paz. Assim, foram parar no Cerro do Jarau, no Quaraim, onde descobriram uma caverna muito funda e comprida. E lá foram morar, os dois.

Essa caverna, no alto do Cerro, ficou encantada. Virou Salamanca, que quer dizer "gruta mágica", a Salamanca do Jarau. Quem tivesse coragem de entrar lá, passasse 7 Provas e conseguisse sair, ficava com o corpo fechado e com sorte no amor e no dinheiro para o resto da vida.

Na Salamanca do Jarau a Teiniaguá e o sacristão se tornaram os pais dos primeiros gaúchos do Rio Grande do Sul. Ah, ali vive também a Mãe do Ouro, na forma de uma enorme bola de fogo. Às vezes, nas tardes ameaçando chuva, dá um grande estouro numa das cabeças do Cerro e pula uma elevação para outra. Muita gente viu.

14. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Acri, Edson. **O Gaúcho – Usos e Costumes**. Porto Alegre, Grafosul, 1991.

Balzan, Sonia Regina Corona; Castro, Norma Couto de; Trindade, Adriana Malzoni e Corrazza, Ana Paula. **Tradições Gaúchas**, Apostila para Concurso de Prendas, 1995.

Brum, Nilo Bairros de. **Caminhos do Sul**. Porto Alegre, Metrópole Industria Gráfica, 1999.

Côrtes, Paixão João Carlos. **Bailes e Gerações dos bailares campestres**, Ed. MTG-RS, 2002.

Côrtes, Paixão João Carlos; Lessa, Barbosa. **Manual de Danças Gaúchas**. São Paulo – Rio de Janeiro, Irmãos Vitale Editor, 1955.

_____. **Danças e Andanças da tradição gaúcha**. Ed. Garatuja, 1975.

Costa, Samuel Guimarães da. **A erva-mate**. Ed. UFPR, 1989.

Danças Tradicionais Gaúchas, MTG –RS, 4ª edição, 2016.

Estivalet, José Oliveira. **Fisionomia Geral do Rio Grande do Sul**. Santo Ângelo: Gráfica Santo Ângelo, 1994.

Fagundes, Antonio Augusto. **Mitos e Lendas do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Martins Livreiro Editor, 1991.

Fagundes, Antonio Augusto. **Indumentária Gaúcha**. Martins Livreiro, 5ª Edição, 1992.

Fernandes, Velocínio Bruck. **O Paraná é Assim**. Gráfica da Assembléia Legislativa do Paraná. Curitiba. 2005.

Ferreira, Cyro Dutra. **35 CTG – O Pioneiro do Movimento Tradicionalista Gaúcho**. 2ª Edição. Porto Alegre. 1992.

Filipak, Francisco. **Dicionário sociolingüístico paranaense**. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002.

Flores, Moacyr. **Tropeirismo no Brasil**. Martins Livreiro Editor, Porto Alegre, 2014..

Lamberty, Salvador Ferrando. **ABC do Tradicionalismo Gaúcho**. Porto Alegre, Martins Livreiro Editor. 1989.

Lazier, Hermógenes. **Erva-mate, Riqueza do Paraná Tradicional**. Coleção Cadernos do Paraná nº 2, 1993.

Meyer, Augusto. **Guia do Folclore Gaúcho**. Livrarias Ediouro, Rio de Janeiro, 1999.

Nunes, Zeno Cardoso. **Dicionário do Regionalismo do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Martins Livreiro Editor, 4ª Edição, 1990.

Torres, Ruy Vilanova. **Arte de Montar e Domar**, Alcance Editora, Porto Alegre, 3ª Edição, 2014.

Wachowicz, Rui Christovam. **História do Paraná**, Editora dos Professores, Curitiba, 2ª edição, 1968.

15. ANEXOS

(a partir daqui você poderá atualizar as autoridades que assumiram cargos após a edição desta apostila)

15.1 OS ÚLTIMOS PRESIDENTES BRASILEIROS

...

1995-2003: Fernando Henrique Cardoso

2003-2011: Luiz Inácio Lula da Silva

2011-2016: Dilma Roussef (*impeachment* agosto/2016)

2016- 2018: Michel Temer (vice-presidente de Dilma Roussef)

2019- 2022: Jair Messias Bolsonaro

2023-atual: Luiz Inácio Lula da Silva

15.2 INSTITUIÇÕES TRADICIONALISTAS

CONFEDERAÇÃO INTERNACIONAL DA TRADIÇÃO GAÚCHA (CITG)

Seu atual presidente é brasileiro: Sr. **Nei Antonio Zardo** (13º Congresso Tradicionalista da CITG em Montevidéu/Uruguai- 27/10/2017)

*CITG teve outras denominações:

CCPTG- Conselho Coordenador Permanente da Tradição Gaúcha

CCIT- Conselho Coordenador Internacional de Tradicionalismo

CITG- Confederação Internacional da Tradição Gaúcha (a partir do 6º Congresso Internacional em 4 de maio de 1991- aprovação também de sua Carta Constitutiva)

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DA TRADIÇÃO GAÚCHA (CBTG)

O atual presidente da CBTG é o Sr. **Roberto Basso** (MTG-MT)

*24 de abril: instituído o Dia da Tradição Gaúcha (dia da fundação do 35 CTG)

1ª Prenda Adulta da CBTG: Srta. **Jaqueline Novis** (MTG-PR)

1º Peão Tradicionalista da CBTG: Sr. **Eric Nunes de Souza Osasco** (MTG-SP)

MOVIMENTO TRADICIONALISTA GAÚCHO DO PARANÁ (MTG-PR)

Atual Patrão: Sr. **José Haroldo Alves da Silva**

1º Peão Adulto: Sr. **Alessandro Barbosa**

15.3 UM POUCO DA HISTÓRIA DO MTG-PR

15.3.1 AS PRIMEIRAS ENTIDADES TRADICIONALISTAS NO PARANÁ

- Em 31 de julho de 1954, CENTRO GAÚCHO DO PARANÁ
- Em 1958 é fundado o CTG Vila Velha, em Ponta Grossa
- Em 20 de setembro de 1962, CTG 20 de Setembro
- Em 05 de maio de 1963, CTG São Luiz do Purunã, em Balsa Nova
- De 13 a 20 de Setembro de 1963, foi realizada, pelo CTG 20 de Setembro, a 1ª. Semana Farroupilha de Curitiba, provavelmente do Paraná
- No dia 21 de Setembro de 1963, realizou-se o 1º. Fandango Tradicionalista de Curitiba
- Em 22 de Setembro de 1964 (domingo), foi realizada a Primeira Missa Crioula no Paraná. Foi realizada no Centro Cívico, em frente ao Palácio do Governo em Curitiba.

- Vieram a seguir o CTG Fogo de Chão de Guarapuava, a ATGA Gralha Azul de Curitiba, CTG Esteio da Tradição em São José dos Pinhais e, naturalmente muitos outros pelo Estado.

Foi então fundado em **05 de dezembro de 1975**, o Movimento Tradicionalista Gaúcho do Paraná – MTG-PR. E em 11 de Dezembro de 1977 a diretoria do MTG-PR reuniu-se para tratarem da filiação dos CTGs, que na época foram os seguintes:

- CTG Lenço Branco, de Pirai do Sul.
 - CTG Rancho Alegre, de São Mateus do Sul.
 - CTG Vila Velha, de Ponta Grossa.
 - CTG Estância Alegre, de Ponta Grossa.
 - CTG Recordando o Pago, de Corbélia.
 - CTG Aliança Pitanguense, de Pitanga
 - CTG Pioneiro dos Campos Gerais, de Ponta Grossa.
 - CTG Campo de Palmas, de Palmas.
 - CTG Porteira dos Pinheirais, de Curitiba.
 - CTG Cavalo Branco, da Lapa.
 - CTG Sinuelo da Saudade, de Realeza.
 - CTG Rincão da Amizade, de São João do Triunfo.
 - CTG Cupim, de Imbituva.
 - CTG Fronteira Paranaense, de Santa Isabel do Ivaí
 - CTG Vinte de Setembro, de Curitiba.
 - CTG Vaqueano da Querência, de Clevelândia.
 - CTG Rancho da Saudade
 - CTG Fogo de Chão de Guarapuava.
- Piquetes:
- Grupo Campeiro do Sul, Laranjeiras do Sul
 - Grupo Lenço Branco, de Santa Galo

O estatuto do MTG-PR foi Publicado no Diário Oficial em 21 de novembro de 1980 e oficializada a sede do movimento na casa da família Martins, na Rua Sant'Ana, nº 721, Ponta Grossa PR. O Estatuto foi registrado em 17 de outubro de 1986.

O Regulamento foi discutido e aprovado na Convenção Tradicionalista Extraordinária realizada em duas etapas, Guaraniaçu em 29 de julho de 1989 e em Realeza dia 30 de julho de 1989.

15.3.2 PATRÕES DO MTG-PR

O fundador e primeiro Patrão (Presidente) do MTG-PR foi o Sr. Carlos Meira Martins (1975-1981), seguido por:

- Sidney Mendes Araújo (1981-1985)
- Roberto César Mendes de Araújo (1985-1987)
- João David Marchezan (1987-1989)
- Rubens Luiz Sartori (1989-1993)
- João de Paula Xavier (1993-1995)
- Francisco Lírio de Oliveira Portes (1995-1997)
- Carlos Meira Martins (1997-1999)
- Adão Noé Fortes Camelo (1999-2003)
- Erton Renê Bitencourt (2003-2007)
- João Carlos Gadens Halila (2007-2010)
- José Jader da Silva (2010-2015)
- Rogério Antônio Pankiewicz (2015-2017)
- Ernani José Barea (2018-2021)
- José Haroldo Alves da Silva (2022-2023)

Em 07 de março de 1982, no CTG 20 de Setembro em Curitiba ocorreu o 1º. Encontro de Patrões dos Centros de Tradições Gaúchas e Entidades afins do Paraná.

- No Encontro são fundadas 7 Regiões Tradicionalistas no Estado:
- 2ª. RT - Ponta Grossa
- 3ª. RT – Guarapuava
- 4ª. RT – Campo Mourão
- 5ª. RT – Santa Izabel do Ivaí
- 6ª. RT – São Mateus do Sul
- 7ª. RT – Palmas

Atualmente, o MTG-PR é dividido em 17 Regiões Tradicionalistas com sedes em::

1ª RT - Curitiba	6ª RT - São Mateus do Sul	11ª RT - Planalto
2ª RT - Ponta Grossa	7ª RT - Mariópolis	12ª RT - Itaipulândia
3ª RT - Guarapuava	8ª RT - Pinhão	13ª RT - Pitanga
4ª RT - Cidade Gaúcha	9ª RT - Francisco Beltrão	14ª RT - Ribeirão Claro
5ª RT - Nova Londrina	10ª RT - Cascavel	15ª RT - Londrina
16ª RT - Laranjeiras do Sul	17ª RT - União da Vitória	



15.3.3 AS 1ªs. PRENDAS DO PARANÁ

No 1º. Encontro de Patrões do Paraná, foi nomeada a Srta. Maria Irene Hobold, como 1ª. Prenda do Encontro de Patrões (1982).

A 1ª. Prenda do 2º. Encontro de Patrões do Estado, foi aclamada a Srta. Elizete Marcondes (também em 1982).

É só no ano de 1985 que se passa a realizar os Concursos de Prendas, elegendo as 1^{as} Prendas do Paraná. Nesse ano, foi escolhida Evane Bertoldi, do CTG Índio Bandeira, de Campo Mourão. Essa foi, portanto, foi a primeira 1^a Prenda do Paraná, com a gestão de 1985-1987. Evane foi, também, a primeira paranaense a conquistar o título de Mais Prendada Prenda do Rodeio Internacional de Vacaria – RS.

Assim, as 1^{as} Prendas do Paraná foram:

- Evani Bertoldi, Campo Mourão (85-87);
- Claudia Denise Schemitt (87-88);
- Roseli Maggione, Campo Mourão (88/90);
- Grace Kelly Martins, Umuarama (90/91);
- Luciane Mildenberg, Pitanga (91/92);
- Karine Ângela Reginato, Francisco Beltrão (92/93);
- Sônia Regina Corona Balzan de Oliveira (in memorian), Curitiba (93/94);
- Daniele Pellegrine Souza Cardoso, Paranaguá (94/95);
- Maurícia Morgado de Oliveira, Curitiba (95/97);
- Maria Célia Grocoski, Campo Magro (97/98);
- Lílian Lizane Antunes, Londrina (98/99);
- Danielle Behling Ribeiro, Curitiba (99/00);
- Alessandra Lesniowski, Curitiba (00/01);
- Fabíola Weinhardt Jazar, Curitiba (01/02);
- Katuscia Gayardo, Toledo (02/03);
- Geomara Kavilhuka, União da Vitória (03/04);
- Mirela Paetzold Centeno, Curitiba (04/05);
- Patrícia Lustosa Abramoski, Guarapuava (05/06);
- Talita Regina dos Santos (06/08);
- Débora C. Saldanha da Cruz / Mayara Caroline Schaffner (08/10);
- Patrícia de F. Zanesco (10/12);
- Juliane Cristina Klochinski (12/13);
- Lisiane Caroline de Oliveira (13/14);
- Aline Jasper (14/16);
- Caroline Pankiewicz / Raiane Wisnievski da Cruz (16/18)
- Jaqueline Novis (18/20)
- Maria Eduarda Calisto da Silva (2022)
-

15.3.4 OS 1^{os} PEÕES BIRIVA DO PARANÁ

O nome Biriva faz referência à história do tropeirismo no estado, pois o Paraná chegou a ser chamado de “Província Biriva”. O peão Biriva é o tropeiro originário do Paraná, em especial das regiões de campos que buscava tropas de muares e de gado bovino no Rio Grande do Sul ou Argentina, engordava em campos de internada durante o caminho e levava para São Paulo, em especial Sorocaba, para suprir as necessidades de tropas nas Minas Gerais. Por isso, o Peão do Paraná é chamado de Peão Biriva: para recordar essa história. Outras sugestões, na época, eram Peão Tropeiro e Peão Tradicionalista (nomenclatura essa que foi posteriormente adotada pela Confederação Brasileira da Tradição Gaúcha).

Os Concursos de 1^o. Peões Birivas do MTG-PR só iniciaram a partir do ano de 1992 e os 1^{os}. Peões Biriva foram:

- Freddy Vinícios Costa, Palmital (92/93);
- Agenor Mendes de Araújo Neto, Guarapuava (93/94);
- José Luiz Schueda, Curitiba (94/95);
- Lauri Padilha Jr., Laranjeiras do Sul (95/97);

- Alisson Roberto Acco, Pato Branco (97/98);
- Fernando Damasceno, Laranjeiras do Sul (98/99);
- Ednei Figueira Preto, Palmas (99/00);
- Rafael Camargo, Matelândia (00/01);
- Roberto Bueno Bock (01/02);
- Hugo Alberto Perlim, Pato Branco (02/03);
- Vagner Célio Zanescio, Matelândia (03/04);
- Rodrigo Dors Sakata, Cascavel (04/05);
- Francis da Silva Reis, Foz do Iguaçu (05/06);
- André Luiz Borges de Araújo (06/08);
- Michel Becker (08/10);
- Alexandre Granville Jose (10/12);
- Sem candidatos ao cargo (12/13);
- Marcelo Strefling (13/14);
- Luiz Felipe de Almeida Limberger (14/16);
- Ruan Crespi Haveroth (16/18)
- Kevyn Klein (18/20)
- Alessandro Barbosa (22/24)
-

15.4 PRINCIPAIS EVENTOS TRADICIONALISTAS DO MTG-PR

- 1º. Rodeio Nacional de Campeões (1990 em Guarapuava);
- Em 1994, na cidade de Coxim-MS, o MTG-PR é Campeão Geral do FENART (Festival Nacional de Arte e Tradição) e Rodeio de Campeões pela primeira vez;
- 1º Congresso Extraordinário da CBTG (14 e 15 de dezembro de 1996 no Parque dos Tropeiros em Curitiba, onde foram discutidos e aprovados o Estatuto Social da CBTG, os regulamentos artístico, campeiro, esportivo e do Concurso de Peões e Prendas);

15.4.1 CONVENÇÃO TRADICIONALISTA DO PARANÁ

- 1ª. Convenção Tradicionalista do MTG-PR (1983) em Palmas;
- 2ª. Convenção Extraordinária do MTG-PR (1986) nasce o Estatuto do MTG-PR;
- 3ª. Convenção Tradicionalista do MTG-PR (1988) em Curitiba;
- 4ª. Convenção Tradicionalista do MTG-PR (1989) CTG Querência do Céu Azul;
- 9ª. Convenção Tradicionalista do MTG-PR (1990) em Umuarama;
- 10ª. Convenção Tradicionalista do MTG-PR (março de 1991 em Pitanga);
- 11ª. Convenção Tradicionalista do MTG-PR (1992) em Realeza;
- 12ª. Convenção Tradicionalista do MTG-PR (1993) em Curitiba;
- 15ª. Convenção Tradicionalista (em 30 de março de 1996) em Cândói;
- 17ª. Convenção Tradicionalista (1998) em Siqueira Campos;
- 18ª. Convenção Tradicionalista do MTG-PR (março de 1999 em Mamborê);
- 19ª. Convenção Tradicionalista do MTG-PR (março de 2000 em Campina Grande do Sul);
- 20ª. Convenção Tradicionalista do MTG-PR (março de 2001 em Pato Branco);
- 21ª. Convenção Tradicionalista do MTG-PR (março de 2002 em Pitanga);
- Convenção Extraordinária Tradicionalista do MTG-PR (abril de 2002 em Guarapuava);
- 22ª. Convenção Tradicionalista do MTG-PR (março de 2003 em Realeza);
- 23ª. Convenção Tradicionalista do MTG-PR (março de 2004 em Matelândia);
- 24ª. Convenção Tradicionalista do MTG-PR (março de 2006 em Irati);

- 25ª. Convenção Tradicionalista do MTG-PR (março de 2008 em Ribeirão Claro);
- 26ª. Convenção Tradicionalista do MTG-PR (março de 2010 em Londrina);
- 27ª. Convenção Tradicionalista do MTG-PR (março de 2012 em Pitanga);
- 28ª. Convenção Tradicionalista do MTG-PR (março de 2014 em Curitiba);
- 29ª. Convenção Tradicionalista do MTG-PR (março de 2016 em Paraíso do Norte);
- 30ª. Convenção Tradicionalista do MTG-PR (março de 2017 em Planalto);
- 31ª. Convenção Tradicionalista do MTG-PR (março de 2019 em Manoel Ribas)
-

15.4.2 CONGRESSO TRADICIONALISTA DO PARANÁ

- 1º Congresso Tradicionalista Gaúcho do Paraná (11 de dezembro de 1983, em Guarapuava);
- 2º Congresso Tradicionalista Gaúcho do Paraná (1985, em Campo Mourão);
- 3º Congresso Tradicionalista Gaúcho do Paraná (1987, em Ponta Grossa);
- 4º Congresso Tradicionalista Gaúcho do Paraná (1989, em Maringá);
- 5º Congresso Tradicionalista Gaúcho do Paraná (1991 em Medianeira);
- 6º Congresso Tradicionalista Gaúcho do Paraná (1993, em Francisco Beltrão);
- 7º Congresso Tradicionalista Gaúcho do Paraná (1995, em Curitiba);
- 8º Congresso Tradicionalista Gaúcho do Paraná (1997, em Foz do Iguaçu);
- 9º Congresso Tradicionalista Gaúcho do Paraná (1999, em Cascavel);
- 10º Congresso Tradicionalista Gaúcho do Paraná (2001, em Irati);
- 11º Congresso Tradicionalista Gaúcho do Paraná (2003, em Cascavel);
- 12º Congresso Tradicionalista Gaúcho do Paraná (2005, em Guarapuava);
- 13º. Congresso Tradicionalista Gaúcho do Paraná (2007, em Irati);
- 2º. Congresso Extraordinário Tradicionalista Gaúcho do Paraná (2008, em Ribeirão Claro);
- 14º. Congresso Tradicionalista Gaúcho do Paraná (2009, em Capanema);
- 15º. Congresso Tradicionalista Gaúcho do Paraná (2011, em Pato Branco);
- 16º. Congresso Tradicionalista Gaúcho do Paraná (2013, em Guarapuava);
- 17º. Congresso Tradicionalista Gaúcho do Paraná (2015, em Bituruna);
- Congresso Extraordinário Tradicionalista Gaúcho do Paraná (2016, em Paraíso do Norte);
- 18º. Congresso Tradicionalista Gaúcho do Paraná (2017, em Foz do Iguaçu);
- Congresso Extraordinário Tradicionalista Gaúcho do Paraná (2018, Umuarama)
-

15.4.3 ENCONTRO ESTADUAL DE SELEÇÕES

Até 1990 o Encontro de Seleções englobava as modalidades campeiras e artísticas, ficando após, somente com modalidades campeiras.

Evento	Ano	Cidade	RT e CTG Promotores	RT Campeã
1º	1989	Nova Londrina	5ª RT CTG Três Fronteiras	4ª RT
2º	1990	Campo Mourão	4ª RT CTG Índio Bandeira	5ª RT
3º	1991	Maringá	5ª RT CTG Rincão Verde	3ª RT
4º	1992	Guarapuava	3ª RT CTG Fogo de Chão	3ª RT
5º	1993	Guarapuava	3ª RT CTG Fogo de Chão	3ª RT
6º	1994	Curitiba	1ª RT Integração	1ª RT
7ª	1995	Curitiba	1ª RT Integração	3ª RT
8º	1996	Guarapuava	3ª RT CTG Fogo de Chão	4ª RT
9º	1997	Cidade Gaúcha	4ª RT CTG Sepé Tiaraju	5ª RT
10º	1998	Paraíso do Norte	5ª RT CTG São Jorge	3ª RT

11°	1999	Canta Galo	16ª RT	CTG Jacob Fritz	10ª RT
12°	2000	Francisco Beltrão	9ª RT	CTG Recordando os Pagos	6ª RT
13°	2001	Telêmaco Borba	2ª RT	CTG Tropeiros de Telêmaco Borba	6ª RT
14°	2002	Irati	6ª RT	CTG Terras dos Pinheirais	1ª RT
15°	2003	Mandirituba	1ª RT	CTG Mandirituba/Herança de Tropeiro	6ª RT
16°	2004	Sto. Ant. da Platina	14ª RT	CTG Cochilha Platinense	14ª RT
17°	2005	Pato Branco	9ª RT	CTG Tarca Nativista	9ª RT
18°	2006	Tibagi	2ª RT	CTG Porteira da Trad. e Santo Amaro	1ª RT
19°	2007	Cidade Gaúcha	4ª RT	CTG Sepé Tiarajú	1ª RT
20°	2008	Catanduva	10ª RT	CTG Estância Colorada	1ª RT
21°	2009	Mandirituba	1ª RT	CTG Mandirituba/Herança de Tropeiros	1ª RT
22°	2010	Pinhão	8ª RT	CTG Pala Gaudério	6ª RT
23°	2011	Paraíso do Norte	5ª RT	CTG São Jorge	6ª RT
24°	2012	Pinhão	8ª RT	CTG Pala Gaudério	6ª RT
25°	2013	Mandirituba	1ª RT	CTG Mandirit./Herança Trop./Estampa Crioula	1ª RT
26°	2014	Pinhão	8ª RT	CTG Pala Gaudério	1ª RT
27°	2015	Cascavel	10ª RT	CTG Estância Colorada	6ª RT
28°	2016	Pato Branco	7ª RT	CTG Carreteando a Saudade	1ª RT
29°	2017	Pitanga	13ª RT	Integração	6ª RT
30°	2018	Paraíso do Norte	5ª RT	CTG São Jorge	

15.4.4 FESTIVAL PARANAENSE DE ARTE E TRADIÇÃO

Reúne todas as invernadas artísticas dos CTG's do Estado em todas as modalidades artísticas. Determina quais as entidades que representarão o Estado no FENART, Festival Nacional de Arte e Tradição.

EVENTO e ANO	RT e CIDADE	PROMOTORA	CAMPEÃO GERAL	RT	
01°	07/1990	4ª RT	Campo Mourão	CTG Querência do Céu Azul	12ª RT
02°	07/1991	12ª RT	Céu Azul	CTG Fogo de Chão	3ª RT
03°	07/1992	3ª RT	Guarapuava	CTG Querência do Céu Azul	12ª RT
04°	07/1993	12ª RT	Céu Azul	CTG Fogo de Chão	3ª RT
05°	10/1994	2ª RT	Ponta Grassa	CTG Estância Colorada	10ª RT
06°	07/1995	12ª RT	Foz do Iguaçu	CTG Estância Colorada	10ª RT
07°	07/1996	10ª RT	Cascavel	CTG Estância Colorada	10ª RT
08°	08/1997	3ª RT	Guarapuava	CTG Recordando os Pagos	9ª RT
09°	09/1998	15ª RT	Londrina	CTG Estância Colorada	10ª RT
10°	09/1999	9ª RT	F. Beltrão	CTG Estância Colorada	10ª RT
11°	08/2000	10ª RT	Cascavel	CTG Estância Colorada	10ª RT
12°	08/2001	7ª RT	Pato Branco	CTG Estância Colorada	10ª RT
13°	08/2002	12ª RT	Pato Bragado	CTG Estância Colorada	10ª RT
14°	11/2003	11ª RT	Planalto	CTG Querência Santa Mônica	1ª RT
15°	10/2004	1ª RT	Pontal do Paraná	CTG Estância Colorada	10ª RT
16°	10/2005	12ª RT	Foz do Iguaçu	CTG Estância Colorada	10ª RT
17°	10/2006	7ª RT	Palmas	CTG Estância Colorada	10ª RT
18°	10/2007	2ª RT	Ponta Grossa	CTG Tarca Nativista	7ª RT
19°	10/2008	2ª RT	Ponta Grossa	CTG Tarca Nativista	7ª RT

20°	11/2009	11ª.RT	Capanema	CTG Fogo de Chão	3ª RT
21°	12/2010	10ª.RT	Mal. Candido Rondon	CTG Tarca Nativista	7ª RT
22°	10/2011	1ª. RT	Pontal do Paraná	CTG Tarca Nativista	7ª RT
23 °	2012	7ª. RT	Pato Branco		
24 °	2013	11ª. RT	Capanema		
25 °	2014	9ª. RT	Foz do Iguaçu		
26 °	2015	7ª. RT	Pato Branco		
27 °	2016	7ª. RT	Pato Branco		
28°	2017	9ª. RT	Francisco Beltrão		
29°	2018	10ª. RT	Cascavel		
30°	2019		Quedas do Iguaçu		
31°	2022	7ª. RT	Pato Branco		

15.4.5 ENCONTRO DA JUVENTUDE TRADICIONALISTA

A Invernada Jovem do Movimento Tradicionalista Gaúcho do Paraná foi criada com o propósito de agrupar ainda mais os jovens dentro da tradição gaúcha, além de elevar o nível cultural de seus participantes e simpatizantes.

Fundada no ano de 1991, durante a realização da 10ª Convenção Tradicionalista do MTG PR, na cidade de Pitanga, 13ª Região Tradicionalista. Inicialmente tinha a denominação de “MOVIMENTO DA JUVENTUDE TRADICIONALISTA DO PARANÁ”, com a sigla MJTG. Sendo parte do Departamento Cultural do MTG PR, passou a desenvolver eventos para que os jovens tradicionalistas pudessem realizar trocas de experiências vividas em suas entidades tradicionalistas e da mesma forma em suas regiões.

Visando valorizar ainda mais a juventude tradicionalista, foi criado um regulamento durante a realização do 1º Encontro da Juventude Tradicionalista do MTG PR, durante sua simultânea fundação. O regulamento foi redigido para que este departamento tivesse autonomia de seus feitos, assim como, foi criado o lema da Invernada Jovem: “JOVEM SEM TRADIÇÃO, VIVE DE ILUSÃO”, feito pela então 1ª Prenda do MTG PR Grace Kelly Martins.

O Encontros da Juventude foram:

- 1º. Encontro da Juventude Tradicionalista aconteceu em 23 e 24 de agosto de 1991 em Pitanga;
- 2º. Encontro da Juventude Tradicionalista ocorre em 1992 na cidade de Coronel Vivida;
- 3º. Encontro da Juventude Tradicionalista ocorre em março de 1993 em Curitiba;
- 4º. Encontro da Juventude Tradicionalista ocorre em julho de 1993 em Céu Azul;
- 5º. Encontro da Juventude Tradicionalista ocorre em agosto de 1994 em Paranavaí;
- 6º. Encontro da Juventude Tradicionalista ocorre em março de 1995 em Londrina;
- 7º. Encontro da Juventude Tradicionalista ocorre em março de 1996 em Cândói;
- 8º. Encontro da Juventude Tradicionalista ocorre em outubro de 1997 em Pato Branco;
- 1º Encontro Extraordinário do Movimento da Juventude Tradicionalista do Paraná, em março de 1998 em Palmas;
- 9º. Encontro da Juventude Tradicionalista ocorre em outubro de 1998 em Cascavel;
- 10º. Encontro da Juventude Tradicionalista ocorre em outubro de 1999 em Palmas;
- 11º. Encontro da Juventude Tradicionalista ocorre em outubro de 2000 em São Mateus do Sul;
- 12º. Encontro da Juventude Tradicionalista ocorre em 2001 em Guarapuava;
- 13º. Encontro da Juventude Tradicionalista ocorre em agosto de 2002 em Irati;
- 14º. Encontro da Juventude Tradicionalista ocorre em agosto de 2003 em Pato Branco;
- 15º. Encontro da Juventude Tradicionalista ocorre em agosto de 2004 em Pérola D'Oeste;
- 16º. Encontro da Juventude Tradicionalista ocorre em novembro de 2005 em Francisco Beltrão.

Algumas informações sobre a Invernada Jovem e seus Encontros:

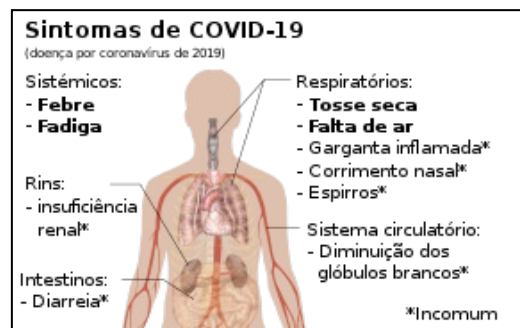
- No 2º. Encontro da Juventude Tradicionalista, em 1992, houve uma importante reformulação do regulamento para concurso de peões, pois estes eram chamado de Peões Farroupilhas, conforme era a denominação no estado do Rio Grande do Sul, como o é ainda hoje, e passou a ser chamado de Peão Biriva, termo mais regionalista devido a formação histórica do estado do Paraná. Ainda neste encontro ficou instituído a prenda Grace Kelly Martins como a Patronesse do Movimento da Juventude Tradicionalista do Paraná, pelos seus feitos.
- No 3º. Encontro da Juventude Tradicionalista, em 1993 à pedido do patrão do MTG-PR, Sr. Rubens Sartori, foi criada a Bandeira do Movimento da Juventude Tradicionalista do Paraná, que teria como símbolo o mapa geográfico do estado do Paraná, uma cuia e um pinheiro. Este encontro foi realizado durante o FEPART – Festival Paranaense de Arte e Tradição – na cidade de Céu Azul. Ainda no ano de 1993, foi o 3º Congresso da Juventude, realizado na cidade de Francisco Beltrão, juntamente do 6º Congresso Tradicionalista, contando com a ilustre presença do palestrante Luiz Carlos Barbosa Lesa (*in memoriam*), um dos fundadores do 35 CTG, o pioneiro, que na ocasião ressaltou o Valor do Tradicionalismo para os participantes. Não constam relatos sobre o 1º e o 2º Congressos Estaduais da Juventude.
- Durante o 1º Encontro Extraordinário do Movimento da Juventude Tradicionalista do Paraná, em março de 1998 na cidade de Palmas foi discutido e reformulado o novo regulamento da Invernada Jovem e a nova denominação do departamento sendo assim chamado de “INVERNADA JOVEM TRADICIONALISTA GAÚCHA DO PARANÁ”, sendo a sigla IJTG. Na ocasião o atual patrão do MTG PR, Sr. Carlos Meira Martins (*in memoriam*) colocou em plenária a discussão de uma diretoria própria para o departamento, sendo este dividido por uma Capatazia Executiva, agregando os seguintes cargos: Capataz Geral; 2º Sota Capataz; Sota Capataz; Guaiaca. Por essa ocasião, ficou decidido então, entre os presentes, que haveria uma eleição para a execução desses cargos durante a realização do 9º Encontro da Juventude, que estaria marcado para o mês de outubro do mesmo ano.
- No 9º Encontro da Juventude Tradicionalista houve a eleição da 1ª Capatazia do IJTG, sendo escolhidos pelos presentes os seguintes tradicionalistas: Capataz Geral – Lisangela Antunes; 2ª Capataz – Simoni Sandri; Sota Capataz – Marcos Roberto Terêncio.
- Na realização do 11º Encontro da Juventude, na cidade de São Mateus do Sul, no ano de 2000, ocorreu a eleição através de concurso da “Prenda e do Peão Destaque Cultural”. Durante esse encontro ficou instituído que os CTGs e Regiões Tradicionalistas poderiam ter suas próprias Invernadas Jovens, facilitando assim a integração entre e a organização dos Encontros da Juventude Estadual. Também ficou decidido que a nomenclatura passaria para “INVERNADA JOVEM”, com a sigla de IJ.
- A Invernada Jovem caminhou até o ano de 2005, onde o último Encontro da Juventude realizou-se na cidade de Francisco Beltrão, já com pouca participação dos jovens, sendo esta sua 16ª edição.
- No ano de 2008, durante a realização da 25ª Convenção Tradicionalista do MTG PR, ficou instituindo que a 1ª Prenda Adulta do MTG PR bem como o 1º Peão Adulto do MTG PR fossem os responsáveis pelo departamento, delegando a função Capataz Geral e Sota Capataz para ambos. Porém, após esta data não se teve registros da realização de atividades da Invernada Jovem até que:
- Em 11 de agosto de 2018, a 1ª Prenda Adulta do MTG Paraná Jaqueline Novis e o 1º Peão Biriva Adulto do MTG Paraná Kevyn Klein, foi reativada a Invernada Jovem, que tomou posse durante o Planaltchê, circuito artístico oficial do MTG Paraná, ocorrido na cidade de Planalto, CTG Guardiã do Pago, 11ª RT. Algumas atividades do movimento

- jovem no Paraná foram retornando aos poucos, através das redes sociais e o Concurso do logotipo da IJ que foi realizado em dezembro de 2018 pela mesma gestão;
- Durante a 31ª Convenção Tradicionalista do MTG-PR, nos dias 16 e 17 de Março de 2019 em Manoel Ribas, 13ª RT, fora atualizado o regulamento da Invernada Jovem para a atual realidade pelas proposições da Diretora da Invernada Jovem e 1ª Prenda Adulta Jaqueline Novis;
 - De 2018 até 2021, com o fomento do movimento jovem, foi realizado um trabalho de retomada das Invernadas Jovens Regionais no MTG-PR por diversos jovens tradicionalistas, onde pelo menos 6 regiões reativaram suas invernadas jovens nesse período, de forma presencial e online durante a pandemia, fomentando também eventos e discussões acerca do papel do jovem tradicionalista no movimento.

15.5 ACONTECIMENTOS DESDE 2019 EM RAZÃO DO CORONAVÍRUS (COVID-19)

A pandemia de COVID-19, também conhecida como pandemia de coronavírus, é uma pandemia em curso de COVID-19, uma doença respiratória causada pelo coronavírus da síndrome respiratória aguda grave 2 (SARS-CoV-2). O vírus tem origem zoonótica e o primeiro caso conhecido da doença remonta a dezembro de 2019 em Wuhan, na China. Em 20 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) classificou o surto como Emergência de Saúde Pública de Âmbito Internacional e, em 11 de março de 2020, como pandemia.

Os sintomas de COVID-19 são altamente variáveis, variando de nenhum a doenças com risco de morte. O vírus se espalha principalmente pelo ar quando as pessoas estão perto umas das outras. Ele deixa uma pessoa infectada quando ela respira, tosse, espirra ou fala e entra em outra pessoa pela boca, nariz ou olhos. Ele também pode se espalhar através de superfícies contaminadas. As pessoas permanecem contagiosas por até duas semanas e podem espalhar o vírus mesmo se forem assintomáticas.



As medidas preventivas recomendadas incluem distanciamento social, uso de máscaras faciais em público, ventilação e filtragem de ar, lavagem das mãos, cobertura da boca ao espirrar ou tossir, desinfecção de superfícies e monitoramento e auto-isolamento para pessoas expostas ou sintomáticas. Várias vacinas estão sendo desenvolvidas e distribuídas ao redor do mundo.

Os tratamentos atuais se concentram nos sintomas enquanto drogas terapêuticas que inibem o vírus são desenvolvidas. Autoridades em todo o mundo responderam implementando restrições a viagens, *lockdowns*, controles de locais de trabalho e fechamentos de instalações. Muitos lugares também trabalharam para aumentar a capacidade de testar e rastrear os contatos dos infectados

A pandemia resultou em instabilidade social e econômica global significativa, incluindo a maior recessão global desde a Grande Depressão (1929). Isso levou a uma escassez generalizada de suprimentos exacerbada pela corrida às compras, interrupção da agricultura e escassez de alimentos, além de diminuição das emissões de poluentes e gases de efeito estufa. Muitas instituições educacionais e áreas públicas foram parcial ou totalmente fechadas, e muitos eventos foram cancelados ou adiados. A desinformação circulou nas redes sociais e nos meios de comunicação de massa. A pandemia levantou questões de discriminação racial e geográfica, igualdade na saúde e o equilíbrio entre os imperativos da saúde pública e os direitos individuais.

Em 31 de janeiro de 2020, a Itália teve seus primeiros casos confirmados, dois turistas da China. Em 26 de fevereiro, o Brasil teve seu primeiro caso confirmado, um homem de 61 anos de São Paulo, que tinha retornado ao país após uma viagem à Itália. Em 16 de março, Portugal registrou sua primeira morte devido à COVID-19. No dia seguinte, o Brasil também registrou sua primeira morte devido à doença, um homem de 62 anos no estado de São Paulo.

Em 25 de janeiro de 2021, o site *worldometers.info*, que reúne números oficiais da pandemia por país, indicava total de casos a nível mundial chegou a 100 milhões, com cerca de 2.150.000 mortes. Até 11 de março, pelo menos 132.293 566 casos da doença foram confirmados em pelo menos 192 países e territórios, com cerca de 2.871.642 fatalidades reportadas e 75.121.408 pessoas curadas.

Em novembro de 2020, as primeiras vacinas começaram a entrar na fase de testes clínicos em larga escala ao passo que em dezembro do mesmo ano, diversas nações no mundo (como Estados Unidos, Rússia, Reino Unido e China) começaram o longo processo de imunizar suas populações.

Muitos países implementaram planos de distribuição em fases que priorizam aqueles com maior risco de complicações, como idosos, e aqueles com alto risco de exposição e transmissão, como

profissionais de saúde. Em 25 de março de 2021, 508,16 milhões de doses de vacinas contra COVID-19 foram administradas em todo o mundo com base em relatórios oficiais de agências nacionais de saúde.

A AstraZeneca-Oxford prevê produzir 3 bilhões de doses em 2021, Pfizer-BioNTech 1,3 bilhões de doses e Sputnik V, Sinopharm, Sinovac e Johnson & Johnson 1 bilhão de doses cada. Moderna tem como objetivo a produção de 600 milhões de doses e Convidecia 500 milhões de doses em 2021.

Em dezembro de 2020, mais de 10 bilhões de doses de vacinas foram encomendadas por vários países, sendo que cerca de metade das doses foram adquiridas por países de alta renda, que compreendem apenas 14% da população mundial.

15.5.1 A PANDEMIA ATINGIU O MOVIMENTO TRADICIONALISTA

O Movimento Tradicionalista Gaúcho se reinventou durante a pandemia e, desde março de 2020, as gestões de prendas e peões, departamentos jovens e manifestações do departamento cultural de inúmeras entidades, encabeçaram muitas das iniciativas digitais.

Foram realizados cerca de 900 eventos/lives/iniciativas tradicionalistas online em todo o Brasil, totalizando sua maior parte nas manifestações dos MTG's Paraná e Rio Grande do Sul, bem como da CBTG. No Paraná, estima-se que cerca de 300 eventos/lives online foram organizados.¹

Destaca-se que a forma de se fazer tradicionalismo também impactou significativamente com iniciativas que iniciaram na pandemia, como as reuniões em plataformas digitais, que facilitam até hoje organizações logísticas dos órgãos deliberativos do Movimento Tradicionalista.

Alguns eventos virtuais do movimento tradicionalista que ocorreram por entidades do Paraná:

07/05/2020 - 1º Encontro Preparatório para Concurso Interno de Prendas e Peões online CTG Querência Santa Mônica, 1a RT

17/05/2020 - Palestra Comunicação Alavancando a Tradição, CTG Querência Santa Mônica, 1a RT

25/06/2020 - Curso de Declamação da 1a RT

03/07/2020 - Mateada Cultural

05/07/2020 - 1o Arraial Cultural do CTG Querência Santa Mônica, 1a RT

31/07 e 01/08/2020 - Entra mirim que a casa é sua, CBTG

06/09/2020 - Charla Cultural Virtual: O início das regiões tradicionalistas do Paraná, 1a RT

16 a 22/08/2020 - 4a Mostra Cultural da 1a RT/MTG-PR

28/08/2020 - 2o Curso Preparatório - Noções de Declamação e Interpretação Vocal, 6aRT/MTG-PR

.../09/2020 - Noite de conversa Setembro Amarelo: Mude a vida de alguém e Seja luz, MTG-PR

07, 08 e 09/04/2021 - 1o Aconchego Tradicionalista "Vamos falar de saudade...", MTG-PR

Pelo Brasil conseguimos verificar também muitos eventos virtuais tradicionalistas durante a pandemia:

13/09/2020 - 1o Simpósio da Cultural Gaúcha, GAN Pouso Tropeiro/MTG-SP

18/04/2021 - Lendas e Mitos do Folclore Brasileiro, CTG Herança Gaúcha, Chapecó/SC

26/06/2021- Anita Garibaldi: Bicentenário de uma heroína, 1a RT/ MTG-SC

¹ Levantamento iniciado por Jaqueline Novis, 1a Prenda e Diretora Jovem da CBTG Gestão 19/21 e 21/23.

